

RNB

REVISTA
NUMISMÁTICA
BRASILEIRA

ISSN 2675-0155

Semestral - Vol. XXIX, Nº2, 2025





SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Fundada em 1924

DIRETORIA BIÊNIO 2025/2026

Diretor Presidente	Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari
Diretor Vice-Presidente	Oswaldo Martins Rodrigues Júnior
Diretor Financeiro	Eduardo de Oliveira Luz Rodrigues
Diretor de Operações	Gilberto Fernando Tenor
Diretor Administrativo	Marcelo Rodrigues Benevides
Diretora de Comunicação	Mariana Campos de Souza Justo
Diretor Curador	Jerry Edson da Costa
Diretor de Tecnologia	Renato Sigisfrid Sigismund Schindler Neto
Diretor Social	Jorge Alfredo Bruns
Diretor de Vendas	Hélio César Xavier
Diretora de Eventos	Eliza Mayumi Muraoka Hamada
Diretor Técnico	Laurence Matuck Junior
Diretor Comercial	Thomas de Freitas Ribeiro
Diretor de Relações Internacionais	Cristiano de Lima Bierrenbach

Oswaldo M. Rodrigues Jr.	Editor
Bruno Henrique Miniuchi Pellizzari	Coordenador administrativo
Edil Gomes	Coordenador de design gráfico
Sergio Blasco	Traduções

Comissão Editorial

Adriene Baron Tacila - Núcleo de Estudos de Representações e de Imagens da Antiguidade (NEREIDA) / Instituto de História da Universidade Federal Fluminense

Camilla Ferreira Paulino da Silva - LIMES - Fronteiras interdisciplinares da Antiguidade e suas Representações - UFES / SEDU - Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo

Caroline Oliva Neiva - Historiadora - Laboratório de História Antiga UFRJ

Claudio Umpierre Carlan - Historiador - Universidade Federal de Alfenas

Gisele Oliveira Ayres Barbosa - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro / UNIRIO e Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras

João Goulart de Souza Gomes - Numismata, historiador – UFBA

Lilian de Angelo Laky - Departamento do História - Universidade de São Paulo

Marcela Marchi - Museóloga - Museu Eugênio Teixeira Leal

Maria Celeste Fachin - Arqueóloga - Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, câmpus de Franca

Paula de Jesus Moura Aranha - Historiadora - Numismata - Museu Histórico Nacional / Ibram

Telma Cristina Soares Ceolin - AAMV - Associação Amigos do Museu de Valores

Vagner Carvalheiro Porto - Arqueologia - Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Yuri Victorino Inácio da Silva - Historiador, arquivista, pesquisador e numismata - Sociedade Gaúcha de Numismática

Comissão Editorial Internacional

Adolfo Ruiz Calleja - Espanha - Universidad de Valladolid / Blog Numismático

Álvaro R. Córdón - Guatemala - Punto de Encuentro Numismático de Guatemala

Andrés Cortázar - Colômbia - Fundación Numismáticos Colombianos - NUMISCOL

Bernardo Alfredo Oliva Muñoz - Chile - Asociación Cultural Numismática de Arica

Carlos Iza - Equador - Academia Nacional de Historia del Ecuador

Cesar Corrales - Peru - Peruvian Banknotes - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Daniel Oropeza Alba - Bolívia - Instituto Potosino de Numismática

Eduard D'Argent - Peru - Instituto de Investigaciones Numismáticas del Perú

Glenn Stephen Murray Fantom - Espanha - Amigos de la Casa da Moneda de Segovia

Luís Roberto Ponte (*in memoriam*) - Venezuela - Sociedad Numismática Venezolana - SONUVE

Raúl Tapia Bascopé - Bolívia - Sociedad Numismática Boliviana

Ricardo León Tallavas - México - Sociedad Numismática de México

Richard Cacchione - Peru - Sociedade Numismática del Perú

Robert Mastalir Divisek - Equador - ANECU - Asociación Numismática Ecuatoriana

O teor dos artigos publicados na Revista Numismática Brasileira é de inteira responsabilidade de seus autores. Os artigos enviados para publicação, deverão ser de caráter numismático, observadas as normas no final deste volume. Permite-se a reprodução de partes dos textos mediante referência bibliográfica da fonte.

ESTIMANDO O LUCRO DA RECUNHAGEM DO \$960 RÉIS NA CASA DA MOEDA DA BAHIA 06

Estimating the profit from overstriking \$960 réis coins at the Bahia Mint.

Marco Antonio Cunha de Oliveira e Lilian Simone Aguiar da Silva

EL ESCUDO NACIONAL EN LAS MONEDAS Y BILLETES CUBANOS 19

The national coat of arms on Cuban coins and banknotes

Roberto Menchaca e Karel Benítez

IDENTIFICAÇÃO DAS CHANCELAS NAS CÉDULAS EMITIDAS PELA CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO – ATUALIZAÇÃO 32

Identification of the Signatures on the banknotes issued by the Caixa de Estabilização – Update

Leandro Guimarães Ribeiro e Fernando Vidal Cruz

MOEDAS COMEMORATIVAS CIRCULANTES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA E CRÍTICA DO BRASIL EM RELAÇÃO A ALGUNS DOS PRINCIPAIS PAÍSES DO MUNDO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS 45

Circulating commemorative coins: a comparative and critical analysis of Brazil in relation to some of the world's leading countries in the last 20 years.

Abraão Kupske

ESTUDO DE MOEDAS ANTIGAS BRASILEIRAS DOS SÉCULOS XIX E XX POR TOMOGRAFIA COM NÊUTRONS 62

Study of ancient Brazilian coins from centuries XIX and XX by neutron tomography

Marco A. Stanojev Pereira e Frederico A. Genezini

DAS FALSIFICAÇÕES CLÁSSICAS E MODERNAS NA NUMISMÁTICA ROMANA 73

Classical and modern forgeries in Roman numismatic.

André Luiz de Castro Padilha

SOARES, TIAGO DE CASTILHO. FLOR DE MOSSA: REFLEXÕES NUMISMÁTICAS E COLEÇÃO DE CITAÇÕES. FLORIANÓPOLIS: EDIÇÃO DO AUTOR, 2024 97

Lucas Hendricus Andrade Van den Boomen

PALESTRAS DA V CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE HISTORIADORES E NUMISMATAS - RIO2025 101

Pedro Mangeti Zaninetti e Oswaldo Martins Rodrigues Jr



Na capa, moeda comemorativa do centenário da Independência e cédula de 50 mil réis



SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA

Rua 24 de maio, 247 - 2º andar - São Paulo - SP

Tel.(11) 3222.3534 e 3333-7004

snb@snb.org.br

MISSÃO

Atender aos anseios dos associados, na promoção da numismática no Brasil, com ética, responsabilidade e dentro dos preceitos estatutários.

VISÃO

Ser o principal referencial da cultura numismática no Brasil.

VALORES

A SNB valoriza:

- A - Satisfação dos associados;**
- B - Ética nos seus atos e relacionamentos;**
- C - Competência profissional;**
- D - Integração entre associações;**
- E - Respeito a todas as “Partes interessadas”.**

Palavras do Editor

Os autores numismáticos no Brasil têm se mostrado mais produtivos e com maior constância nestes anos.

Neste ano de 2025, com a Rio2025, que a SNB organizou no Rio de Janeiro, de 2 a 6 de setembro, mais atenção tivemos sobre as publicações numismáticas.



A RNB se beneficiou e se beneficia deste movimento internacional com a presença de mais artigos de autores não brasileiros.

Nesta edição temos uma série de artigos muito representativos dos tipos de estudos que a numismática tem desenvolvido no Brasil.

Estudos sobre a importância econômica relacionada às moedas de 960 réis, sobre moedas comemorativas, tão importantes a muitos colecionadores, o uso de tomografia com nêutrons para conhecer metais das moedas, e um artigo sobre moedas romanas falsificadas, para auxiliar colecionadores.

Também é necessário lembrar que a SNB – Sociedade Numismática Brasileira está sempre atenta a melhorar a qualificação dos associados para ter coleções adequadas e que cumpram as funções saudáveis de uma atividade de lazer, agregado a conhecimento e relacionamento social. Assim, a SNB publica esta revista no formato de PDF sendo distribuído pela internet e disponibilizado no website da SNB (www.snb.org.br).

Saudações numismáticas aos leitores e aos autores que sempre participam e contribuem para o crescimento da numismática.

Oswaldo M. Rodrigues Jr.

RNB – Revista Numismática Brasileira – Editor

SNB – Sociedade Numismática Brasileira – Vice Presidente

Rio2025 – V Convención Internacional de Historiadores y Numismáticos – Vice Presidente



ESTIMANDO O LUCRO DA RECUNHAGEM DO \$960 RÉIS NA CASA DA MOEDA DA BAHIA

Estimating the profit from overstriking \$960 réis coins at the Bahia Mint.

Marco Antonio Cunha de Oliveira*

Lilian Simone Aguiar da Silva**

RESUMO

Após a chegada da família real ao Brasil em 1808, houve a ordem de alterar o valor das moedas de prata espanholas de 8 *reales*. Estas moedas que então circulavam valendo em torno de \$750 réis teriam seu valor elevado para \$960 réis e seriam conhecidas como patacão. De 1810 a 1834 foram recunhados nas Casa de Moeda do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais mais de 20 milhões de patações, e desde sua introdução foram alvo de críticas e questionamento sobre sua motivação, obter lucro para a Coroa, aumentar a oferta monetária ou ambos. Com base nos dados da Comissão de Inquérito de 1859 serão analisados os preços de compra da moeda espanhola na Casa da Moeda do Rio de Janeiro e utilizados para estimar a lucratividade na Casa da Moeda da Bahia, totalizando em 2.000 contos de réis o lucro total da operação nas Casa da Moeda analisadas.

Palavras-chave: Patacão; Moeda de Prata; 960 réis; Brasil Colonial.

Recebido em 25/02/2025
Aprovado em 28/02/2025

*CFA. Professor Doutor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rua Comendador Queiroz 38, apt.1401 – Icaraí – Niterói – RJ – CEP:24230-220. Email : marcoacdeoliveira@gmail.com - Cel (21) 98841-2311

**Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense

ABSTRACT

After the arrival of the royal family in Brazil in 1808, an order was given to alter the value of Spanish silver coins of 8 reales. These coins, which circulated with a value of around 750 réis, had their value increased to 960 réis and became known as patacão. From 1810 to 1834, more than 20 million patacão coins were overstruck at the Rio de Janeiro, Bahia, and Minas Gerais Mints. Since their introduction, they have been the subject of criticism and questioning regarding their motivation, whether to generate profit for the Crown, increase the money supply, or both. Based on data from the 1859 Commission of Inquiry, the purchase prices of the Spanish currency at the Rio de Janeiro Mint will be analyzed and used to estimate the profitability at the Bahia Mint, totaling 2.000 contos de réis, the total profit from the operation at the analyzed Mints.

Keywords: Patacão; Silver Coin; 960 réis; Colonial Brazil.

Introdução

Ao fim do século XVIII a circulação monetária no Brasil era estimada em 10 mil contos de réis com dois terços em moedas de ouro e o restante em prata e cobre (Levy, 1983, p.837). Para Britto (1939, p.465) até 1810 a moeda de ouro dominava a circulação e a de prata era moeda auxiliar que fazia os ofícios de troco.

Quando da chegada da família real ao Brasil no início 1808 a cunhagem de ouro já estava em declínio e a necessidade de suprir numerário ao comércio interno e externo, execução de obras e demais serviços, além da demanda de dinheiro para as despesas do Reino, levariam a maior procura por moeda (Cavalcanti, 1893, p.14; Ribeiro, 1947, p.156).

Em maio de 1808 o Escrivão Manoel Jacinto Nogueira da Gama, que mais tarde seria conselheiro de Estado, senador do Império e marquês de Baependi (Simonsen, 2005, p.537), sugere a adoção de uma marcação sobre as moedas espanholas de 8 *reales* que então circulavam por \$750 réis e em setembro de 1808 o príncipe regente D.João autoriza a nacionalização destas moedas. Inicialmente um carimbo real foi aplicado aos 8 *reales* e em 1810 a recunhagem para \$960 réis foi iniciada, sendo produzidas nas Casas da Moeda do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Esta moeda, conhecida como patacão, teve sua cunhagem até 1834. De acordo com Matzenbacher

(2015) existe um exemplar conhecido de patacão de 1809, que está no Museu de Valores do Banco Central do Brasil.

Abreu (2019, p.10) aponta que “durante aproximadamente 25 anos, é (re)cunhada uma das moedas mais enigmáticas e mais fascinantes da numária mundial” e que mais de 95% dos patações foram recunhados sobre os 8 *reales* espanhóis.

Existe na literatura o questionamento da motivação da operação de recunhagem dos 960 réis, necessidade de expansão da oferta monetária, obter lucro com o levantamento de valor da moeda ou ambos (Cavalcanti, 1893, p.14; Ribeiro, 1947, p.161; Lima, 2022, p.123; Bertapeli, 2024, p.79). Para a Casa da Moeda da Corte, no Rio de Janeiro, o lucro desta operação é apresentado em 59 transações de 1810 a 1827, com os preços e quantidades detalhadas no anexo-B do Relatório da Comissão de Inquérito (BRASIL, 1859), entretanto para a Casa da Moeda da Bahia apenas as quantidades recunhadas são apontadas neste documento. Uma estimativa anterior de lucratividade é fornecida em Baptista (2008, p.12) que chega a um valor de 3.000 contos de réis para o período 1810 a 1821, para 20 milhões de moedas.

Neste contexto, este trabalho retoma o tema de lucro da recunhagem do \$960 réis visando estimar o resultado na Casa da Moeda da Bahia e será desenvolvido nas seguintes etapas: o item dois recupera as informações da circulação do 8 *reales* no Brasil; o terceiro item apresenta a lucratividade desta operação no Rio de Janeiro e aproxima os valores para a Casa da Moeda da Bahia e finalmente são apresentadas as conclusões do trabalho.

A circulação da moeda de 8 *reales* no Brasil

O 8 *reales* foi por mais de 3 séculos a divisa obrigatória, participando do comércio dos 5 continentes (Maldonado, 2013, p.20). Coimbra (1959, p.231) argumenta que em 1587, sob o domínio castelhano, começa a introdução de moedas espanholas na circulação monetária do Brasil. Esta moeda viria a ser dominante até o final do século XVII (Maldonado, 2013, p.7).

As moedas de 8 *reales* circulavam no Brasil pelo equivalente em réis de:

- \$320 em 1582, valor fixado pela lei de 25 de novembro de 1582 (Coimbra, 1959, p.233);
- \$480 em 1643, após a União Ibérica. Sombra (1938, p.74)

apresenta o Alvará de 26 de fevereiro de 1643 com a ordem de carimbar as moedas espanholas;

- \$600 em 1663, valor fixado pela lei de 22 de março de 1663 (Barata, 1942, p.173);
- \$640 em 1676, pelo Alvará de 18 de março de 1676 (Barata, 1942, p.173);
- \$750 em 1700, pela Carta Régia de 21 de janeiro de 1700 (Sombra, 1938, p.113).

O jornal Correio Braziliense de 1811 (p.126) estima a produção de moeda de prata na América Espanhola em 38,2 milhões de moedas por ano. Por sua vez, Irigoin e Millmore (2021, p.43) indicam que a moeda de 8 *reales* era a peça mais cunhada nas casas da moeda da América espanhola.

A operação de Recunhagem e sua Lucratividade

O Escrivão Deputado da Junta da Real Fazenda Manoel Jacinto Nogueira da Gama, considerado o mentor da operação de recunhagem (Ribeiro, 1947, p.162; Maldonado, 2013, p.37), viria através de 3 documentos datados de maio de 1808 e publicados por Azevedo (1906) defender que com 8 moedas de 8 *reales* se fabricavam 12 moedas de \$640 réis, portanto equivalentes a 7\$680 e com um lucro de 28%, o que considera um valor de compra de \$750 para a moeda espanhola. O Escrivão sugere a marcação do “Real Busto do Príncipe Regente” diretamente sobre a moeda espanhola com valor de \$960 réis o que traria o mesmo resultado e evitaria o trabalho de fundir, ensaiar e laminar a prata. Nestes mesmos documentos propõe a elevação de valor das moedas da série “J”, medida que também viria a ser adotada.

Adiante, por meio do Alvará de 1 de setembro de 1808 D. João ordena a elevação do valor das moedas de 8 *reales* espanholas com aplicação de uma marca da Coroa alterando seu valor para \$960 réis, os chamados “Carimbos de Minas” (Romero, 1938, p.150).

Nogueira da Gama (1963) após estudar 703 moedas de “Carimbo de Minas” chega a seguinte distribuição:

Tabela 1: Distribuição das Moedas base dos Carimbos de Minas.

Casa da Moeda	Quantidade	% do Total
Potosi	565	80,4%
Lima	71	10,1%
Santiago	44	6,3%
Mexico	21	3,0%
Sevilha	1	0,1%
Madrid	1	0,1%
Total	703	100%

Fonte: Nogueira da Gama (1963, p.27)

O Alvará de 20 de novembro de 1809 ordena a recunhagem total dos 8 *reales*, citando a necessidade de moeda e dando origem aos patações de \$960 réis, operação que duraria até 1834¹.

“Eu o Príncipe Regente Faço saber aos que o presente Alvará virem, que atendendo á grande falta, que experimenta de Moeda Provincial de Prata neste Estado do Brazil, e para facilitar as transacções mercantis no maior giro de Commercio, que ora tem: Sou Servido Ordenar, que na Casa da Moeda desta Cidade, e na da Bahia se fabrique, e cunhe Moeda Provincial do valor extrínseco de novecentos e sessenta reis, ou três patacas [...]”

Segundo Abreu (2019, p.11) mais de 95% dos patações foram recunhados sobre os 8 *reales* espanhóis, assim, para Ferrero (2013, p.9) na verdade os patações do Rio da Prata continuaram, mas tiveram uma metamorfose, com uma nova impressão, idioma e país. Já para Eckefeldt e Du Bois (*apud* Borrego, 2020, p.60) os patações seriam “simplesmente dólares espanhóis em nova roupa”.

Entretanto, o Brasil não foi o primeiro a cunhar sobre a moeda espanhola, como apresenta Hodge (2012, p.176): “On 3 March 1804 the Bank of England placed a contract with the Soho mint to overstrike 8 reales com-

¹(Disponível em: <https://dn790006.ca.archive.org/0/items/euoprinciperegen86port/euoprinciperegen86port.pdf> . Acesso em 22 fev.2025).

pletely with a new design and so arose the Bank of England Five Shillings Dollar”. De fato, é possível que devido à proximidade entre as coroas Portuguesa e Britânica que tenha havido por parte dos portugueses o aprendizado sobre a experiência inglesa de recunhagem, uma vez que consta carta de pessoa ligada a Coroa Portuguesa endereçada à *Soho mint* em 5 de julho de 1808, antes do Alvará do Carimbo de Minas, solicitando informações sobre aquela recunhagem (Levy, 2004; Figueiredo e Balsemão, 2021).

Prober (1946, p.22/23) viria a defender que o carimbo havia sido motivado pelo estado precário que se encontrava o tesouro e que “tentado pelo lucro fabuloso” autorizou a recunhagem que deu origem a moeda de \$960 réis.

Também Simonsen (2005) se posicionou no sentido de que a recunhagem ajudava a equilibrar o orçamento:

“[...] O orçamento real constituía um milagre de equilíbrio sendo notáveis os processos utilizados para criação artificial de recursos. Os déficits reais se acumulavam, lançando mão o Erário Régio, para cobri-los, da recunhagem das piastras espanholas, o que representava uma inflação, das emissões do Banco do Brasil [...]” (Simonsen, 2005, p.542).

De fato, de 1810 a 1827 a operação foi superavitária, como podemos verificar nos dados da Casa da Moeda do Rio de Janeiro, disponibilizada no anexo-B (BRASIL, 1859) e sumarizada na tabela-2, com um resultado positivo de 1.321 contos de réis, sem considerar o lucro das operações da Casa da Moeda da Bahia. A tabela original contante do Anexo-B (Brasil, 1859) foi referenciada em Lima (2022, p.124) e o relatório da Comissão de Inquérito foi mencionado entre outros em: Cavalcanti (1893, p.13); Britto (1939, p.474) e Ribeiro (1947, p.157).

Tabela 2: Lucro na Operação de Recunhagem do Patacão na Casa da Moeda da Corte.

Ano	Quantidade	Preço médio	Lucro/prejuízo
1810	1.059.608	753,70	218.592.030
1811	293.999	800,00	47.039.840
1812	232.278	817,33	33.138.200
1813	1.098.421	820,01	153.764.940
1814	718.347	834,61	90.075.120
1815	855.153	838,19	104.169.450
1816	1.214.486	850,09	133.485.800
1817	1.599.534	854,68	168.464.870
1818	1.895.290	857,84	193.617.720
1819	1.459.575	889,31	103.182.360
1820	2.063.573	917,04	88.657.760
1821	838.086	942,69	14.503.915
1822	428.000	970,25	- 4.387.905
1823	395.423	984,83	- 9.816.920
1824	600.000	975,63	- 9.377.800
1825	600.000	960,00	-
1826	500.000	960,00	-
1827	18.000	1.190,00	- 4.140.000
TOTAL	15.869.773	876,76	1.320.969,380

Fonte: autores, com base nas informações do anexo-B (BRASIL, 1859).

Em que: Preço médio anual é calculado com base nos preços informados ponderados por sua quantidade; O lucro anual = Quantidade * (\$960 – Preço Médio).

O referido mapa de lucro dos patações no anexo-B (BRASIL, 1859) detalhou preços e quantidades compradas por ano da moeda base que foi recunhada. Assim, outra análise consiste em ordenar e somar as quantidades adquiridas para cada preço. Esta ordenação nos permite verificar que a maior quantidade de moedas base foi comprada ao preço de \$855 réis com 3.033.684 unidades; em seguida o preço de compra é de \$960 réis, valor de face do patacão, com 2.161.022 unidades.

Tabela 3: Quantidade de Moedas base compradas

Preço	Quantidade	Anos
855	3.033.684	1816; 1817; 1818
960	2.161.022	1813; 1821; 1822; 1823; 1824; 1825; 1826
920	1.882.665	1820; 1821
840	1.639.893	1814; 1815; 1816; 1817
820	1.565.805	1812; 1813; 1814; 1815; 1820; 1821
860	1.117.199	1818; 1819
750	981.095	1810
895	610.264	1819
900	455.388	1819; 1820
800	417.784	1810; 1811; 1812; 1815; 1817; 1820; 1821
1000	365.423	1822; 1823; 1824
870	325.598	1819
950	251.351	1821
940	227.743	1821
890	225.545	1819
850	218.210	1816; 1817; 1818; 1819; 1820
910	147.126	1820
1010	40.000	1824
1012	40.000	1824
955	31.405	1821
830	25.971	1815
1050	23.780	1824
975	23.177	1822
1013	20.000	1824
1190	18.000	1827
1040	16.220	1824
970	4.025	1822
810	1.400	1815

Fonte: autores, com base nas informações do anexo-B (BRASIL, 1859).

No Gráfico-1 podemos observar que a maior diferença positiva de preços para \$960 ocorreu em 1810, resultando no maior lucro anual, já a maior quantidade cunhada ocorreu em 1820. A partir de 1822 com preços de compra da moeda base iguais ou superiores a \$960 réis foi mantida a recunhagem embora com quantidades menores.

Nos anos de 1832, 1833 e 1834, já sob o reinado de D. Pedro II, os patações foram recunhados sob disco próprio (Abreu, 2019, p.11), embora em quantidades reduzidas, 3039 unidades em 1832 e 154 unidades em 1834 (Maldonado, 2023, p.580).

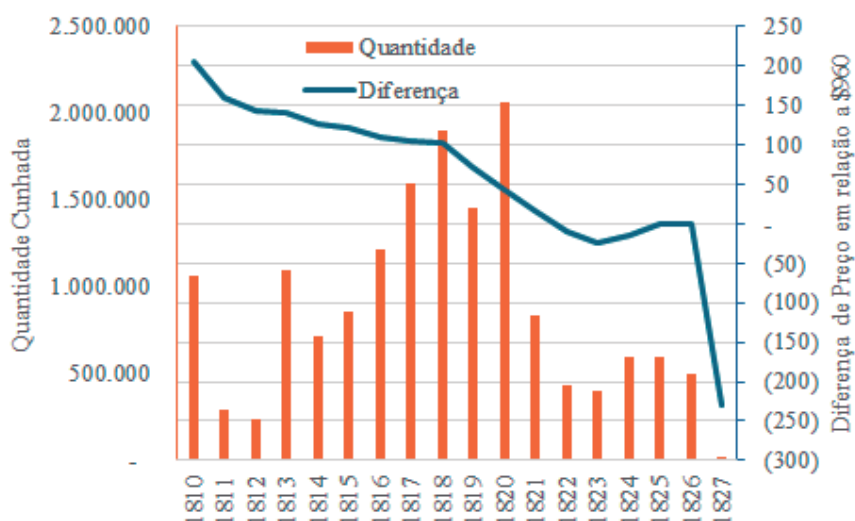


Gráfico-1 Quantidades e Diferença de Preço em relação a \$960 réis.

Fonte: autores, com base nas informações do anexo-B (BRASIL, 1859).

De forma a verificar se estes preços de compra da tabela-2 são coerentes com os valores intrínsecos da moeda, estes valores anuais para a moeda de 8 *reales* são calculados com os seguintes parâmetros:

Preço anual da prata em *libras/onça-troy* (Disponível em: <<https://www.chards.co.uk/silver-price/silver-price-history>>. Acesso em: 07 jun. 2024);

1 onça-troy = 31,1035 gramas;

Relação cambial mil-réis por libra de Moura Filho (2010);

Características do 8 *reales*: peso de 27,0674 gramas, com 0,896 de pure-

za. (Disponível em: <https://www.ngccoin.com/price-guide/world/mexico-spanish-colony-8-reales-km-109-1791-1808-7-cuid-1116249-duid-1417393> . Acesso em 22 fev. 2025).

Estes valores são confrontados no gráfico-2, onde verificamos que os preços médios de compra acompanham os valores intrínsecos.

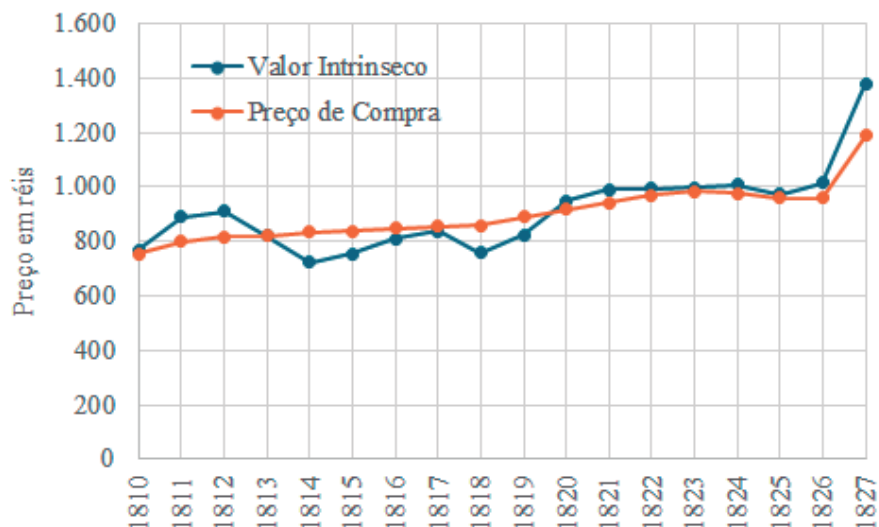


Gráfico-2 Preço de Compra do 8 *reales* e Valores Intrínsecos

Fonte: autores

Desta forma, foram utilizados os preços anuais no Rio de Janeiro para as quantidades cunhadas na Casa de Moeda da Bahia, apresentados na tabela 4.

Tabela 4: Lucro na Operação de Recunhagem do Patacão na Casa da Moeda da Bahia.

Ano	Quantidade	Preço médio	Lucro/prejuízo
1810	229.728	753,70	47.391.781
1811	144.578	800,00	23.132.480
1812	352.306	817,33	50.262.129
1813	407.000	820,01	56.974.813
1814	928.187	834,61	116.387.422
1815	764.497	838,19	93.126.297
1816	806.124	850,09	88.602.180
1817	698.317	854,68	73.547.597
1818	890.000	857,84	90.920.002
1819	267.500	889,31	18.910.492
1820	242.541	917,04	10.420.345
1821	576.154	942,69	9.970.920
1822	7.786	970,25	- 79.823
1823	1.058	984,83	- 26.266
1824	55.038	975,63	- 860.226
1825	80.577	960,00	-
1826	7.707	960,00	-
TOTAL	6.459.098		678.680.142

Fonte: autores

Com base nos preços médios praticados no Rio de Janeiro o lucro estimado para a Casa de Moeda da Bahia foi de 678,7 contos de réis, totalizando 2.000 contos de réis nas duas casas. Cabe ressaltar a cunhagem na Casa da Moeda da Bahia no período 1817 a 1819 para os quais o ano que aparece nas moedas é 1816, com poucos exemplares conhecidos de 1819. Sobre este tema veja Levy (2002, p.22) e Maldonado (2023, p.505).

Conclusões

A cunhagem de moedas de ouro, que teve seu ápice em meados do século XVIII, já se encontrava em declínio quando da chegada da Corte ao Brasil. Com a necessidade de expandir a oferta monetária teve início a produção da moeda de \$960 réis, o patacão, em sua maioria recunhados sobre a moeda base espanhola de 8 *reales*, que já circulava na colônia desde a União Ibérica.

De posse dos dados disponibilizados pela Comissão de Inquérito (BRASIL, 1859) com os preços de compra do 8 *reales* para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro, foi verificado que a operação como um todo foi lucrativa e ajudou a equilibrar o orçamento da Coroa. Embora a recunhagem fosse feita com preços superiores ao valor de face da moeda a partir de 1822, esta prosseguiria até 1827. Foi ainda apontado que a segunda maior quantidade comprada da moeda base a ser recunhada foi feita a \$960 réis, valor de face da moeda.

Neste contexto, a moeda de \$960 réis foi uma solução rentável para o problema de falta de meio circulante, coerente com Ribeiro (1947, p.161), totalizando um lucro de cerca de 2 mil contos de réis nas Casas de Moeda do Rio e da Bahia.

Entre as limitações podemos explicitar que os preços de compra para as moedas base na Casa de Moeda da Bahia foram aproximados pelos preços divulgados para a Casa de Moeda do Rio de Janeiro, além disto, não foram incluídos na lucratividade os Carimbos de Minas e os Patações cunhados em Minas Gerais, bem como as moedas cunhadas em disco próprio de 1832 a 1834.

Referências bibliográficas

- ABREU, Paulo A.R. 960 Réis e seu Recunhos. *Revista Numismática Brasileira*. São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 7-18, dez. 2019.
- AZEVEDO, Pedro A. Situação Monetária de Minas-Geraes em 1808. *O Archeologo Portugues*, v. 11, n. 5 a 8, p. 209-219, 1906.
- BAPTISTA, Marco T.F. A Família Real Portuguesa e os 960 Réis. *Boletim da Sociedade Numismática Brasileira*. São Paulo, n. 61, p. 11-13, 1º sem. 2008.
- BARATA, Mario. Notas sobre a Circulação da Moedas de Prata Espanhola no Brasil Colonial. *Revista Numismática*. São Paulo, n. 1-4, p. 158-180, 1942.
- BERTAPELI, Rogerio. As Supostas para São Paulo: suas peculiaridades e como as identificar. *Movimento Numismático*. Rio de Janeiro, ano II, n. 4, p. 60-84, jun. 2024.

- BORREGO, Pedro D.C. A Circulação da Moeda Espanhola no Brasil. *Revista Numismática Brasileira*. São Paulo, v. 24, n. 2, p. 53-62, dez. 2020.
- BRASIL. Comissão de Inquerito Sobre o Meio Circulante. 1859. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000541&m=626&n=00070. Acesso em: 07 jun.2024.
- BRITTO, Lemos. *Pontos de Partida para a História Econômica do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CAVALCANTI, Amaro. *O Meio Circulante Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- COIMBRA, Alvaro V. Noções de Numismática Brasileira (I). *Revista de História*. São Paulo, v. 18, n. 37, p. 201-242, 1959.
- CORREIO BRAZILIENSE, 1811. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/700142x/3241>. Acesso em: 09 ago.2024
- FERRERO, Horacio M. El Patacon de las Provincias del Rio de La Plata como Moneda Base de los 960 reis. *Revista Numismatica*. Montevideo, n. 70, p. 9-24, jun. 2013.
- FIGUEIREDO, Vinícius; BALSEMÃO, Pedro P. A Máquina Soho de Cunhar Moedas à Vapor e o Fracasso Português. *Revista Numismática Brasileira*, v.25, n.2, p.140-146, dez. 2021.
- HODGE, Eric C. A Poor Host Leaves a Bad Impression. *British Numismatic Journal*, Londres, n.82, p.175-191, 2012.
- IRIGOIN, Alejandra; MILLMORE, Bridget. Piece of Eight. *New World Objects of Knowledge*. 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv1vbd275.8?seq=6>. Acesso em 18 set.2024.
- LEVY, David A. *Os Recunhos de 960 réis*. São Paulo: D.A. Levy, 2002.
- LEVY, David. A Cunhagem a Vapor para a Casa da Moeda do Rio de Janeiro nos “Brasis”. *Boletim da Sociedade Numismática Brasileira*, n.54, p.30-40, 2.sem 2004.
- LEVY, Maria B. Elementos para o Estudo da Circulação da Moeda na Economia Colonial. *Estudos Econômicos*, 13, p.825-840, 1983.
- LIMA, Fernando C. Da moeda metálica ao papel-moeda: as transformações do meio circulante na construção do Império do Brasil (1808-1831). *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 118-140, jan./abr. 2022.
- MALDONADO, Rodrigo. *960 Réis*. Itália: Bentes Edizioni Numismatiche, 2013.
- MALDONADO, Rodrigo, *Bentes Guia Oficial das Moedas Brasileiras*, 9. ed. Itália: Bentes Edizioni Numismatiche, 2023.
- MATZENBACHER, André J. O patacão do Rio de Janeiro de 1809 e suas chapas corrigidas em 1810. *O Numismata*, n. 7, p. 5-9, jun. 2015.
- MOURA FILHO, Heitor P. Câmbio de Longo Prazo do Mil-réis: uma Abordagem Empírica Referente às taxas contra a Libra Esterlina e o Dólar (1795-1913). *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v.11, n.15, p.9-34, 2º sem.2010.
- NOGUEIRA DA GAMA, Luiz. Duros contramarcados (Carimbos de Minas). *Revista da Academia Uruguia de Numismática e Bibliofilia*, p.25-28, 1963.
- PROBER, K. *Moedas Falsas e Falsificadas do Brasil*. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, 1946.
- RIBEIRO, Maria L. Estudo da Moeda de 960 Réis ou três Patacas criada na Regencia de Príncipe D.João – 1799-1818. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. VIII, p. 155-180, 1947.
- ROMERO, Edgar, A. Numismática Brasileira - Regencia do Príncipe D.João (1799-1818), Emissões, Contramarcas e Recunhos. *Revista Numismática*. São Paulo, n. 3 e 4 , p. 149-159, 3º e 4º trim. 1938.
- SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil 1500-1820*. 4.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- SOMBRA, Severino. *História Monetária do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Oficinas Graficas da Emp. Almanak Laemmert, Ltda, 1938.



EL ESCUDO NACIONAL EN LAS MONEDAS Y BILLETES CUBANOS

The national coat of arms on Cuban coins and banknotes

Roberto Menchaca
Karel Benítez

RESUMEN

El artículo estudia las diferentes versiones del escudo de Cuba que han aparecido en las monedas y billetes nacionales del país a lo largo de su historia numismática.

Palabras clave: Cuba, escudo oficial, monedas, billetes

ABSTRACT

The article studies the different versions of Cuba's coat of arms that have appeared in the national coins and banknotes of the country throughout its numismatic history.

Keywords: Cuba, coat of arms, coins, banknotes

Recebido em 06/10/2025.

Aceito em 29/10/2025.

El escudo oficial de la República de Cuba es uno de los símbolos nacionales junto a la bandera y al himno. Con mínimas modificaciones el escudo actual sigue siendo aquel que fue originalmente adoptado por la República de Cuba en Armas durante la Asamblea Constituyente de Guáimaro en 1869. Este ha sido posteriormente ratificado por las sucesivas constituciones que han sido aprobadas en el país a lo largo de su historia.



Escudo nacional de la República de Cuba

Las especificaciones del escudo quedaron establecidas mediante un decreto firmado por el primer presidente cubano Tomás Estrada Palma, el 21 de abril de 1906. Estas han permanecido sin modificaciones desde entonces.

El escudo nacional tiene forma de adarga ojival formada por dos arcos de círculos iguales que se cortan volviendo la concavidad el uno al otro, dividido en tres cuerpos, espacios o cuarteles. El cuerpo superior horizontal representa un mar con dos cabos, montañas o puntas terrestres a sus lados (Florida y Yucatán), lo cual simboliza la posición de Cuba entre las dos Américas. Cierra el estrecho una llave dorada de vástago macizo, colocada en un fondo azul marino, con la palanca hacia abajo. Al fondo un sol naciente esparce sus rayos por todo el cielo del paisaje, que simboliza el surgir luminoso del naciente estado. El cuerpo inferior derecho tiene cinco bandas de igual ancho, alternadas de color azul turquí y blanco e inclinadas todas de izquierda a derecha, que se asocian a la bandera. Estas franjas blancas y azules ejemplifican la división departamental de la isla en la época colonial. El centro del cuerpo inferior izquierdo lo ocupa un paisaje verde, llano y montañoso, en un cielo azul claro. Este está presidido por la palma real con el botón de su hoja central en lo más alto, emblema del carácter indoblegable del pueblo.

El Escudo se sostiene por un haz de once varillas, unidas por una cinta roja cruzada en equis que alude a la unión de todos los cubanos. Coronando el extremo superior de dicho haz aparece un gorro frigio de color rojo vuelto hacia la derecha. El gorro frigio fue adoptado durante la Revolución Francesa como un símbolo republicando alusivo a la libertad. En su interior se inserta una estrella blanca de cinco puntas, con una de ellas orientada hacia la parte superior que, como en la bandera nacional, representa el estado independiente. Una rama de laurel y otra de encina, alusivas respectivamente a la fortaleza y la victoria, flanquean el escudo por la izquierda y la derecha en cada caso, sin exceder la altura del mismo.

El escudo nacional tuvo su origen en aquel que diseñara en 1849 el cubano Miguel Teurbe Tolón a instancias del General venezolano Narciso López para ser utilizado en un posible gobierno provisional de Cuba. López lideró un movimiento dirigido a lograr la independencia de la isla y su posterior anexión a Estados Unidos. En este sentido hay que destacar que una de las primeras versiones del escudo elaborada por Teurbe Tolón fue rechazada

precisamente por su marcado carácter anexionista. En este sentido basta fijarse en las trece estrellas que rodean la palma real, representativas de las trece colonias norteamericanas, y las franjas rojas y blancas tomadas de la bandera de aquel país. El escudo llevó inserto en un cintillo la leyenda “PATRIA Y LIBERTAD” que sería profusamente utilizada en muchas de las monedas cubanas, comenzando por los “souvenirs” acuñados en 1897.

La primera vez que el escudo cubano se usó en billetes y monedas fue en los billetes emitidos en 1869 por la República de Cuba en Armas. Así se denominó al gobierno provisional nombrado en base a la Constitución de Guáimaro que debía regir en los territorios que irían siendo liberados a continuación por las fuerzas independentistas. La Ley firmada por el



Una de las primeras versiones del escudo cubano realizada en 1849

presidente Carlos Manuel de Céspedes en Sabanilla de Sibanicú el 9 de julio de 1869 autorizó la emisión de dos millones de pesos en billetes con las denominaciones de cincuenta centavos, uno, cinco diez, cincuenta, cien, quinientos y mil pesos. Los billetes fueron impresos en Nueva York entre los meses de mayo y junio de 1869 por la “National Bank Note Company” radicada en esa ciudad. Las denominaciones de cincuenta centavos, uno, quinientos y mil pesos ostentaron una versión del escudo con ramas muy cortas a ambos lados mientras que los billetes de cinco, diez, cincuenta y cien pesos presentaban cuatro banderas flanqueando el escudo. Este último diseño del escudo fue también utilizado en el anverso de los bonos de 500 y 5000 pesos emitidos en Nueva York el uno de julio de 1869 a nombre de la República de Cuba. El escudo, sin ningún elemento flanqueando la adarga ojival vuelve a aparecer en los bonos de 50 y 100 pesos emitidos en 1896.



Anverso del billete de cinco pesos de 1869

La versión del escudo flanqueado por cuatro banderas fue también utilizada en el reverso de las monedas provisionales acuñadas en 1870 que probablemente debían complementar la emisión de los billetes impresos un año antes. Las monedas fueron acuñadas en las denominaciones de cinco, diez, veinte, cincuenta centavos y un peso. Todas las denominaciones fueron acuñadas en cobre y en plata, si bien estas últimas en una tirada extraordinariamente baja. La ausencia de evidencia documental sobre estas acuñaciones solo permite elaborar hipótesis sobre la autoría y el lugar de producción de las piezas.



Anverso y reverso de una moneda provisional cubana acuñada en plata en 1870

Curiosamente un cocotero en lugar de la palma real fue grabado en el escudo que exhibe el reverso de las monedas “souvenir” acuñadas en 1897 y la pieza de un peso de 1898. Las piezas fueron diseñadas por el escultor de origen francés, Philip Martigny siendo utilizadas por la Delegación del Partido Revolucionario Cubano radicada en Nueva York como medio para recaudar fondos que ayudasen a sufragar la guerra de independencia librada contra España. Otros elementos erróneos en la versión del escudo representada en estas piezas son la presencia de ramas de hojas de roble y laurel a izquierda y derecha del escudo en lugar de las correspondientes ramas de laurel y encina que deberían haber figurado en esas posiciones respectivas. Finalmente hay que destacar que el artista concibió un diseño para las ramas alejado de las especificaciones oficialmente estipuladas ya que las mismas contactaban en varios puntos el marco del escudo llegando incluso a superponerse al mismo.



Anverso y reverso de una moneda “souvenir” tipo I acuñada en plata en 1897

Si bien la república cubana fue proclamada en 1902, hubo que esperar hasta la aprobación de la Ley de Defensa Económica el 29 de octubre de 1914 para que se autorizase la creación y circulación de la moneda nacional. La Ley firmada por el entonces presidente cubano Mario García Menocal dispuso la acuñación en cobre-níquel de monedas en las denominaciones de uno, dos y cinco centavos. En plata se acuñaron monedas de diez, veinte, cuarenta centavos y un peso mientras que en oro fueron producidas piezas en las denominaciones de uno, dos, cuatro, cinco, diez y veinte pesos. De acuerdo con el texto de la norma, todas las monedas exhibieron la versión oficial del escudo nacional en el reverso y fueron acuñadas en la ceca norteamericana de Filadelfia.



*Anverso y
reverso de
una moneda
de veinte pe-
sos acuñada
en 1915*

El diseño del escudo cubano se basó en las especificaciones enviadas desde La Habana el 24 de diciembre de 1914 por el experto monetario Charles Arthur Conant, quien asesoró al gobierno cubano en el proceso de creación de su moneda nacional. Para facilitar su trabajo, también se le envió desde La Habana al Grabador-Jefe de la Casa de la Moneda de Filadelfia, Charles Edward Barber, una bandeja coloreada con el escudo nacional grabado. Irónicamente, las especificaciones enviadas desde La Habana no reflejaban exactamente el escudo grabado en la bandeja ya que según estas el escudo debería ir flanqueado por ramas de laurel y mirto en lugar de las ramas de laurel y encina, oficialmente estipuladas. Afortunadamente el error fue detectado a tiempo y las piezas producidas llevaron grabada la versión oficial del escudo cubano.¹

Por el camino fueron descartadas otras versiones del escudo diseñadas para adornar el reverso de las piezas como las concebidas por el artista italiano Giuseppe Moretti o aquella ideada por Vicente Santos Verdú en sus monedas-patrón de veinte pesos.

La versión del escudo finalmente grabada en las primeras monedas cubanas fue mantenida sin modificaciones en la mayor parte de las piezas acuñadas durante el período republicano. Una ligera modificación fue introducida en las monedas de un peso “ABC” acuñadas entre 1934 y 1939. En el diseño creado por el artista de origen español Jaime Valls Díaz las ramas de laurel y encina contactan a ambos lados con los bordes del escudo y el eje central del haz de la unión sobresale por el extremo inferior del escudo.

¹“The Barber Papers”, 12 de marzo de 1914-8 de septiembre de 1915



Reversos proyectados en 1915 por Moretti (izquierda) y Santo Verdú (derecha) para las monedas que iban a ser acuñadas



Anverso y reverso de un peso de plata "ABC" acuñado en 1934

Las monedas conmemorativas del cincuentenario de la proclamación de la república y aquellas destinadas a celebrar el centenario del nacimiento del Apóstol Nacional José Martí han sido hasta ahora las únicas piezas circulantes del período republicano que no llevaron grabado en sus caras el escudo nacional. En su lugar las monedas del cincuentenario exhibieron en el anverso una rueda dentada rodeando un jagüey en representación de las ruinas del ingenio azucarero "La Demajagua", que fuera propiedad de Carlos Manuel de Céspedes. El conocido como "Padre de la Patria" proclamó allí el 10 de octubre de 1868 el inicio de la guerra de independencia contra España. En el reverso las piezas exhiben en un primer plano la bandera nacional izada en el Castillo del Morro y al fondo una panorámica de la Ciudad de La Habana.

Por su parte algunas denominaciones de las monedas del centenario martiano mostraron distintos elementos del escudo oficial en sus respectivos reversos. Así las piezas de veinticinco centavos exhibieron el gorro frigio que adorna la parte superior del escudo mientras que las de un peso mostraron el sol naciente y la llave que se dispone en el cuartel superior del escudo. El resto de las denominaciones de esta serie, las monedas de uno y cincuenta centavos, exhibieron otros diseños no relacionados con el escudo cubano.² No obstante, cabe destacar que la idea inicial del autor, el artista cubano Esteban Valderrama Peña, era el uso del mismo reverso para todas las piezas y este habría sido similar al empleado finalmente para las monedas de veinticinco centavos.



Reversos respectivos de las monedas de veinticinco centavos (izquierda) y un peso (derecha) acuñadas en 1953 con motivo del centenario martiano

El diseño del escudo cubano ideado por Charles E. Barber en 1915 para las primeras monedas cubanas se mantuvo sin modificaciones en el reverso de todas las piezas producidas incluso hasta 1990.

Como curiosidad se puede mencionar que las dos variantes de la moneda de cinco centavos de 1968 acuñadas respectivamente en Kremnica (antigua Checoslovaquia), y en Leningrado (actual San Petersburgo en Rusia) se diferencian en pequeños detalles, algunos distinguibles en los respectivos escudos grabados en el reverso de las piezas.

Las únicas piezas del período revolucionario que no llevaron el escudo cubano grabado en una de sus caras fueron las monedas acuñadas a nombre del Instituto Nacional de Turismo (INTUR). Dado que las piezas fueron concebidas para ser usadas únicamente por los turistas extranjeros que visi-

²Lo mismo se aplica a la moneda de un centavo acuñada en 1958 cuyo reverso es idéntico a la moneda de igual denominación producida en 1953.

taban la isla, estas carecieron de las leyendas revolucionarias y los símbolos patrios que muestran las monedas del peso nacional.



Kremnica



Leningrado

Detalles de los respectivos reversos de ambas variantes de la moneda de cinco centavos de 1968

En 1992 las monedas circulantes comenzaron a ser producidas en el país. A partir de entonces las piezas incorporaron en el reverso una versión revisada del escudo cubano. Esta nueva variante es fácilmente distinguible de la anterior por tener los elementos del escudo mejor definidos.



Reverso de dos monedas de cinco centavos de 1972 (izquierda) y 2010 (derecha) mostrando las dos versiones del escudo cubano

La inmensa mayoría de las monedas acuñadas con fines conmemorativos por la Empresa Cubana de Acuñaciones (actualmente conocida como la Casa de la Moneda de Cuba) ostentan el escudo nacional en el reverso.³ El mismo ha sido redefinido a lo largo de los años pero respetando siempre las normas oficiales. No obstante, la primera serie acuñada por este organismo

³En contraposición, la ceca cubana acuñó algunas series temáticas entre 1988 y 1993 donde el escudo nacional fue reemplazado en el reverso por el escudo de la Ciudad de la Habana donde dicho organismo está ubicado.

en 1977, denominada “Grandes Acontecimientos de la Historia de Cuba”, utilizó una versión del escudo similar a la grabada en las monedas-patrón de 1870 comentadas con anterioridad. Es decir, el escudo se representó flanqueado por cuatro banderas cubanas. Otras piezas acuñadas en plata en las denominaciones de diez y veinte pesos y en oro en denominaciones de cincuenta y cien pesos exhibieron una versión algo diferente del escudo ya que este quedaba inserto en una estrella de cinco puntas. Son estas las piezas acuñadas entre 1987 y 1989 que estuvieron destinadas a conmemorar hitos y héroes revolucionarios, así como una serie temática de ferrocarriles del mundo. Cabe aclarar que esta composición es en realidad el emblema del Banco Nacional de Cuba, institución que autorizó las emisiones.⁴



Anverso y reverso de una moneda conmemorativa cubana de cien pesos acuñada en 1988

El escudo cubano también fue grabado en algunas de las monedas fabricadas artesanalmente en 1958 en un taller clandestino ubicado en la ciudad de Cárdenas con la idea de recaudar fondos para ayudar al Movimiento “26 de Julio” en su lucha contra la dictadura de Fulgencio Batista. Las piezas en cuestión abarcaron las denominaciones de veinte, cincuenta centavos y un peso.

Los primeros billetes cubanos fueron emitidos en virtud del Decreto número 93 de 22 de marzo de 1934. Los llamados “certificados plata” estuvieron inicialmente respaldados por las monedas de un peso de plata que se custodiaban en la Tesorería General de la República. A partir de 1950 el recién creado Banco Nacional de Cuba comienza a emitir billetes en su nom-

⁴La misma composición está también presente en las monedas conmemorativas de cinco y diez pesos de 1975 acuñadas en Leningrado para conmemorar el vigesimoquinto aniversario de dicha institución bancaria.



Anverso y reverso de una pieza de veinte centavos labrada en Cárdenas en 1958

bre y en 1953 ordena la retirada de los “certificados plata” y su canje por estos. Todos los billetes emitidos durante el período republicano hasta 1959 llevaron el escudo nacional estampado en el reverso. La única excepción la constituirían los billetes impresos por el antiguo Banco Nacional de Cuba en 1905 que nunca llegaron a circular al no haber sido autorizada la emisión por el Congreso cubano.



Reverso de un “certificado plata” de cien pesos de 1936

Algunos bonos emitidos a nombre del Movimiento “26 de julio”, también llevaron grabada la versión oficial del escudo cubano. Un ejemplo de ello lo constituyen los bonos de cien, quinientos y mil pesos producidos en Estados Unidos.



Anverso de un bono de 1000 pesos del Movimiento "26 de julio"

A partir de 1961 y hasta 1990 los billetes fueron producidos por la Imprenta Nacional de Valores de Praga, Checoslovaquia. El escudo fue eliminado del reverso y en su lugar se grabaron distintos hitos del recién estrenado período revolucionario. Los billetes de cinco, diez, veinte y cincuenta pesos impresos en China entre 1990 y 1991 llevaron el ya referido anagrama del Banco Nacional incorporado en el anverso. Este elemento también estuvo presente en los primeros billetes fabricados en Cuba en 1995, que correspondieron a las denominaciones de uno y tres pesos. Cabe destacar la existencia de dos billetes-prueba, uno de cincuenta pesos de 1989 y otro de cien pesos de 1995, con el citado elemento en el anverso. No obstante, estas pruebas no fueron aceptadas por el Banco Nacional de Cuba.

El mencionado anagrama del Banco Nacional de Cuba incluyendo el escudo también fue estampado en todos los certificados de divisas y en los cheques para viajeros emitidos a nombre de dicha institución durante las dos últimas décadas del siglo pasado.

Curiosamente en 1995 se imprimió un billete de un peso doblemente conmemorativo del 45 aniversario de la Banca Central y del 40 aniversario de la caída en combate de José Martí. El escudo fue incorporado en el anverso de estos billetes que nunca llegaron a emitirse. Ninguno de los billetes emitidos por el Banco Central de Cuba para la circulación ordinaria hasta el presente lleva grabado el escudo nacional.



Anverso del billete doblemente conmemorativo de un peso de 1995

Por su parte, la primera emisión de billetes convertibles realizada por el Banco Nacional de Cuba en 1994 en las denominaciones de uno, tres, cinco, diez, veinte, cincuenta y cien pesos llevaron el escudo nacional grabado en el reverso. A esto hay que añadir el correspondiente anagrama de la institución en el anverso. Del mismo modo, los billetes impresos en 2004 y 2005 por el Banco Central en las denominaciones de cinco y diez pesos convertibles también llevaron el escudo grabado en el reverso.



Reverso del billete de un peso convertible de 1994



IDENTIFICAÇÃO DAS CHANCELAS NAS CÉDULAS EMITIDAS PELA CAIXA DE ESTABILIZAÇÃO – ATUALIZAÇÃO

*Identification of the signatures on the
banknotes issued by the Caixa de Estabilização
– Update*

Leandro Guimarães Ribeiro*

Fernando Vidal Cruz**

RESUMO

Durante os quatro anos de existência da Caixa de Estabilização (1926-1930), foram emitidas cédulas provisórias, com carimbos correspondentes às emissões preliminares, feitas em 1926 e cédulas próprias, essas últimas a partir de 1927. Neste trabalho, trazemos atualização dos estudos que auxiliaram na identificação dos funcionários que tiveram suas chancelas apostas nas referidas cédulas; também se fez levantamento das possíveis combinações de assinaturas, onde reportamos combinações inéditas e, finalmente, apresentamos discussões iniciais que englobam o contexto de emissão dessas notas, onde buscou-se entender a dinâmica de aplicação das combinações de assinaturas, assim como outros questionamentos alusivos ao tema.

Palavras-chave: Caixa de Estabilização; Identificação; Chancelas.

ABSTRACT

During the four years of the Caixa de Estabilização's existence (1926-1930), provisional banknotes were issued, bearing counterstamp corresponding to the preliminary issues made in 1926, as well as self-made banknotes, the latter starting in 1927. In this paper, we provide an update on the studies that helped

Recebido em 06/08/2025
Aprovado em 09/09/2025

*Numismata sócio da Sociedade Numismática Paranaense.

**Numismata com mais de 15 anos dedicados à numismática brasileira.

identify the employees whose signatures were printed on these banknotes. We also find possible signature combinations, reporting previously unpublished combinations. Finally, we present initial discussions that encompass the context in which these banknotes were issued, seeking to understand the dynamics of applying these signature combinations, as well as other related questions.

Keywords: Caixa de Estabilização; Identification; Printed Signatures.



Figura 1: 500 mil réis, 1ª estampa, 1927 (detalhe). Coleção de Fernando Vidal Cruz.

Publicamos, em julho de 2020, um artigo resultado de nossas pesquisas sobre as chancelas apostas nas cédulas próprias emitidas pela Caixa de Estabilização a partir de 1927. Naquele contexto, além de identificarmos os signatários, apresentamos uma tabela com as combinações de chancelas até então conhecidas (Ribeiro, 2020).

Passados cinco anos, e graças às pesquisas prosseguidas por Fernando Vidal Cruz, trazemos aos leitores alguns resultados de observações feitas em um número maior de exemplares das referidas cédulas. Foram identificados um novo tipo de chancela e uma combinação inédita. As informações que serão prestadas ampliam a compreensão do tema, ao mesmo tempo que o torna ainda mais instigante.

A Caixa de Estabilização

Antes de apresentar os dados descobertos, é oportuno relembrar o contexto da criação daquela repartição pública, vinculada ao Ministério da Fazenda:

Foi criada pelo Artigo 5º do Decreto nº 5.108, de 18 de dezembro de 1926. Esse mesmo dispositivo, em seu Artigo 1º, § 1º, adotou o ouro como padrão monetário, denominando a moeda Cruzeiro, dividida em centésimos. O objetivo da Caixa de Estabilização era promover a transição, via reforma monetária, do Réis para o Cruzeiro.

Em relação às emissões da Caixa de Estabilização, o Decreto nº 17.618, de 5 de janeiro de 1927, nos Artigos 13º e 14º, resolveu:

Art. 13. A Caixa de Estabilização só emitirá notas em troca de ouro, na base de valor, peso e título determinados na lei n. 5.108.

Art. 14. Essas notas serão de 10 mil réis, 20 mil réis, 50 mil réis, 100 mil réis, 200 mil réis, 500 mil réis e um conto de réis, correspondendo, respectivamente, a duas, quatro, dez, vinte, quarenta, cem e duzentas gramas de ouro do título de novecentos milésimos de metal fino e cem milésimos de liga.

§ 1º As notas serão impressas conforme estampa aprovada por decreto do Poder Executivo, na qual constarão expressamente as quantias que representar, número de ordem, respectivas séries, e a seguinte declaração: “A Caixa de Estabilização pagará ao portador, á vista, no Rio de Janeiro, em ouro, conforme a lei n. 5.108, de 18 de dezembro de 1926, a quantia de.....\$...., valor recebido em ouro”.

§ 2º As notas levarão as assinaturas ou chancela do Diretor da Caixa e do Tesoureiro, ou de outros funcionários respectivamente por eles designados.

§ 3º Enquanto não forem impressas as notas, neste artigo referidas, serão utilizadas para esse fim notas do Tesouro Nacional, ainda não usadas, nas quais constará, expressa e indelevelmente, a declaração do § 1º, sobre a conversibilidade em ouro, e com as assinaturas exigidas no § 2º, tudo deste artigo. (grifo nosso)

De acordo com Trigueiros (2008, p. 112-113), “a reforma [monetária] não logrou êxito e, em 11 de novembro de 1930, pelo Decreto nº 19.423, a Caixa encerrou suas atividades”. As cédulas poderiam ser trocadas até 1951.

Os funcionários da Caixa de Estabilização

Sendo necessária a identificação dos funcionários que compunham os quadros da Caixa de Amortização, foram realizadas consultas ao *Almanak Laemmert*, abrangendo edições até o ano de 1930, a partir das quais foi possível obter a seguinte listagem:

- Francisco de Carvalho Soares Brandão – Diretor;
- Renato Maurity Jardim – Tesoureiro (janeiro – setembro/1927);
- José Luiz Monteiro de Souza – Tesoureiro (setembro/1927 – 1930);
- Tancredo Ribas Carneiro – Contador;
- Lauro Ribeiro da Boamorte – Ajudante do Contador;
- Laurindo Ferreira – idem;
- João Carlos Bahiano – idem;
- Raul Curvello Cavalcante – idem;
- Plínio Mendes – Fiel do Tesoureiro;
- Valentim de Carvalho Bezerra – idem;
- Maria Candida de Almeida Caeira – Datilógrafa;
- Joaquim Ricardo Lopes – Porteiro.

Após 1930, Francisco de Carvalho Soares Brandão seria nomeado Diretor da Caixa de Amortização, cargo que ocupou até 1934. Renato Maurity Jardim demitiu-se do cargo de Tesoureiro para tomar posse como Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

As chancelas nas cédulas da Caixa de Estabilização

Uma vez conhecidos os funcionários, realizou-se o levantamento de quantos e quais deles tiveram suas assinaturas impressas nas cédulas. Nessa etapa, constatou-se que a chancela aposta à esquerda sempre foi a do Diretor da Caixa, ao passo que a assinatura à direita corresponde ao Tesoureiro ou ao Contador, pois ambas foram utilizadas. No período em que a Caixa de Estabilização esteve ativa, foi gerenciada por um diretor, um contador, apenas, e dois tesoureiros.

Visando identificar as chancelas, foi realizada pesquisa iconográfica, com acesso a centenas de imagens das cédulas emitidas, tanto aquelas que receberam superimpressão (carimbo) quanto as próprias, fabricadas pela *American Bank Note Company*.

Durante as pesquisas iconográficas, foram identificados oito pares de chancelas apostos nas cédulas, correspondentes a quatro signatários distintos. Verificou-se que, nas cédulas aproveitadas do Tesouro Nacional, constam as chancelas de dois desses signatários, enquanto, nas emissões das cédulas próprias (1ª estampa), estão presentes os quatro signatários, sendo dois deles os mesmos que foram observados nas cédulas superimpressas.

As chancelas identificadas, com os seus respectivos signatários, são as seguintes:



Figura 2: Chancela 1: Francisco de Carvalho Soares Brandão - Diretor
(chancela impressa nas cédulas aproveitadas e em cédulas da 1ª estampa).

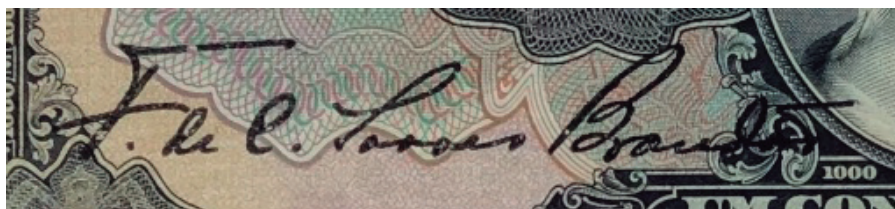


Figura 3: Chancela 1A: Francisco de Carvalho Soares Brandão
(chancela impressa nas cédulas da 1ª estampa e em cédulas aproveitadas).

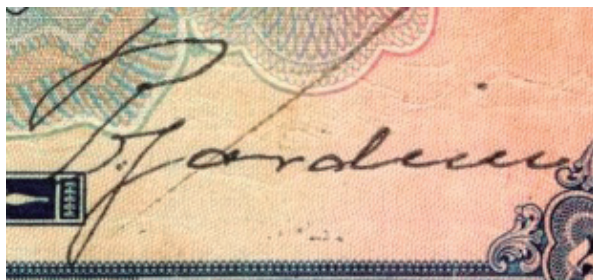


Figura 4: Chancela 2: Renato Maurity Jardim - Tesoureiro
(chancela abreviada impressa nas cédulas aproveitadas e em cédulas da 1ª estampa).



Figura 5: Chancela 2A: Renato Maurity Jardim
(chancela impressa nas cédulas da 1ª estampa e em cédulas aproveitadas).



Figura 6: Chancela 3: Tancredo Ribas Carneiro - Contador
(chancela impressa em cédulas da 1ª estampa).

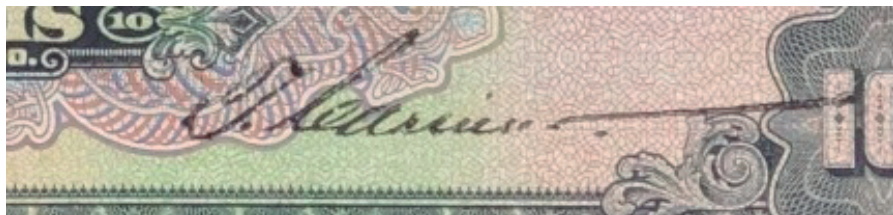


Figura 7: Chancela 3A: Tancredo Ribas Carneiro
(chancela abreviada impressa em cédulas da 1ª estampa).



Figura 8: Chancela 4: José Luiz Monteiro de Souza - Tesoureiro
(chancela abreviada impressa em cédulas da 1ª estampa).



Figura 9: Chancela 4A: José Luiz Monteiro de Souza
(chancela impressa em cédulas da 1ª estampa).

As combinações estão enumeradas em ordem presumidamente cronológica, como se segue:

1. Soares Brandão (chancela 1) / Renato Jardim (chancela 2 - abreviada);
2. Soares Brandão (chancela 1A) / Renato Jardim (chancela 2 - abreviada);
3. Soares Brandão (chancela 1) / Renato Jardim (chancela 2A);
4. Soares Brandão (chancela 1A) / Renato Jardim (chancela 2A);
5. Soares Brandão (chancela 1A) / Tancredo Carneiro (chancela 3);
6. Soares Brandão (chancela 1A) / Tancredo Carneiro (chancela 3A - abreviada);
7. Soares Brandão (chancela 1A) / Monteiro de Souza (chancela 4 - abreviada);
8. Soares Brandão (chancela 1A) / Monteiro de Souza (chancela 4A).

Sobre as chancelas 1 e 1A, correspondentes ao Diretor Soares Brandão, cabe esclarecer que a diferença entre elas pode ser percebida principalmente na escrita dos traços que compõem a inicial “F” (de Francisco): na chancela 1, as linhas traçadas estão afastadas entre si, enquanto, na 1A, encontram-se juntas.

Embora, a princípio, pareça que a sutileza tenha pouca relevância, as pesquisas demonstraram o contrário, traduzindo-se em autênticas variantes de assinaturas devidamente observadas, nas quais o registro é válido. Situação semelhante ocorreu na história recente, em que, por exemplo, os dois tipos de chancelas do ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga

Neto, embora apresentem diferenças mais sutis, ainda assim suas distinções constam em catálogos de cédulas brasileiras.

Em relação aos valores das cédulas da 1ª estampa, nas quais ocorrem as oito combinações de chancelas identificadas, apresenta-se a tabela a seguir. Ressalta-se que os dados não estão completos: apesar da análise de centenas de imagens de cédulas disponíveis na Internet, não foi possível localizar todas as séries emitidas. Dessa forma, admite-se a possibilidade de que combinações atualmente registradas como inexistentes venham a ser identificadas futuramente.

Tabela 1: Combinações de chancelas confirmadas

Valor		Combinações							
10\$	-	2	-	4	5	6	7	8	
20\$	-	-	-	-	5	6	7	8	
50\$	1	2	-	4	-	-	7	8	
100\$	-	-	-	-	5	6	7	8	
200\$	-	-	-	-	5	6	7	8	
500\$	-	2	3	-	-	-	7	8	
1:000\$	-	2	3	4	-	-	7	-	

Fonte: os autores.

No que se refere às cédulas aproveitadas do Tesouro Nacional, foi identificada uma segunda combinação de chancelas, além da denominada “combinação 1”, presente em todos os valores e em quase sua totalidade. Trata-se da combinação 4, até o momento observada apenas em cédulas com os valores de 100 mil réis e 500 mil réis. Contudo, com o avanço das pesquisas, não se descarta a possibilidade de que essa combinação venha a ser identificada em cédulas de outros valores, bem como a eventual descoberta de novas variações de chancelas entre os exemplares superimpressos pela Caixa de Estabilização.

Discussão

Conhecidas as chancelas presentes nas cédulas, pode-se inferir que, dada a maior ocorrência das combinações 7 e 8 — Soares Brandão / Monteiro de Souza —, presentes em quase todos os valores, é possível que tais cédulas tenham sido emitidas não apenas em 1927, mas também nos anos seguintes, até o fim da Caixa de Estabilização, em 1930.

No que tange às combinações acima, cabe destacar que, durante as pesquisas, levantou-se uma série de questionamentos, as quais podem fornecer pistas sobre quando as cédulas da 1ª estampa efetivamente receberam a dupla chancela e também sobre onde pode ter ocorrido o processo de aposição das chancelas nas notas.

As combinações em questão foram observadas com maior frequência nas séries mais altas das cédulas analisadas, como, por exemplo, na 4ª e na 3ª séries, relativas aos valores de 500 mil réis e 1 conto de réis, respectivamente. No entanto, para valores um pouco inferiores — como 100 e 200 mil réis —, as combinações 7 e 8 também apareceram em cédulas da 2ª série, fabricada em março de 1927 (Magan, 2005), quando Renato Maurity ainda ocupava o cargo de tesoureiro. Para valores ainda mais baixos, como 20 mil réis, essas combinações foram encontradas inclusive em exemplares da 1ª série.

Em relação à fabricação das cédulas da 1ª estampa, pela *American Bank Note Company*, tem-se a informação de que elas foram produzidas em duas ocasiões: março e outubro de 1927 (Tabela 2), sendo que, na segunda leva fabricada, o número total de notas foi, ao menos, o dobro da leva anterior (Idem). Embora a maior quantidade de séries tenha sido produzida em outubro daquele ano, as pesquisas indicam que, no caso das cédulas de 500 mil réis e 1 conto de réis, as séries mais frequentemente encontradas (em número de ocorrências) foram a 1ª e a 2ª.

Tabela 2: Fabricação das cédulas da 1ª Estampa, pela ABNCo

Valor	Data de fabricação	Séries
10\$	Março/1927	1 – 4
	Outubro/1927	5 – 14
20\$	Março/1927	1 – 3
	Outubro/1927	4 – 11
50\$	Março/1927	1 – 4
	Outubro/1927	5 – 13
100\$	Março/1927	1 – 4
	Outubro/1927	5 – 14
200\$	Março/1927	1 – 4
	Outubro/1927	5 – 13
500\$	Março/1927	1 – 3
	Outubro/1927	4 – 8
1:000\$	Março/1927	1 – 2
	Outubro/1927	3 – 4

Fonte: Magan, Ricardo. *Latin American Bank Notes*, 2005, p. 50. Sistematizada pelos autores.

Isso leva à seguinte questão: nas cédulas de 500 mil réis, o que teria acontecido com as demais séries, especialmente as mais altas? Será que essas cédulas não chegaram a receber as chancelas e foram destruídas? A princípio, não faz sentido que tenham sido produzidas cinco séries em outubro de 1927 — ou seja, duas a mais do que em março do mesmo ano — e que essas séries posteriores não apareçam, ou apareçam com tão pouca frequência.

Para ilustrar, foram encontradas 19 ocorrências referentes às 1ª e 2ª séries (combinações 2 e 3) e apenas duas da 4ª série, sendo uma da combinação 7 e outra da combinação 8. Onde estão os exemplares das 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries? Situação semelhante verificou-se no caso do valor de 1 conto de

réis, para o qual foi registrada apenas a 3ª série da combinação 7, sem qualquer ocorrência da combinação 8, ao passo que a maioria das ocorrências também se concentra nas 1ª e 2ª séries (combinações 2, 3 e 4).

Finalmente, considera-se relevante o questionamento sobre o local de impressão das chancelas. Nas cédulas da 1ª estampa, essas teriam sido aplicadas pelo fabricante ou as cédulas chegavam ao Brasil sem chancelas, e as assinaturas eram impressas posteriormente, talvez pela Casa da Moeda do Brasil? Ainda não há resposta precisa; mas, ao voltarmos a atenção para as cédulas do Tesouro Nacional que foram aproveitadas pela Caixa de Estabilização — cédulas que já estavam autografadas no momento do processo de superimpressão —, tudo leva a crer que o processo foi realizado no Brasil. Afinal, não faria sentido uma logística de envio das cédulas aproveitadas até Nova York apenas para a aplicação das chancelas. Além disso, as observações realizadas sobre a relação séries x combinações também reforçam a hipótese que as duas chancelas foram apostas no país.

Dos dados obtidos sobre as chancelas, observa-se que a combinação 1, originalmente utilizada nas cédulas aproveitadas do Tesouro Nacional, também foi identificada nas primeiras emissões de 50 mil réis da Série 1 (1ª estampa), em razão da não atualização da chancela do diretor Francisco de Carvalho Soares Brandão. Presume-se que, ainda durante o processo de impressão das chancelas nessa série, essa falha tenha sido corrigida com a substituição da chancela 1 (Figura 2) pela chancela 1A (Figura 3), resultando na combinação 2. Acredita-se que essa transição — evidenciada pela análise de dezenas de exemplares — tenha ocorrido dentro do intervalo numérico representado pelas cédulas mostradas nas Figuras 10 e 11, uma vez que não foram encontradas cédulas da combinação 1 com numeração superior a 073231, tampouco da combinação 2 com numeração inferior a 043613.



Figura 10: Cédula de número 043613 da 1ª série com a combinação 1.



Figura 11: Cédula de número 073231 da 1ª série com a combinação 2.

Outras ocorrências relevantes envolvendo a chancela 1, de Soares Brandão, foram identificadas nas cédulas da 1ª estampa dos valores de 500 mil réis e de 1 conto de réis. Em ambos os casos, verificou-se a presença tanto das chancelas consideradas corretas, correspondentes à combinação 2, quanto da chancela anterior de Soares Brandão (chancela 1). Neste último caso, ela foi utilizada em conjunto com a chancela 2A, de Renato Jardim, resultando na formação da combinação 3.

No caso específico das cédulas de 500 mil réis, não foram identificadas ocorrências da combinação 4, o que sugere que a substituição da chancela 1 pela chancela 1A não chegou a ser realizada. Posteriormente, a chancela 1A, de Soares Brandão, voltou a ser empregada, desta vez associada à chancela de Monteiro de Souza, nas formas abreviada (chancela 4) e não abreviada (chancela 4A), resultando, respectivamente, nas combinações 7 e 8.

Considerações Finais

A Caixa de Estabilização teve curta atividade. Embora um de seus objetivos fosse preparar o país para a transição da unidade monetária para o Cruzeiro, esses não foram plenamente alcançados (Trigueiros, 2008). Não obstante, as duas emissões relativas (cédulas aproveitadas e cédulas próprias), apesar de “pequenas”, proporcionam aos pesquisadores o conhecimento de diversos e interessantes detalhes, os quais ainda não podem ser considerados exauridos. Acredita-se que o prosseguimento das pesquisas poderá, se não responder totalmente, ao menos ampliar o conhecimento sobre o tema.

Referências bibliográficas

- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. **Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)** (1891-1940). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=313394&pass=ano%20192&pesq=%22Caixa%20de%20Estabilisa%C3%A7%C3%A3o%22&pagfis=103837>
- BRASIL. **Decreto nº 17.618, de 5 de janeiro de 1927**. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/433423/publicacao/15692684>.
- JARDIM, Renato Maurity. Disponível em [http://expagcrj.rio.rj.gov.br/jardim renato-maurity/](http://expagcrj.rio.rj.gov.br/jardim%20renato-maurity/)
- MAGAN, Ricardo M. **Latin American Bank Notes: American Bank Note Company Archives**, 1ª edição, 2005.
- RIBEIRO, Leandro Guimarães. **Identificando as chancelas nas cédulas emitidas pela Caixa de Estabilização**. Boletim da Sociedade Numismática Paranaense, nº 82, p. 50-54. Curitiba: SNP, julho de 2020.
- TRIGUEIROS, F. dos Santos. **Caixa de Estabilização. Dinheiro no Brasil**, 3ª edição. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2008, p. 111-113.

Créditos das Imagens

Figuras 1 a 10: coleções dos autores.

Figura 11: Filatélica e Numismática Sulamérica Leilões. <https://www.sulamericaleiloes.com.br/peca.asp?id=6071670>



MOEDAS COMEMORATIVAS CIRCULANTES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA E CRÍTICA DO BRASIL EM RELAÇÃO A ALGUNS DOS PRINCIPAIS PAÍSES DO MUNDO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Circulating commemorative coins: a comparative and critical analysis of Brazil in relation to some of the world's leading countries in the last 20 years

Abraão Kupske*

RESUMO

Este artigo examina a produção e a relevância das moedas comemorativas brasileiras em comparação com algumas das políticas de cunhagem e emissão de moedas das principais potências mundiais. A pesquisa analisa a frequência de emissão, o impacto econômico, além da valorização dessas moedas no mercado numismático. Enquanto países como EUA, Reino Unido, Índia, China, União Europeia e Japão possuem programas robustos e regulares, o Brasil se destaca pela menor constância e diversidade temática. O estudo também discute os desafios enfrentados pela Casa da Moeda do Brasil, contrastando-os com iniciativas bem-sucedidas de nações que utilizam essas emissões para fortalecer sua identidade nacional e gerar arrecadação.

Palavra-chave: Moedas comemorativas, numismática, mercado numismático, comparação internacional, valorização de moedas, programas de cunhagem, colecionismo, design monetário, estratégias de arrecadação, políticas monetárias.

Recebido em 12/05/2025
Aprovado em 20/06/2025

*Médico radiologista, membro da Sociedade Numismática Brasileira. E-mail: abrakupske@gmail.com

ABSTRACT

This article examines the production and relevance of Brazilian commemorative coins in comparison to some of the coinage and issuance policies of the world's major powers. The research analyzes the frequency of issuance, the economic impact, and the appreciation of these coins in the numismatic market. While countries such as the USA, the United Kingdom, India, China, the European Union, and Japan have robust and regular programs, Brazil stands out for its less constancy and thematic diversity. The study also discusses the challenges faced by the Brazilian Mint, contrasting them with successful initiatives by nations that use these issues to strengthen their national identity and generate revenue.

Keywords: Commemorative coins, numismatics, numismatic market, international comparison, coin appreciation, minting programs, collecting, monetary design, collection strategies, monetary policies.

Introdução

As moedas circulantes, mais do que simples meios de troca, constituem verdadeiras cápsulas do tempo, perpetuando momentos históricos, figuras notáveis e eventos culturais de relevância nacional. Para os entusiastas da numismática, a prática de colecionar e estudar moedas comemorativas carregam consigo histórias e significados únicos (CLAIN-STEFANELLI, 2021). No entanto, a frequência, a qualidade e a diversidade dessas emissões variam significativamente entre as nações, levantando questões sobre o papel e o impacto das moedas comemorativas (SCHMIDT, 2022).

Este estudo propõe uma análise comparativa e crítica da produção de moedas comemorativas circulantes no Brasil, confrontando-a com as práticas adotadas por alguns dos principais países do mundo e debatendo seu impacto sobre a sociedade.

O Brasil

O Brasil possui uma história relativamente recente. Essa “juventude” não significa uma história menos rica ou importante.

A história das moedas comemorativas no Brasil remonta ao período dos Réis. Em 1922, por exemplo, foram cunhadas as primeiras moedas comemorativas de 500, 1000 e 2000 Réis para o centenário da Independência do Brasil (KRAUSE; MISHLER 2023).



2000 réis - 1922.100º Aniversário - Independência do Brasil. Uma das primeiras moedas comemorativas circulantes do Brasil. (anverso e reverso)

Com a mudança para o padrão Cruzeiro em 1942, as moedas comemorativas continuaram a ser produzidas, homenageando datas cívicas, personagens históricos e eventos importantes. A partir da década de 1990, com a introdução do Real, as moedas comemorativas se tornaram mais frequentes e diversificadas. Emissões como as moedas dos Jogos Olímpicos de 2016, do centenário de Juscelino Kubitschek e do bicentenário da Independência do Brasil são exemplos de peças que celebram momentos importantes da história e cultura do país.

O Brasil é um dos países mais importantes do mundo devido à sua grande economia, sendo a maior da América Latina, e sua abundância de recursos naturais, incluindo a Floresta Amazônica e vastas reservas minerais e energéticas. Além disso, possui um forte setor agrícola, exportando soja, carne e café para o mundo inteiro. No cenário político e diplomático, é um dos líderes do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e participa ativamente de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Grupo dos Vinte (G20). Sua cultura, representada pelo futebol, carnaval e música, tem grande influência global, enquanto sua população de mais de 200 milhões de pessoas e seu vasto território fazem do Brasil figura estratégica tanto na América do Sul quanto no cenário mundial (FMI, 2025; WORLDOMETER, 2025).

Como o Brasil, com uma das maiores economias do planeta, possuindo uma das maiores populações, PIB e uso do dinheiro em espécie, está atualmente posicionado na cunhagem de moedas comemorativas em relação aos demais principais países?

Posição	País	PIB (US\$ trilhões)
1	Estados Unidos	27
2	China	17,7
3	Alemanha	4,4
4	Japão	4,2
5	Índia	3,7
6	Reino Unido	3,3
7	França	3,1
8	Itália	2,2
9	Brasil	2,1
10	Canadá	2,1

Ranking dos países por produto interno bruto (PIB), em 2024 (FMI, 2025).

Posição	País	População (milhões)
1	Índia	1.428
2	China	1.425
3	Estados Unidos	334
4	Indonésia	277
5	Paquistão	240
6	Nigéria	223
7	Brasil	214
8	Bangladesh	170
9	Rússia	146
10	México	128

Ranking dos países por população, em 2024 (FMI, 2025).

Posição	País	Uso do Dinheiro em Espécie (%)
1	Argentina	90%
2	Colômbia	85%
3	Espanha	80%
4	Filipinas	78%
5	Japão	75%
6	Malásia	73%
7	México	70%
8	Nigéria	68%
9	Peru	65%
10	Polônia	63%
11	Tailândia	60%
12	Vietnã	58%
13	Alemanha	55%
14	Itália	52%
15	Rússia	50%
16	Índia	48%
17	Indonésia	45%
18	Brasil	22%
19	França	20%
20	Canadá	15%

Ranking dos países em relação ao uso do dinheiro em espécie, em 2024 (SUPER FINANÇAS, 2024).

Metodologia do estudo

Foram selecionados 7 países em destaque em virtude de sua economia e relevância mundial: Estados Unidos, China, Alemanha, Japão, Reino Unido e Brasil. Foram consideradas para contagem as moedas categorizadas como

“comemorativas” no site ucoin.net (UCOIN.NET, 2025), para cada um dos países selecionados, no período de 2005 a 2024 (20 anos), e contabilizado o total de emissões de diferentes moedas comemorativas por ano. Foram desconsideradas as emissões *special mint set*, sendo essas com baixa tiragem e direcionada a colecionadores.

A Alemanha foi escolhida como representante dos países do Euro. Cada país da zona do Euro pode, a partir de 2013, lançar até duas moedas por ano, conforme premissa do Banco Europeu (BANCO CENTRAL EUROPEU, 2025). Há algumas exceções, como em comemorações conjuntas entre países, que podem elevar esse número.

Em 2019, o Japão passou por uma importante mudança em suas moedas, relacionada à entronização do novo imperador, Naruhito. Com a abdicação de seu pai, Akihito, em abril de 2019, Naruhito assumiu o trono e, como parte desse processo, novas moedas comemorativas foram emitidas (MINT OF JAPAN, 2025). Da mesma forma, houve a mudança de reinado no Reino Unido, com a morte da Rainha Elizabeth II e a entronização do Rei Charles III. Essas novas moedas não substituíram as antigas e foram incluídas na contagem do estudo.

Resultado do estudo

	Estados Unidos	China	Alemanha (Euro)	Japão	Índia	Reino Unido	Brasil
2024	10	2	2	0	5	0	1
2023	10	3	2	0	5	5	0
2022	10	4	2	0	4	5	0
2021	6	2	1	0	4	2	0
2020	11	2	2	9	0	10	0
2019	10	3	2	13	0	35	1
2018	7	3	2	2	1	36	0
2017	6	3	1	0	2	7	0
2016	9	2	1	6	6	13	4

	Estados Unidos	China	Alemanha (Euro)	Japão	Índia	Reino Unido	Brasil
2015	10	3	3	12	10	7	9
2014	10	2	1	6	5	6	4
2013	10	2	2	7	3	9	0
2012	10	1	2	6	6	2	1
2011	10	2	1	6	4	34	0
2010	10	2	1	6	12	4	0
2009	15	1	2	5	5	5	0
2008	9	1	2	4	0	4	0
2007	9	1	2	1	8	4	0
2006	5	3	1	0	5	5	0
2005	7	5	0	1	1	5	1
TOTAL	184	47	32	84	86	198	21

Discussão

No Brasil, a legislação que rege a criação de moedas comemorativas está pautada na Lei nº 5.703 de 1969 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2025) que estabelece diretrizes para a emissão dessas moedas com a supervisão do Banco Central. O processo de criação envolve a definição de temas relevantes, que podem variar entre eventos históricos, figuras importantes ou marcos culturais, seguidos de um estudo técnico sobre o design e a produção das peças. Após a escolha do tema e da aprovação dos projetos de design, são feitas as licitações para a fabricação, com o Banco Central estabelecendo parâmetros técnicos de qualidade e tiragem.

O Brasil, quando comparado com outros países, demonstra um certo atraso na produção de moedas comemorativas. Enquanto diversas nações emitem regularmente moedas para celebrar eventos históricos, figuras importantes ou datas marcantes, o Brasil tem uma produção esporádica e, em alguns casos, menos criativa.



Figura 1: A) anverso da moeda corrente de 1 real de circulação normal. B) anverso da moeda comemorativa de 1 real de 2024. Mesmo após um hiato considerável, se observa a falta de originalidade. A impressão que fica é que copiaram o modelo da moeda circulante normal e fizeram pequenas alterações, sem se esforçar para inovar na estética ou no tema.

Em relação aos temas no período do estudo, dezessete estão relacionados ao tema dos jogos olímpicos e paralímpicos (81%), dois do aniversário do banco central (9,5%) e dois do aniversário do plano real (9,5%).

Nos Estados Unidos, a criação de moedas comemorativas é regida pela Lei da Moeda Comemorativa de 1996. O Congresso dos EUA detém a autoridade final para aprovar a cunhagem dessas moedas, que celebram eventos históricos, personalidades influentes ou instituições significativas. Organizações e cidadãos podem submeter propostas para novas moedas, as quais são avaliadas por comitês especializados e agências governamentais, incluindo a Casa da Moeda dos EUA. A legislação especifica os temas, designs e quantidades de moedas a serem produzidas, garantindo que cada emissão tenha um propósito claro e significativo (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2025).



Figura 2. A) Estados Unidos da América 1 dólar, 2024. Moeda da série “Inovação Americana” - Saturno V; B) Estados Unidos da América 1 dólar, 2024. Moeda da série “Nativos Americanos” - A Lei de Cidadania Indiana de 1924; B) Estados Unidos da América 25 centavos, 2024. Moeda da série “Mulheres Americanas” - Dra. Mary Edwards Walker

No Japão, a emissão de moedas comemorativas é regulamentada pela Lei da Moeda de 1897 e por legislações subsequentes. O Ministério das Finanças possui a autoridade para emitir essas moedas, que frequentemente celebram eventos nacionais, ocasiões especiais ou figuras proeminentes da cultura japonesa. A Casa da Moeda do Japão é responsável pela produção dessas moedas. Diferentemente dos Estados Unidos, o processo japonês é menos aberto a propostas externas, com o governo desempenhando um papel central na seleção dos temas e designs das moedas comemorativas (MINT OF JAPAN, 2025).



Figura 3. Japão 500 ienes, 2 (2020). Moeda da série “XXXII Jogos Olímpicos de Verão, Tóquio 2020” - Deus do Trovão



Figura 4. Japão 500 ienes, 27 (2015). Moeda da série “47 Prefeituras do Japão” - Nagasaki



Figura 5. Japão 100 ienes, 28 (2016). Moeda da série “50.º Aniversário do Shinkansen” - Kyushu

Na Índia, a Lei da Moeda de 2011, juntamente com outras regulamentações, estabelece o quadro legal para a emissão de moedas comemorativas. O Ministério das Finanças tem a autoridade para aprovar e emitir essas moedas, que frequentemente homenageiam eventos históricos, personalidades nacionais ou causas sociais de relevância. O Banco da Reserva da Índia supervisiona a produção e distribuição das moedas comemorativas, assegurando a qualidade e circulação adequadas. A seleção de temas e designs envolve a participação de comitês e especialistas, mas a decisão final recai sobre o governo, garantindo que as emissões reflitam os valores e a história do país (RESERVE BANK OF INDIA, 2025).



Figura 6. A) Índia 10 rúpias, 2023. 75º Aniversário da Independência. B) Índia 10 rúpias, 2015. 125º Aniversário do Nascimento de Bhimrao Ramji Ambedkar; C) Índia 10 rúpias, 2015. 500º aniversário - Retorno de Chaitanya Mahaprabhu a Vrindavan

No Reino Unido, a base legal para a emissão de moedas comemorativas é fornecida pela Lei da Moeda de 1971 e suas emendas subsequentes. A *Royal Mint* é responsável pela produção dessas moedas, que são frequentemente emitidas para celebrar eventos históricos, aniversários reais ou conquistas nacionais significativas. O Tesouro de Sua Majestade aprova os temas e designs das moedas comemorativas, após consultar com comitês e especialistas no assunto. Embora haja um processo consultivo, a decisão final sobre os detalhes das moedas cabe ao governo, assegurando que as emissões estejam alinhadas com os interesses nacionais (THE ROYAL MINT, 2025). Observa-se uma quantidade maior de moedas emitidas pelo Reino Unido em relação aos demais países. Isso ocorre devido à sua longa tradição numismática, a influência da monarquia, um forte mercado de colecionadores e uma legislação flexível que permite emissões frequentes (SEABY, 2023). A *Royal Mint*, uma das casas da moeda mais antigas do mundo, aproveita a demanda global por moedas temáticas, um negócio altamente lucrativo, incentivando lançamentos regulares para atender tanto colecionadores quanto investidores.



Figura 7. A) Reino Unido 5 libras, 2022. Vida e legado da rainha Elizabeth II; B) Reino Unido 10 pence, 2019. Moeda da série “Alfabeto”, homenageando a letra “Y”; C) Figura 3. Reino Unido 2 libras, 2020. 400º aniversário - Viagem histórica do Mayflower

Na China, a emissão de moedas comemorativas é regulamentada pela Lei do Banco Popular da República da China. O Banco Popular da China é a principal autoridade responsável pela emissão dessas moedas, que geralmente homenageiam eventos históricos, líderes nacionais, patrimônios culturais e conquistas significativas do país. Diferente de outros países onde há participação mais aberta de cidadãos e organizações na escolha dos temas, na China, o governo mantém um controle rigoroso sobre todo o processo. A seleção dos temas e designs são realizados internamente pelo governo e alinhadas com os interesses políticos e culturais do Estado (BANCO POPULAR DA CHINA, 2025). Cada emissão tem um propósito estratégico, seja para reforçar o patriotismo, promover a cultura chinesa ou destacar momentos históricos importantes. Essas moedas muitas vezes servem como instrumentos de fortalecimento da identidade nacional e doutrinação (CHEN, 2023).



Figura 1. China 10 yuan, 2022. Moeda da série “Zodiaco Chines”. Ano do Tigre.



Figura 2. China 5 yuan, 2022. Moeda da série “Patrimônio Mundial da UNESCO”: Monte Huangshan



Figura 3. China 10 yuan, 2023. Moeda da série “Parques Nacionais”: Parque Nacional de Sanjiangyuan

Impacto das moedas comemorativas

As moedas comemorativas, cunhadas para celebrar eventos históricos, figuras importantes, marcos culturais ou naturais, transcendem sua função primordial de meio de troca e se transformam em objetos de desejo para colecionadores e entusiastas. Embora não afete diretamente a economia de um país, seu impacto, embora sutil, é notável em diversos níveis.

O artigo *Commemorative Metal Money and Monetary Economy* de Branko Matić destaca vários impactos econômicos. Os principais resultados apontam que a emissão dessas moedas pode gerar receitas significativas

para os governos. Além disso, o estudo ressalta que países com políticas bem estruturadas de emissão, como por exemplo a Alemanha e a Áustria, na época do estudo, conseguiram obter benefícios fiscais e não fiscais, incluindo arrecadação de impostos sobre o comércio numismático (MATIĆ, 2008).

A emissão de moedas comemorativas geralmente é feita em tiragens limitadas, o que significa que seu impacto na inflação é mínimo. O volume de moedas comemorativas em circulação é muito pequeno comparado ao volume de moedas comuns. A emissão de moedas comemorativas é cuidadosamente planejada para não comprometer a estabilidade econômica do país (WOLF, 2023).

Moedas comemorativas que retratam pontos turísticos, eventos culturais ou figuras históricas despertam a curiosidade de turistas, incentivando-os a visitar o país. A comercialização dessas moedas como *souvenirs* também contribui para a economia local, movimentando o comércio e gerando empregos (HENDRICKS, 2021). Além disso, as moedas comemorativas podem servir como uma vitrine cultural, divulgando a história, os costumes e os valores de um país para o mundo (PETERSON, 2019).

Moedas que celebram eventos importantes, heróis nacionais ou símbolos pátrios desempenham um papel fundamental no fortalecimento da identidade nacional e do sentimento de patriotismo. Esse sentimento tem reflexos positivos, incentivando o consumo de produtos nacionais, o investimento no país e a participação cívica (YOUNG, 2023).

A emissão de moedas comemorativas fomenta o mercado de colecionismo, movimentando um setor específico da economia. Numismatas de todo o mundo buscam essas moedas, gerando um comércio internacional que pode trazer dinheiro para o país. Esse mercado também gera empregos em áreas como produção, distribuição, marketing e serviços relacionados ao colecionismo (PAUL, 2020).

Moedas que retratam personagens históricos, eventos culturais ou aspectos da fauna e flora podem servir como ferramentas educativas, divulgando a história e a cultura do país para as novas gerações. Elas também podem despertar o interesse de crianças e jovens pela numismática, incentivando o desenvolvimento de habilidades como pesquisa, organização e apreciação estética (SCHMIDT, 2022).

Além de tudo, algumas moedas comemorativas, especialmente as mais raras, podem se valorizar com o tempo, tornando-se um investimento para colecionadores. No entanto, é importante lembrar que nem todas as moedas comemorativas se valorizam e que o mercado de colecionismo está sujeito a flutuações (BOWERS, 2023).

Conclusão

As moedas comemorativas desempenham um papel multifacetado na economia, indo além de seu valor monetário. Elas podem gerar receita para o governo, promover o turismo, fortalecer a identidade nacional, impulsionar o mercado de colecionismo, servir como ferramentas educacionais e culturais, e até mesmo se tornarem um investimento. Embora seu impacto econômico direto seja relativamente pequeno, o conjunto de benefícios que elas proporcionam contribui para o desenvolvimento social, cultural e econômico de um país.

Estamos muito atrás de diversos países que valorizam sua cultura, sua história, seu patrimônio. Para que o governo brasileiro emitisse mais moedas comemorativas, seriam necessárias diversas medidas, abrangendo desde mudanças na legislação até a criação de incentivos para a produção e o colecionismo.

Em primeiro lugar, seria fundamental revisar a legislação que regula a cunhagem de moedas no nosso país. É preciso simplificar os processos e eliminar as burocracias que dificultam a produção de novas moedas. Uma legislação mais flexível e moderna permitiria que o Brasil acompanhasse a tendência mundial de emissão de moedas comemorativas.

As sociedades numismáticas e demais instituições similares podem desempenhar um papel fundamental na promoção da cunhagem de moedas comemorativas no Brasil e exercer pressão sobre o governo de diversas formas. Por exemplo, elaborar propostas detalhadas e estudos técnicos que justifiquem a relevância cultural, histórica e econômica dessas emissões, estabelecer um diálogo constante com autoridades governamentais, como o Banco Central e a Casa da Moeda, apresentar suas demandas e defender a importância da produção de moedas comemorativas em reuniões, audiências públicas e comissões.

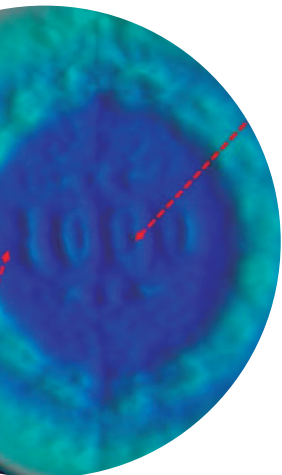
Nos Estados Unidos, por exemplo, o Comitê Consultivo dos Cidadãos sobre Cunhagem (*Citizens Coinage Advisory Committee - CCAC*) aconselha o Secretário do Tesouro sobre o tema e o desenho de todas moedas e medalhas dos EUA. No caso das moedas comemorativas, o CCAC informa o Secretário sobre os eventos, pessoas ou locais a comemorar, a quantidade de cunhagem das moedas e os desenhos das moedas comemorativas. O CCAC é composto por membros nomeados pelo Secretário do Tesouro, pessoas nomeadas por recomendação da liderança do Congresso e cidadãos diversos, especialistas em várias áreas como história, escultura, numismática, arte e desing (CITIZENS COINAGE ADVISORY COMMITTEE, 2025).

Ademais, a promoção de campanhas de conscientização, utilizando mídias sociais, eventos e publicações, visa informar a população sobre o valor histórico e cultural das moedas comemorativas, aumentando o interesse público. A formação de parcerias estratégicas com outras entidades, como universidades, museus e associações culturais, fortalece o movimento em prol da cunhagem de moedas comemorativas e amplia o alcance da pressão sobre o governo (NUMISMATIC SOCIETY OF AMERICA, 2025).

Referências bibliográficas

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Legislação sobre emissão de moedas comemorativas. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BANCO CENTRAL EUROPEU. Commemorative 2 euro coins. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BANK OF INDIA. Commemorative Coins of India. Disponível em: <https://www.rbi.org.in>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BOWERS, Q. David. A Guide Book of United States Commemorative Coins. Whitman Publishing, 2023.
- CHEN, Wei. The Influence of Chinese Commemorative Coins on the Global Market. Beijing University Press, 2023.
- CITIZENS COINAGE ADVISORY COMMITTEE (CCAC). US Coinage and Commemorative Programs. Disponível em: <http://www.ccac.gov>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- CLAIN-STEFANELLI, Elvira. History of Numismatics: Ancient to Modern. Smithsonian Institution Press, 2021.
- CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. Commemorative Coins: Background, Legislative Process, and Issues for Congress. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/misc/R44623.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- EUROPEAN COMMISSION. Monetary Policy and Commemorative Coin Issuance. Disponível em: <https://ec.europa.eu>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). World Economic Outlook Database. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/SPROLLS/world-economic-outlook-databases>. Acesso em: 23 mar. 2025.

- HENDRICKS, Laura. Commemorative Coins and Tourism Industry Growth. *Journal of Cultural Economics*, 2021.
- INTERNATIONAL NUMISMATIC CONGRESS. Proceedings of the International Numismatic Conference 2024. Disponível em: <https://www.inc2024.org>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- KRAUSE, Chester L.; MISHLER, Clifford. *Standard Catalog of World Coins*. Krause Publications, 2023.
- KUPSKE, Abraão. Moedas comemorativas circulantes: uma análise comparativa e crítica do Brasil em relação a alguns dos principais países do mundo nos últimos 20 anos. Artigo recebido em 01/05/2025.
- MATIC, Branko. Commemorative Metal Money and Monetary Economy. MPRA Paper, n. 7424, 2008. Disponível em: https://mpra.ub.uni-muenchen.de/7424/1/Commemorative_Metal_Money_and_Monetary_Economy.pdf. Acesso em: 23 mar. 2025.
- MINT OF CHINA. Chinese Commemorative Coins. Disponível em: <http://www.pbc.gov.cn>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- MINT OF JAPAN. Japanese Commemorative Coins. Disponível em: <https://www.mint.go.jp>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- NUMISMATIC SOCIETY OF AMERICA. Annual Report on Numismatic Trends. Disponível em: <https://www.money.org>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- PAUL, Herbert. *Coin Collecting as an Investment*. Cambridge Economic Press, 2020.
- PETERSON, Mark. *The Role of Coinage in Cultural Heritage and Identity*. Harvard Numismatic Studies, 2019.
- ROYAL MINT UK. Commemorative Coins from the United Kingdom. Disponível em: <https://www.royal-mint.com>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- SCHMIDT, Max. *The Evolution of Numismatics and Commemorative Coin Issuance*. Oxford University Press, 2022.
- SEABY, H. A. *British Coins and Their Values*. London: Seaby Publications, 2023.
- SUPER FINANÇAS. Brasileiros usam dinheiro vivo em apenas 22% das compras. 2024. Disponível em: <https://superfinancas.com.br/marketing-e-negocios/2024/06/brasileiro-usam-dinheiro-vivo-em-22-das-compras/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- SWANN, John. *Commemorative Coins and Public Memory*. Princeton University Press, 2022.
- UCOIN.NET. World Coin Catalog & Prices. Disponível em: <https://pt.ucoin.net/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- US MINT. Commemorative Coin Programs. Disponível em: <https://www.usmint.gov>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- WOLFF, R. Monetary Policy and Commemorative Coins: A Comparative Study. *European Central Bank Journal*, 2023.
- WORLDOMETER. World Population by Country. Disponível em: <https://www.worldometers.info/population/>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- YOUNG, Greg. The Political Significance of Commemorative Coins. *Numismatic Journal*, v. 56, p. 78-95, 2023.



ESTUDO DE MOEDAS ANTIGAS BRASILEIRAS DOS SÉCULOS XIX E XX POR TOMOGRAFIA COM NÊUTRONS

Study of ancient Brazilian coins from centuries XIX and XX by neutron tomography

Marco A. Stanojev Pereira*

Frederico A. Genezini**

RESUMO

Técnicas de imageamento não destrutivas e não invasivas como as que utilizam ultrassom, raios-X e mais recentemente nêutrons, são ferramentas importantes no estudo da estrutura interna, processos de restauro e de preservação de objetos do patrimônio histórico e cultural. No presente trabalho, foi utilizada a técnica de tomografia com nêutrons, para o estudo de duas moedas brasileiras, cunhadas em 1866 e 1929. Os resultados obtidos permitiram constatar a viabilidade desta técnica para esta finalidade, e as imagens foram obtidas no equipamento que está disponível e instalado no reator nuclear de pesquisas IEA-R1 do IPEN-CNEN/SP.

Palavras-chave: tomografia com nêutrons, arqueometria, numismática, patrimônio histórico e cultural.

Recebido em 30/07/2025
Aprovado em 20/08/2025

*Marco A. Stanojev Pereira - É Químico, Mestre, Doutor e Pós Doutor em Tecnologia Nuclear pelo IPEN/USP. Pesquisador no RMB/IPEN, especialista em radiografia e tomografia com nêutrons. É numismata e autor de obras de historiografia, ficção e técnicos. Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares IPEN-CNEN/SP. Av. Prof. Lineu Prestes 2242, Cidade Universitária CEP 05508 000, São Paulo – SP, Brasil. e-mail: mstanojev@alumni.usp.br

**Frederico A. Genezini – É Físico, Mestre e Doutor em Tecnologia Nuclear pelo IPEN/USP. Pesquisador no IPEN-CNEN/SP, especialista em instrumentação nuclear, física de reatores e aplicações nucleares como geocronologia e ativação neutrônica. É gerente do Centro do Reator de Pesquisas (CRPq), e lidera o projeto do Laboratório Nacional de Feixes de Nêutrons (RMB).

ABSTRACT

Non-destructive and non-invasive imaging techniques, which make use of ultrasound, X rays and more recently, neutrons, are important tools to study the internal structure, restoring and preservation processes, of historical and cultural heritage objects. In the present paper, the neutron tomography technique was employed to inspect two Brazilian coins, minted in 1866 and 1929. The obtained results allowed verifying the potential of this technique. The images were obtained at the equipment, which is installed at the IEA-R1 nuclear research reactor of IPEN-CNEN/SP.

Keywords: neutron tomography, archaeometry, numismatic, cultural heritage

Introdução

Técnicas de imageamento não destrutivas e não invasivas, que permitam analisar a estrutura interna de objetos, são ferramentas importantes em estudos de numismática [1,2]. Dentre estas estão as de radiografia e de tomografia com raios-X, e mais recentemente e especificamente, as que empregam nêutrons como radiação penetrante [3]. Por meio desta técnica é possível visualizar a estrutura interna, não homogeneidades, não uniformidades, trincas, bolhas, mensurar espessuras, massas, volumes e densidades das amostras em estudo. Além disto é também possível determinar, em qualquer região da amostra, seja nas radiografias (2D) ou nas tomografias (3D), os coeficientes de atenuação linear dos nêutrons dos materiais que a compõe e assim ter uma concepção de sua composição [4,5].

As diferenças entre os processos de interação destas radiações com a matéria, atribuem à cada uma destas técnicas características únicas, de modo que as informações obtidas em cada uma delas podem ser utilizadas de forma complementares, de maneira que os campos de estudos e os objetos investigados se ampliam [6-8]. Por exemplo, diferentemente dos raios X, os nêutrons são capazes de penetrar vários centímetros em materiais como chumbo, ferro, cobre, alumínio, bronze, dentre outros, mas são facilmente atenuados por camadas extremamente finas de materiais ricos em hidrogênio como adesivos, água, produtos de corrosão, materiais orgânicos em geral, ou seja, as informações contidas nas imagens obtidas em cada uma das técnicas se complementam entre si [9-15].

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a viabilidade de utilização da técnica da tomografia com nêutrons em numismática, apresentando alguns resultados e imagens selecionadas, obtidas de duas moedas brasileiras compostas de diferentes ligas de Prata e Cobre, cunhadas nos séculos XIX e XX, irradiadas no equipamento para tomografia com nêutrons do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Comissão Nacional de Energia Nuclear de São Paulo (IPEN-CNEN/SP).

O equipamento para Tomografia com Nêutrons do IPEN-CNEN/SP

A Figura 1 apresenta um diagrama esquemático do equipamento para tomografia com nêutrons (TN) utilizado neste trabalho.

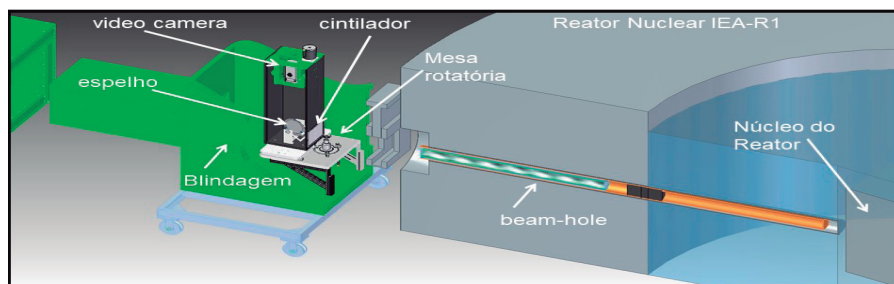


Figura. 1. Diagrama do equipamento para tomografia com nêutrons do IPEN-CNEN/SP.

O conjunto do equipamento, destacado em verde, está instalado no canal de irradiação #14 do Reator Nuclear de Pesquisas IEA-R1, e seus principais componentes são os seguintes: mesa rotatória, onde a amostra a ser estudada, é fixada para ser irradiada pelo feixe de nêutrons; tela cintiladora ($\text{Li}^6\text{F/ZNS}$ - NE426), onde imagens bidimensionais (2D - radiografias) da estrutura interna da amostra são formadas; espelho plano, que reflete estas imagens em direção à uma câmera digital de vídeo (ANDOR Ikon - M), que as captura e as converte na forma de imagens digitais, as quais cada elemento que as compõe é chamado de pixel (Picture Element). Estas imagens são armazenadas em um computador (workstation - DELL Precision 5500) e digitalizadas em 16 bits, de forma que ao pixel mais escuro é atribuído o valor NC = 0 e ao mais claro o valor NC =65.536; uma interface

eletromecânica conecta a mesa e a câmera de vídeo de forma que, após uma imagem ser capturada, a mesa gira a amostra 0,9°, e outra imagem é capturada até completar 360°. Dessa forma, 400 imagens bidimensionais são capturadas e armazenadas. Além disso, são empregados dois softwares, instalados neste mesmo computador: *Octopus 8.7*, o qual, a partir das imagens capturadas, gera as tomografias nos três planos de visualização (XY, XZ, YZ), e *VG Studio Max 2.2*, que faz uso dos arquivos das tomografias para gerar imagens tridimensionais (3D) da estrutura interna da amostra investigada. Descrições detalhadas tanto do equipamento quanto do procedimento para obtenção da tomografia podem ser encontradas em [14,16,17]. Na posição de irradiação o feixe de nêutrons possui fluxo de $8,0 \times 10^6 \text{ n.s}^{-1} \text{ cm}^{-2}$ e diâmetro máximo de 16 cm. O tempo necessário para a obtenção da tomografia é de aproximadamente 400 s, e a resolução espacial máxima na imagem é $205 \pm 24 \text{ } \mu\text{m}$. A Figura 2 mostra em detalhe, uma moeda na posição de irradiação.

Materiais e Métodos

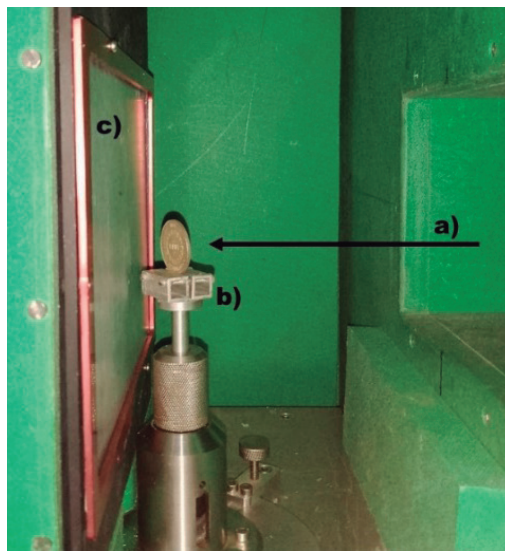


Figura 2: Moeda na posição de irradiação: a) feixe de nêutrons; b) mesa rotatória; c) tela cintiladora.

No presente trabalho, foram estudadas duas moedas brasileiras cunhadas em diferentes ligas de Prata e Cobre. A primeira de valor de face 1.000 réis, do 2º Tipo do 3º Sistema Monetário do Império do Brasil cunhada em 1866¹ e, a segunda de 2.000 réis, cunhada em 1929². Algumas de suas características: diâmetros (), massas (M) e composições, descritas na Tabela 1, foram obtidas do catálogo numismático [18]. Na Figura 3 são mostradas fotografias do anverso e do reverso de ambas as moedas estudadas.

¹Decreto nº 2.537 - de 2 de março de 1860, Capítulo XIII, Art. 63 a 66.

²Decreto nº 16.409, de 12 de março de 1924.

Tabela 1: Características das moedas estudadas [18].

Cunhagem	(mm)	M (g)	Composição (%)
1866	30	12,75	Ag-91,7; Cu-8,3
1829	26	8,00	Ag-50; Cu-50

Figura 3: Anverso (3a e 3c) e reverso (3b e 3d) das moedas cunhadas em 1866 e 1929 respectivamente. acervo particular do autor



Resultados

Tomografias e imagens 3D

As Figuras 4 e 5 mostram tomografias do anverso e reverso de cada uma das moedas, obtidas no plano de visualização YZ. Cada tomografia corresponde à uma espessura de 0,28mm de cada moeda. Exceto por um único dano (vazio), visível também à olho nu, na parte superior do reverso da moeda de 1866 (Fig. 3b), as tomografias não revelaram quaisquer outras ocorrências como trincas e bolhas até o limite de visualização do equipamento, cuja resolução espacial é da ordem de $205\pm24\text{ }\mu\text{m}$. Este dano está evidenciado e dimensionado na imagem 3D da Figura 6, onde: **(a)** é a distância da borda do dano a partir do anverso; **(b)** é sua profundidade; **(c)** é sua largura maior.

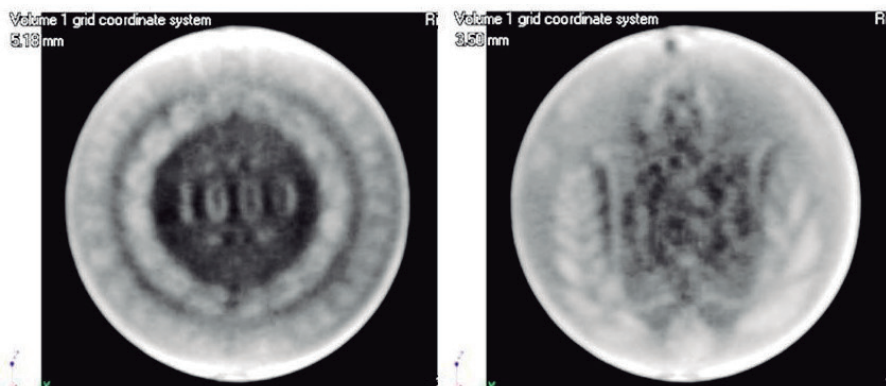


Figura 4: Tomografias no plano de visualização YZ do anverso e reverso da moeda de 1866

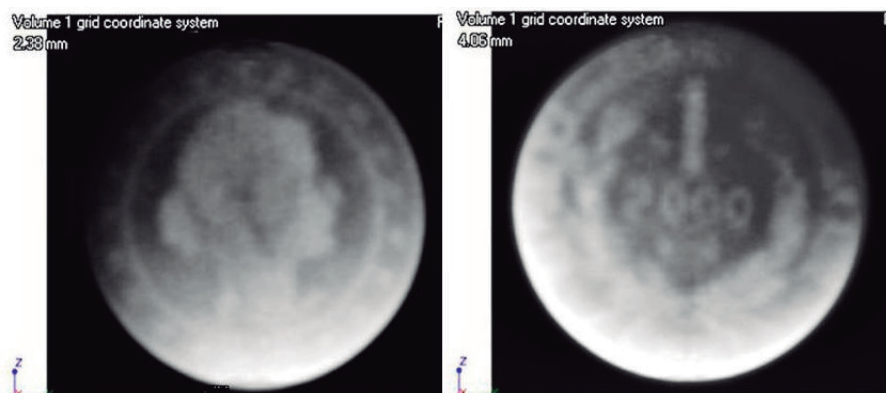


Figura 5: Tomografias no plano de visualização YZ do anverso e reverso da moeda de 1929.

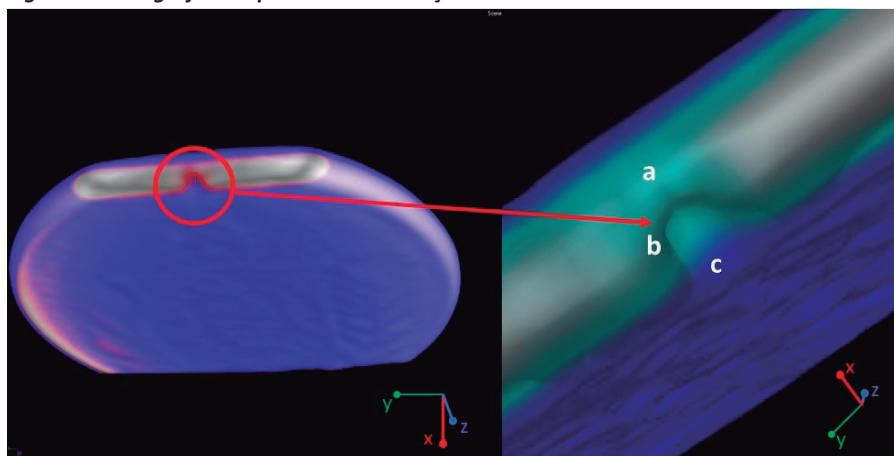


Figura 6: Imagem 3D da moeda de 1866 realçando o dano: a) 1,25 mm; b) 0,96 mm; c) 0,86 mm.

As Figuras 7 (a) e 8 (a) mostram as fotografias dos anversos das moedas cunhadas em 1866 e 1929, nas quais estão indicadas duas posições onde foram feitas medidas de espessura nas respectivas imagens 3D, apresentadas nas Figuras 7 (b) e 8 (b). Os resultados obtidos foram:

a) moeda de 1866: posição (1) $1,98 \pm 0,2$ mm; posição (2) $2,21 \pm 0,2$ mm.

b) moeda de 1929: posição (1) $1,69 \pm 0,2$ mm; posição (2) $1,87 \pm 0,2$ mm.

As medidas feitas nas posições 2, em ambas as moedas, são ligeiramente maiores do que as das posições 1 devido ao aumento da espessura causado pelo alto relevo localizado, resultante do processo de cunhagem.

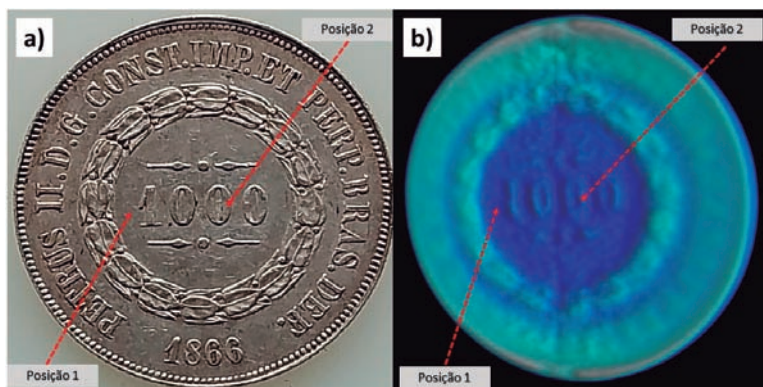


Figura 7: Fotografia e imagem 3D mostrando as posições onde foram feitas as medidas de espessura na moeda de 1866.

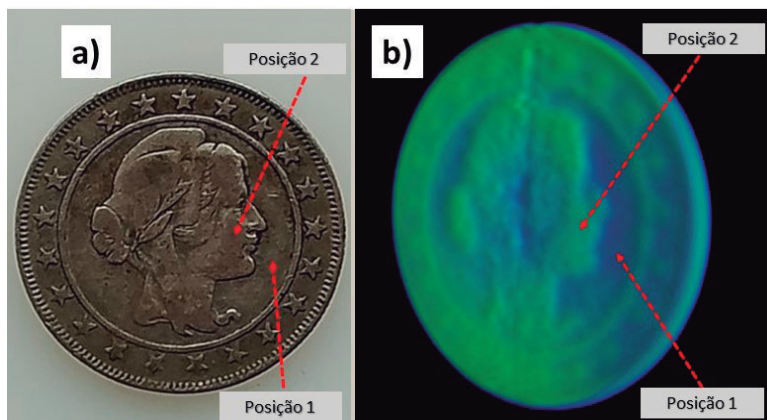


Figura 8: Fotografia e imagem 3D mostrando as posições onde foram feitas as medidas de espessura na moeda de 1929.

A unidade básica que compõe uma imagem tomográfica (3D) é chamado de voxel (Volume Element), e das imagens tridimensionais obtidas, é possível determinar diretamente os volumes (V) das moedas e, conseqüentemente, suas densidades médias (D) com suas respectivas incertezas. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Valores determinados para os volumes e densidades médias das moedas estudadas.

Cunhagem	V (cm³)	D (g/cm³)
1866	1,40 ± 0,04	9,0 ± 0,1
1929	0,95 ± 0,03	8,4 ± 0,1

Coefficiente de atenuação linear

Teoricamente um feixe de nêutrons ao atravessar uma amostra, sofrerá uma atenuação exponencial em sua intensidade dada por [19]:

$$I(x) = I_0 \cdot e^{-\Sigma x} \tag{1}$$

sendo “I(x)” a intensidade do feixe de nêutrons que atravessou uma espessura “x(cm)” da amostra, sem sofrer interação; “I₀” a intensidade do feixe de nêutrons incidente nesta amostra; “Σ” o coeficiente de atenuação linear (cm⁻¹) da amostra.

Como mencionado anteriormente, o coeficiente de atenuação linear pode ser determinado ou por meio das radiografias ou das tomografias obtidas. No presente trabalho foi determinado a partir das radiografias, e os resultados apresentados são valores médios obtidos ao longo dos diâmetros das moedas. Além disto, foi também determinado o valor do coeficiente de atenuação para uma amostra padrão de prata 900, a qual foi selecionada para comparação, pois ambas as moedas possuem prata em suas ligas [18]. Como esperado, o valor mais elevado obtido foi para a amostra padrão de prata, e os outros dois valores determinados são proporcionais aos teores de prata em suas ligas metálicas, ou seja, 91,75% para a moeda de 1866 e 50% para a moeda de 1929 (vide Tabela 1) [18].

Tabela 3: Valores dos coeficientes de atenuação lineares obtidos.

Amostra	S(cm ⁻¹)
Padrão de prata 900	5,5 ± 0,9
Moeda cunhada em 1866, teor de prata 91,7%	4,3 ± 0,4
Moeda cunhada em 1929, teor de prata 50%	2,7 ± 0,3

Radiação induzida no processo da tomografia com nêutrons.

Este estudo foi realizado devido ao fato que no procedimento para a obtenção da tomografia, as amostras são irradiadas em um intenso feixe de nêutrons, de modo que é esperada a ativação radioativa de alguns de seus elementos químicos. Para determinar a intensidade e o período, após a irradiação, para o qual a radioatividade induzida torna-se desprezível em termos de proteção radiológica, as amostras foram irradiadas individualmente por 400s, o mesmo tempo necessário para a obtenção da tomografia. Em seguida, foram analisadas em um sistema de contagem Ludlum (mod. 2929) de alta sensibilidade, capaz de detectar radiações alfa, beta e gama. O resultado obtido mostrou que em aproximadamente 30 h após o término da irradiação, o nível da atividade radioativa induzida nas moedas torna-se insignificante, atingindo o nível inicial de antes da irradiação. Esta informação é importante no caso de ser uma amostra de interesse arqueológico e do patrimônio histórico e cultural, que será devolvida aos respectivos curadores [20-22].

Conclusões

A técnica da tomografia com nêutrons foi empregada como um método não destrutivo e não invasivo no estudo de duas moedas brasileiras de prata dos séculos XIX e XX. Dos resultados obtidos as seguintes conclusões podem ser explanadas:

1 – A técnica fornece meios de se estudar a estrutura interna das moedas, na busca de possíveis trincas e bolhas causadas ou no processo de cunhagem ou por ação do tempo.

2 – Foi possível por meio das imagens tomográficas e 3D mensurar

espessuras, volumes e densidades das moedas, com suas respectivas incertezas.

3 - Foi possível constatar por meio dos valores dos coeficientes de atenuação linear, que as moedas possuem diferentes teores de prata na composição de suas ligas, desta forma, a técnica é viável para ser utilizada no intuito de auxiliar estudos de autenticidade.

4- A radioatividade induzida pelos nêutrons durante a irradiação das moedas para a obtenção das tomografias, torna-se desprezível após ~30 h do término da irradiação, demonstrando ser uma técnica não destrutiva.

5 - A possibilidade de poder inspecionar amostras com dimensões de até ~100 cm², em cerca de 7 minutos, torna essa técnica atrativa para este campo de estudos

Os resultados obtidos demonstram a viabilidade tanto da técnica da tomografia com nêutrons como do equipamento do IPEN-CNEN/SP no estudo da numismática, podendo ser empregada no apoio à especialistas do campo de preservação e restauração destes e de outros objetos do patrimônio histórico e cultural.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES-, pelo apoio financeiro a este projeto por meio do Programa de Bolsas de Pós Doutorado através do Processo nº 88887.362949/2019-00.

Referências bibliográficas

- [1] DI FAZIO, M., FELICI, A.C., CATALLI, F., DE VITO, C. TRANQUILLUS, G. S. (2019). **Microstructure and chemical composition of Roman orichalcum coins emitted after the monetary reform of Augustus (23 B.C.)**. Scientific Reports. 9:12668 | <https://doi.org/10.1038/s41598-019-48941-4>.
- [2] GENTELLI, L. (2017). **Analysis of 16th to 19th Century Silver Coins**. Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Filosofia pela University of Western Australia.
- [3] GRIESSER, M., TRAUM, R., VONDROVEC, K., VONTOBEL, P., LEHMANN, E.H. (2012). **Application of X-Ray and Neutron Tomography to Study Antique Greek Bronze Coins with a High Lead Content**. IOP Conf. Series: Materials Science and Engineering 37 <https://doi:10.1088/1757-899X/37/1/012011>.
- [4] SEARS, V. F. (2006). **Neutron scattering lengths and cross sections**. Neutron News 3:1,26–37.
- [5] SZILÁGYI, V., KIS, Z., SZENTMIKLÓSI, L. (2016). **Neutron Imaging for Archaeometry**. Archeometriai Műhely 2016/XIII./3.

- [6] STANOJEV PEREIRA, M.A., MARQUES, J.G., SANTOS, J.P., BURBIDGE, C.I., DIAS, M.I., PRUDÊNCIO, M.I. (2013): **Neutron imaging techniques applied to studies in the archaeological and cultural heritage fields.** *Mediterranean Archaeology and Archaeometry* 13 137–143.
- [7] ABRAHAM, E., BESSOU, M., ZIÉGLÉ, A., HERVÉ, M. C., SZENTMIKLÓSI, L., KASZTOVSZKY, ZS., KIS, Z., MENU, M. (2014): **Terahertz, X-ray and neutron computed tomography of an Eighteenth Dynasty Egyptian sealed pottery.** *Applied Physics, A* 117, 963–972.
- [8] AGRESTI, J., OSTICOLI, I., GUIDOTTI, M.C., KARDJILOV, N., & SIANO, S. (2016): **Non-invasive archaeometallurgical approach to the investigations of bronze figurines using neutron, laser, and X-ray techniques.** *Microchemical Journal* 124 765–774.
- [9] MANNES, D., JOSIC, L., LEHMANN, E., NIEMZ, P. (2009). **Neutron attenuation coefficients for non-invasive quantification of wood properties.** *Holzforschung*, 63(4), 472-478. <https://doi.org/10.1515/HF.2009.081>
- [10] DE BEER, F. C. (2015). **Neutron and X-ray radiography/tomography: non-destructive analytical tools for the characterization of nuclear materials.** *The Journal of the Southern African Institute of Mining and Metallurgy*, 115(10), 913-924. <http://dx.doi.org/10.17159/2411-9717/2015/v115n10a3>.
- [11] KAESTNER, A., HASSANEIN, R., VONTOBEL, P., LEHMANN, P., SCHAAP, J., LEHMANN, E., FLÜHLER, H. (2007). **Mapping the 3D water dynamics in heterogeneous sands using thermal neutrons.** *Chemical Engineering Journal*, 130(2-3), 79-85. <https://doi.org/10.1016/j.cej.2006.06.013>.
- [12] PUGLIESI, R.; GERALDO, L.P.; ANDRADE, M.L.G.; MENESES, M.O.; PEREIRA, M.A.S.; MAIZATO, M.S. (1999). **Inspection of an Artificial Heart by the Neutron Radiography Technique.** *Nucl. Instrum. Meth. A* 424, 1, 248 – 251.
- [13] PRUDÊNCIO, M. I.; STANOJEV PEREIRA, M.A.; MARQUES, J.G.; DIAS, M.I.; ESTEVES, L.; BURBIDGE, C. I.; TRINDADE, M.J.; ALBUQUERQUE, M.B.(2012). **Neutron tomography for the assessment of consolidant impregnation efficiency in Portuguese glazed tiles (16th and 18th centuries).** *J. Arch. Science.* 39, pp.964-969.
- [14] STANOJEV PEREIRA, M.A.; SCHOUEIR, R.; DOMIENIKAN, C.; TOLEDO, F.; ANDRADE, M.L.G.; PUGLIESI, R. (2013). **The neutron tomography facility of IPEN-CNEN/SP and its potential to investigate ceramic objects from the Brazilian cultural heritage.** *Applied Radiation and Isotopes*, 75, pp.6-10.
- [15] FIGUEIREDO, E. STANOJEV PEREIRA, M. A., LOPES, F., MARQUES, J. G., SANTOS, J. P., ARAÚJO, M. F., SILVA, R. J.C., SENNA-MARTINEZ, J. C. (2016). **Investigating Early/Middle Bronze Age copper and bronze axes by micro X-ray fluorescence spectrometry and neutron imaging techniques.** *Spectrochimica Acta Part B* 122: 15–22.
- [16] SCHOUEIR, R.; DOMIENIKAN, C.; TOLEDO, F.; ANDRADE, M.L.G.; STANOJEV PEREIRA, M.A.; PUGLIESI, R.(2014).**The new facility for neutron tomography of IPEN-CNEN/SP and its potential to investigate hydrogenous substances.** *Applied Radiation and Isotopes*, 84, 02: 22-26.
- [17] STANOJEV PEREIRA, M.A. (2017) **Imageamento com Nêutrons: 30 anos de atividades no IPEN-CNEN/SP.** Sagitarius Ed. São Paulo. ISBN 978-85-923404-1-4. Disponível online em: <https://www.ipen.br/biblioteca/slr/cel/1062>.
- [18] CAFFARELLI, E. V. (2002). **As Moedas do Brasil – Desde o Reino Unido 1818-2000.** 2nd Edição,. Edição do Autor. São Paulo, SP.
- [19] KOBAYASHI, H.; WAKAO, H.; IKEDA, Y.; OHOKUBO, K.; TSURUNO, A. (1992) **Macroscopic Cross Section Measurements and Defect Detection in Materials Using Neutron Radiography Technique.** *Journal of Nuclear Science and Technology*, 29 (11), p 1045-1053.
- [20] STANOJEV PEREIRA, M. A.; PUGLIESI, R. (2018). **Penetration of the consolidant Paraloid® B-72 in Macuxi indigenous ceramic vessels investigated by neutron tomography.** *Nuclear Instruments and Methods - A*, v. 889, p. 118-121.
- [21] STANOJEV PEREIRA, M. A., PUGLIESI R., ANDRADE M. L., PRUDÊNCIO, M. I. (2017). **Penetração e distribuição do consolidante Paraloid® B-72 em cerâmica branca estudada por tomografia com nêutrons.** *Quím. Nova*, São Paulo, v. 40, n. 7, p. 781-784.
- [22] PUGLIESI R., STANOJEV PEREIRA M. A., ANDRADE M. L. (2020). **Concentration and distribution of oil in the reservoir mineral Dolomite studied by neutron tomography.** *Brazilian J.of Rad. Sciences.v.* 8, n. 02,p. 01-12.



DAS FALSIFICAÇÕES CLÁSSICAS E MODERNAS NA NUMISMÁTICA ROMANA

Classical and modern forgeries in Roman numismatics

André Luiz de Castro Padilha*

RESUMO

O presente artigo analisa o fenômeno das falsificações de moedas romanas, abordando tanto os exemplares produzidos na Antiguidade quanto as falsificações modernas voltadas ao mercado colecionista contemporâneo. O estudo discute as motivações históricas, econômicas e técnicas por trás dessas falsificações, destacando os principais métodos de produção, as características diagnósticas e os critérios de autenticação utilizados por numismatas profissionais. Além do enfoque histórico e científico, o artigo tem caráter formativo: busca preparar colecionadores e estudiosos para reconhecerem moedas falsas e evitarem prejuízos em suas aquisições. A partir de fontes arqueológicas, catálogos especializados e análises comparativas, o trabalho evidencia como o estudo das falsificações contribui para a compreensão da economia romana, do colecionismo atual e da evolução da ciência numismática.

Palavras-chave: Numismática romana; Falsificações antigas; Falsificações modernas; Autenticação de moedas; Colecionismo; Educação numismática.

Recebido em 15/09/2025
Aprovado em 25/10/2025

*André Luiz de Castro Padilha é bacharel em Direito e bacharelando em História, com formação em Educação Museal. É CEO da CASTRO & CO. e fundador de várias entidades numismáticas, incluindo a Numismática Castro e o Clube Numismático do Estado do Rio de Janeiro. Atuou como curador no Museu da Casa da Moeda do Brasil e é autor de vários artigos e livros sobre numismática. Além disso, é palestrante e avaliador numismático, com atuação no Brasil e no exterior.

ABSTRACT

This article analyzes the phenomenon of Roman coin forgeries, addressing both ancient counterfeits produced during the Roman era and modern forgeries aimed at today's collectors' market. The study discusses the historical, economic, and technical motivations behind these fabrications, highlighting the main production methods, diagnostic features, and authentication criteria used by professional numismatists. Beyond its historical and scientific focus, the article also serves an educational purpose: to train collectors and researchers to identify fake coins and avoid financial losses. Drawing on archaeological sources, specialized catalogues, and comparative analyses, the paper demonstrates how the study of coin forgeries enhances our understanding of the Roman economy, modern collecting practices, and the evolution of numismatic science.

Keywords: Roman numismatics; Ancient forgeries; Modern forgeries; Coin authentication; Collecting; Numismatic education.

As falsificações de moedas romanas constituem um dos temas mais complexos e fascinantes da numismática clássica. Mais do que um problema técnico de identificação, trata-se de uma questão que atravessa dimensões éticas, econômicas e culturais do mundo antigo. O estudo dessas falsificações permite compreender não apenas os mecanismos de fraude e de circulação monetária no Império Romano, mas também as tensões entre autenticidade, poder e valor simbólico. Ao investigar esse fenômeno, o numismata se aproxima de um campo em que a história, a arqueologia e a economia se entrelaçam, revelando como até mesmo o falso pode carregar, paradoxalmente, um valor histórico genuíno.

O conceito de falsificação na numismática antiga é mais amplo do que à primeira vista se imagina. Ele não se limita a reproduções modernas feitas para enganar colecionadores contemporâneos. Já na Antiguidade, existiam moedas produzidas fora das casas oficiais de cunhagem, algumas com o claro propósito de fraude e outras que apenas tentavam suprir a necessidade de circulação monetária local. O uso da palavra “falsificação” pode, portanto, abranger desde imitações rústicas feitas em tempos antigos até sofisticadas reproduções modernas criadas com a intenção de ludibriar o mercado atual.

Um exemplo clássico desse fenômeno são as chamadas cunhagens *fourrée*. No Brasil, usamos frequentemente o termo “falsa de época” para designar moedas fabricadas no passado com o intuito de enganar a população e o Estado romano, e não o colecionador moderno. O termo *fourrée*, de origem francesa, descreve moedas antigas constituídas de um núcleo metálico inferior — geralmente cobre, bronze ou chumbo — revestido por uma fina camada de prata. O orador romano Cícero, em seus discursos, já mencionava a existência dessas moedas por volta de 80 a.C., denunciando a prática de encobrir metais de baixo valor com uma película prateada para fazê-las circular como denários autênticos. Naquele período, o padrão monetário ainda era o do “denário puro”, de prata integral, e, portanto, tais moedas eram consideradas falsificações criminosas. A preocupação com esse tipo de fraude levou à promulgação da Lex Cornelia de Falsis, uma lei instituída por Lúcio Cornélio Sila, que visava punir a falsificação de moedas, selos e documentos oficiais. Curiosamente, com o passar dos séculos, a redução do teor de prata nas moedas imperiais acabou tornando-as visualmente semelhantes às antigas *fourrées*, o que dificulta até hoje a identificação precisa de certos exemplares.

Outro tipo de cunhagem irregular são as chamadas moedas bárbaras. Embora o termo soe pejorativo, ele é usado pelos numismatas para designar moedas cunhadas fora do controle direto do Estado romano, especialmente em províncias distantes ou em territórios fronteiriços. Muitas vezes, essas peças foram produzidas em pequenas oficinas locais, sem supervisão senatorial, para atender à necessidade de troco e circulação nas comunidades regionais. O resultado eram moedas que imitavam, de maneira tosca, os tipos oficiais de imperadores e deuses, mas com gravuras simplificadas, legendas mal grafadas e metalurgia de qualidade inferior. Em certos contextos, tais moedas não eram tecnicamente ilegais, pois Roma tolerava sua existência enquanto serviam a um propósito econômico limitado. No entanto, elas não possuíam o mesmo estatuto que as moedas oficiais, e por isso são frequentemente confundidas com falsificações propriamente ditas.

O colecionador que se inicia na numismática clássica deve estar atento a essas distinções, pois muitos catálogos e comerciantes utilizam o termo “falsificação” de forma genérica, o que pode gerar confusão. Uma *fourrée*, por exemplo, é uma falsificação antiga de natureza criminosa em seu tempo, mas hoje pode ser estudada como um testemunho legítimo da

história econômica e social de Roma. Já uma moeda bárbara não foi criada para enganar, mas para suprir uma necessidade local de troca, e seu valor histórico está justamente em refletir o grau de autonomia ou carência de controle monetário nas fronteiras do império.

Nos fóruns internacionais de numismática, como o Forum Ancient Coins e o r/AncientCoins no Reddit, colecionadores experientes compartilham exemplos reais de falsificações tanto antigas quanto modernas. Em um desses relatos, um usuário apresentou um denário de Cláudio I com aparência autêntica, mas cujo peso ligeiramente inferior e a oxidação nas bordas revelaram um núcleo de cobre recoberto por prata — um típico exemplar *fourrée*. Outro caso frequente é o de moedas fundidas modernamente, vendidas em lotes de “moedas sujas” (os chamados *uncleaned lots*), que muitas vezes contêm reproduções artificiais envelhecidas quimicamente. O site Fake Uncleaned Ancient Coins mantém uma lista extensa desses casos, alertando colecionadores sobre padrões suspeitos, como bordas muito lisas, superfícies homogêneas e detalhes excessivamente uniformes — características que denunciam a fundição, e não a cunhagem.

As falsificações modernas, diferentemente das *fourrées* e das cunhagens bárbaras, constituem um problema ético e econômico atual. Elas são criadas para enganar colecionadores e casas de leilão, utilizando técnicas de impressão a laser, moldes em silicone e até metalurgia digital. Em 2020, por exemplo, um lote de moedas supostamente romanas foi apreendido nos Estados Unidos após um colecionador perceber irregularidades no alinhamento dos reversos. Perícias posteriores comprovaram que as peças haviam sido produzidas na China e vendidas como autênticas em plataformas de leilão online. Casos assim demonstram que o perigo das falsificações permanece vivo, e o conhecimento histórico é hoje a melhor arma contra o engano.

Aprender a identificar falsificações exige atenção aos detalhes técnicos. O peso é um dos primeiros indicadores: moedas genuínas romanas apresentavam padrões relativamente estáveis para cada tipo. Um desvio muito grande pode indicar núcleo metálico diferente do original. A análise das bordas também é fundamental: moedas antigas eram cunhadas manualmente, e suas bordas raramente são perfeitamente regulares; já as moedas fundidas modernas tendem a apresentar superfícies lisas e uniformes, ou até vestígios de emenda do molde. A pátina é outro aspecto reve-

lador: falsificadores modernos frequentemente aplicam produtos químicos para simular oxidação antiga, mas uma pátina autêntica tem profundidade e irregularidade natural, algo difícil de reproduzir artificialmente.

Estudar falsificações, portanto, não é apenas um exercício de defesa contra fraudes. É também uma oportunidade de compreender as dinâmicas econômicas e sociais da Roma Antiga, os mecanismos de controle estatal e as margens onde a autoridade monetária se diluía. Algumas falsificações antigas, hoje, são até mais raras que suas contrapartes autênticas e podem valer mais em certos contextos de coleção. Isso ocorre porque elas representam uma faceta marginal, porém real, do sistema monetário romano — um retrato da vida econômica cotidiana fora dos grandes centros imperiais.

Por fim, é importante lembrar que a falsificação de moedas não é apenas um crime histórico ou comercial, mas também uma questão ética e patrimonial. Ao adquirir moedas sem procedência confiável, o colecionador não apenas arrisca seu investimento, como também perpetua um ciclo que enfraquece o estudo acadêmico da numismática. A boa prática é sempre buscar documentação, certificação e proveniência verificável. A moeda antiga é, antes de tudo, um documento histórico — e toda falsificação, quando identificada e estudada corretamente, pode nos ensinar tanto sobre o passado quanto sobre os limites da confiança no presente.

Um perigo chamado WRL

O fenômeno das falsificações sempre esteve presente na numismática clássica, mas nos últimos anos um nome em especial tem causado preocupação até entre os colecionadores mais experientes: a WRL. As moedas falsas, por si só, não são novidade — desde a Antiguidade existem exemplares produzidos para adornos, joias ou simples recordações turísticas. Quem já visitou um grande museu europeu certamente notou que é comum encontrar, nas lojas de lembranças, pequenas réplicas de moedas antigas em exibição nas vitrines. Em muitos casos, são peças produzidas para fins didáticos ou decorativos, sem a intenção de enganar. No entanto, o problema começa quando essas reproduções ultrapassam a fronteira entre o souvenir e a falsificação perigosa.

As falsificações vêm ganhando tanta popularidade que empresas especializadas nesse tipo de reprodução se aperfeiçoaram rapidamente. Na numismática moderna, já é amplamente conhecido o grande número de

falsificações vindas da China, cujo nível de qualidade melhora a cada ano. No campo da numismática clássica, contudo, há um verdadeiro pesadelo chamado WRL — uma empresa europeia cuja atuação se tornou uma das maiores ameaças à segurança dos colecionadores. O que começou como uma produtora de réplicas simples, feitas para museus e lojas de turismo, transformou-se em uma indústria de alta precisão, capaz de reproduzir detalhes com tamanha fidelidade que muitas de suas moedas são quase indistinguíveis das autênticas.

Hoje, a WRL é considerada a principal fornecedora de réplicas de moedas antigas para museus na Europa. No início, suas falsificações eram rudimentares e facilmente reconhecíveis, mas com o tempo o processo se aperfeiçoou e o negócio se tornou altamente lucrativo. O resultado é assustador: algumas das peças atuais produzidas pela empresa possuem qualidade tão elevada que se tornaram praticamente impossíveis de diferenciar de exemplares genuínos apenas por fotografias. Isso inviabilizou, em muitos casos, a compra de moedas clássicas por meios digitais, especialmente em plataformas de vendedores desconhecidos. Mesmo colecionadores experientes admitem que a análise por imagem já não basta.

Diante das inúmeras reclamações recebidas de compradores que foram enganados ao adquirir essas réplicas como se fossem moedas autênticas, a própria WRL passou a gravar sua marca nas peças. O objetivo era criar um método de identificação para evitar que as réplicas circulassem no mercado como originais. Entretanto, essa medida se mostrou insuficiente. Com o crescimento do mercado de produtos químicos e sprays repatinadores, sobretudo nos Estados Unidos, tornou-se relativamente fácil apagar o logotipo WRL das moedas. Um simples polimento seguido de uma nova camada de pátina artificial é capaz de mascarar completamente a marca de identificação. A ironia é que, no processo de limpeza e conservação das moedas clássicas, é comum remover parte da pátina original, o que torna ainda mais fácil disfarçar uma falsificação com aparência de antiguidade legítima.

Por isso, é essencial que os colecionadores se especializem na identificação de falsificações e desenvolvam seus próprios métodos de autenticação. Incentiva-se que estudiosos e comerciantes assinem suas certificações pessoais após examinar cada peça, garantindo, ainda que minimamente, que houve uma inspeção criteriosa antes da venda. Esse compromisso in-

dividual com a autenticidade é uma das formas mais eficazes de proteger o mercado e a credibilidade da numismática.

A identificação de moedas falsas na numismática clássica, entretanto, não é tarefa simples. As moedas romanas, gregas e bizantinas foram cunhadas por métodos manuais, frequentemente rudes e irregulares. Isso significa que uma peça de aparência imperfeita não é necessariamente falsa — pode apenas ter sido produzida em um contexto de escassez de recursos, em tempos de guerra ou durante períodos de transição de governo. Um exemplo notável é o chamado “Ano dos Cinco Imperadores”, em 193 d.C., quando as sucessivas disputas pelo trono romano resultaram em oficinas trabalhando sob condições precárias, produzindo moedas apressadas, de baixa qualidade estética, mas absolutamente genuínas.

Meu antigo mentor em numismática clássica costumava dizer: “Se há um único elemento que aponte para a falsificação, a moeda é falsa”. A frase é contundente e, de fato, guarda um grande valor prático, mas deve ser interpretada com cautela. A análise de uma moeda precisa levar em conta o período exato em que foi cunhada, o imperador sob cujo governo foi emitida e as características próprias da casa monetária responsável. Uma peça que pareça fora do padrão pode apenas refletir as circunstâncias históricas de sua produção, e não necessariamente um indício de falsificação.

Por isso, o estudo da autenticidade deve ser sempre comparativo e contextual. Não basta identificar um detalhe suspeito sem relacioná-lo ao conjunto da obra monetária de seu tempo. Ao examinar um áureo, por exemplo, é necessário lembrar que esse tipo monetário passou por três reduções oficiais de peso ao longo da história imperial. Assim, afirmar que “um áureo pode ter três pesos diferentes” é incorreto. O correto é dizer que “áureos de períodos distintos têm pesos específicos”. Um áureo de Nero, portanto, jamais terá o mesmo peso de um áureo de Caracalla, ainda que ambos sejam autênticos. Essa atenção ao contexto cronológico é o que diferencia o colecionador atento do simples comprador.

Uma última recomendação importante é encarar o processo de autenticação de forma inversa: tente, antes de tudo, provar que sua moeda é falsa. Essa postura crítica estimula o olhar investigativo e ajuda a identificar, com maior precisão, os elementos suspeitos de falsificação. Ao buscar falhas, o colecionador treina o olhar, aprimora sua percepção e aprende a reconhecer padrões legítimos de cunhagem, desgaste e pátina. Naturalmen-

te, todos esperamos que nossas moedas resistam a esse teste e se revelem genuínas — afinal, ninguém deseja descobrir que investiu em uma falsificação. Mas o exercício de tentar provar o contrário é, em si, um dos melhores métodos de aprendizado em numismática clássica. Ele desenvolve o senso crítico e consolida todo o conhecimento adquirido ao longo do estudo deste livro, que não se propõe apenas a ensinar técnicas, mas a formar um olhar histórico, criterioso e profundamente respeitoso pela autenticidade das moedas antigas.

Tópicos de Relevância

São apenas motivos para questionar a autenticidade da sua peça, pois, ao tentar provar que sua moeda é falsa, você poderá acabar provando justamente o contrário. Contudo, existem casos específicos — e você verá alguns nas próximas páginas — que precisam ser levados em consideração. Por isso, se ainda restar alguma dúvida sobre a autenticidade da sua peça, mesmo após ter analisado todos os tópicos de relevância, busque ajuda! Este livro foi escrito para que eu possa transmitir meu conhecimento ao maior número possível de pessoas, mas isso não significa que eu não possa auxiliá-lo de forma particular em um caso específico. Afinal, são justamente os casos mais difíceis que ampliam e enriquecem nosso aprendizado. Além disso, procure participar de fóruns, comunidades e grupos de WhatsApp. É fundamental exercitar o que você tem aprendido aqui, mesmo que, por enquanto, seja apenas observando os casos apresentados por outros colecionadores.



O Diâmetro

Quando falamos no diâmetro como parâmetro para determinar a autenticidade de uma moeda clássica, estamos nos referindo principalmente às discrepâncias mais evidentes, como as que observamos nos exemplos apresentados. É fundamental compreender que, durante o processo de cunhagem das moedas clássicas — em grande parte artesanal, embora envolvesse técnica refinada —, a gravura era sempre planejada de acordo com o espaço disponível dentro do cordão de pérolas.

Em outras palavras, o cunho era preparado considerando o disco liso sobre o qual seria impresso. Pequenos espaços nas bordas das gravuras são aceitáveis, desde que não ultrapassem o limite de aproximadamente 2 mm. É importante lembrar que essa medida se refere à borda total da moeda, já que deslocamentos de disco podiam ocorrer durante a cunhagem clássica. No entanto, por se tratar de uma produção cuidadosamente supervisionada, erros muito evidentes raramente passavam pela inspeção visual, pois, sendo o metal nobre um material valioso, era simples derreter e cunhar novamente uma peça defeituosa.

Nos casos mais extremos, deve haver um desnível perceptível, ainda que mínimo, entre a área cunhada e a não cunhada. Em moedas menores, diferenças de até 1 mm podem ser imperceptíveis, mas, em peças maiores, um desnível superior a 10 mm em apenas uma lateral da gravura já se torna claramente visível. O diâmetro é um dos poucos tópicos de relevância que podem ser analisados isoladamente, sem depender diretamente da comparação entre a moeda e o período histórico de sua cunhagem, pois esse aspecto está relacionado à técnica de produção como um todo, e não à autoridade emissora em particular.

O Peso

O peso é um dos fatores mais importantes na análise de autenticidade, exigindo especial atenção. Como vimos anteriormente, moedas como o áureo, por exemplo, apresentaram variações oficiais de peso conforme o ano de cunhagem. Isso também ocorreu com outros tipos monetários do Império Romano, como o follis e o antoniniano, que tiveram suas composições alteradas ao longo do tempo e, conseqüentemente, sofreram mudanças no peso.

Para considerar o peso de forma adequada, é preciso pensar como

um falsificador. Imagine uma moeda de ouro falsificada: dificilmente ela será feita de ouro puro, mas sim de um material semelhante, com custo de produção mais baixo e lucro maior para quem a falsifica. Assim, o ouro pode ser substituído por latão ou receber apenas um banho dourado; a prata pode ser misturada a alumínio, chumbo ou estanho, e assim por diante. Essas substituições, inevitavelmente, alteram o peso da moeda — e é justamente aí que esse critério se torna relevante.

Entretanto, há casos em que falsificações são feitas com o mesmo metal nobre do original. Isso ocorre tanto na numismática moderna quanto na clássica. Imagine uma moeda de Bruto, por exemplo — raríssima e extremamente valiosa em qualquer metal. Nesses casos, produzir uma falsificação no metal correspondente pode compensar, pois o “peso histórico” e o valor simbólico da peça são muito maiores do que o simples valor do metal em si.

A comparação com outras moedas é essencial. Se a coloração da peça parecer inadequada, há um problema — a não ser que se trate de uma pátina natural. Ainda assim, é importante lembrar que prata e ouro não sofrem as mesmas variações que o bronze, cujas tonalidades podem variar do preto ao verde ou marrom. Se o metal for diferente, o peso certamente também será, mas é preciso considerar o estado de conservação da peça, já que a oxidação e o desgaste também influenciam o resultado. São muitas as variáveis envolvidas, e por isso o peso, como qualquer outro tópico de relevância, jamais deve ser analisado de forma isolada.

A Gravura

Esse é um dos tópicos em que você mais precisa ter atenção quanto ao ano em que a moeda foi cunhada, ou seja, é fundamental entender o período em que o Império Romano como um todo vivia para compreender se aquela gravura é ou não justificada pelo tempo ou circunstância em que foi produzida.

Vejam os exemplos. Imaginemos o ano de 193 d.C., conhecido como “o ano dos cinco imperadores”. Nesse período, tivemos governantes com mandatos inferiores a três meses. Pergunto: você acha que havia tempo hábil para a cunhagem de moedas com qualidade? Agora, vejamos o oposto — imagine Gaius Octavius, com seus 41 anos de reinado. Haveria motivo para uma cunhagem emergencial, de baixa qualidade?

Ambos os casos têm como resposta um claro “não”. É por isso que o ano de cunhagem da peça é essencial para compreender o contexto em que ela foi produzida e, assim, avaliar se a gravura que observamos é justificável. Dependendo do momento histórico, pode ser incorreto tanto apresentar uma gravura de excelente qualidade quanto uma de baixa execução.

O estilo “falso moderno” distingue-se principalmente pelo excesso de detalhes. Podemos citar uma criança como exemplo: em uma moeda clássica original, bastava um desenho simples, um “stickman” — um tronco, uma cabeça, dois braços e duas pernas — para representar uma figura infantil. Já nas falsificações modernas, encontramos detalhes desnecessários, como roupas, cabelos e adornos que não eram utilizados para representar cativos, por exemplo. Essas adições destoam completamente do estilo da época.



Observe o exemplo acima. Acostumados à qualidade das moedas cunhadas durante o Império Romano, a maioria dos meus alunos afirmou que a moeda da direita era verdadeira e a da esquerda, falsa. Acredite: fiz essa pesquisa, e essa foi a resposta predominante dos participantes do curso ao vivo. Ao olhar apenas para a moeda, a confusão é compreensível. No entanto, você deve se lembrar do que eu disse antes — a peça precisa de um contexto para ser analisada. É justamente por causa de situações como essa que isso se faz indispensável.

Saiba, então, que se trata de uma moeda cunhada apenas no ano de 260 d.C., sob o comando de Regaliano, ou Cornélio Públio Caio Regaliano, um usurpador que assumiu o governo de Roma por um período muito

breve. Suas moedas, cunhadas sob uma demanda emergencial, foram em grande parte produzidas a partir do recunho de moedas de imperadores anteriores, como Sétimo Severo, Alexandre Severo e Maximino Trácio.

Com essas informações, qual é a moeda original? Tenho certeza de que você entendeu o raciocínio até aqui e respondeu corretamente: a moeda da esquerda é a autêntica, certo? Sim, está absolutamente correto. Enquanto a moeda da esquerda é um genuíno — embora esteticamente feio — antoniniano de Regaliano, a moeda da direita é uma cunhagem moderna que, por desconhecer o contexto histórico da peça, tentou transmitir uma qualidade que a moeda original jamais teve.

Essa é a verdadeira importância do “contexto histórico” na identificação de uma moeda romana, seja ela falsa ou autêntica. Eu mesmo admito que, se não conhecesse a origem desta moeda, provavelmente classificaria a da direita como autêntica, já que sua qualidade visual se aproxima mais do padrão que costumamos ver nas cunhagens do Império Romano.

Outro ponto interessante é que Regaliano não é um caso isolado quando se trata de moedas originais com baixa qualidade. Houve diversos outros exemplos de governos provisórios ou de imperadores usurpadores ao longo do Império Romano, e é por isso que sempre afirmo: de nada adianta especializar-se em numismática clássica se não houver, antes, um conhecimento sólido sobre a história do Império Romano.



Para vermos também o oposto, observe o exemplo de Faustina: nesse caso, a moeda antiga apresenta qualidade de gravura muito superior à falsificação moderna (Não preciso dizer que a da esquerda é autêntica e a da direita é a falsa né?). Nessa situação, o melhor a fazer é comparar as moedas conhecidas do mesmo tipo e verificar se a qualidade observada pode ser justificada por algum fator histórico ou técnico.

A pátina

A pátina é um dos tópicos de maior relevância que precisamos compreender para emitir uma opinião fundamentada, e esse conhecimento não se adquire apenas com a numismática clássica. É necessário conhecer os metais e entender o processo natural de decomposição de cada um, afinal, a pátina nada mais é do que uma camada protetora que o metal desenvolve para evitar sua deterioração acelerada. Guarde bem essa palavra: proteção.

Por mais óbvio que pareça, uma moeda falsa não possui tempo suficiente para formar uma pátina original. Por isso, é essencial observar com atenção as pátinas produzidas artificialmente. Lembre-se de que uma moeda falsificada precisará apresentar uma pátina igualmente falsa para simular um “falso atestado de temporalidade”. Dessa forma, é indispensável familiarizar-se com as pátinas originais para reconhecer as diferenças.

Vale ressaltar que uma pátina falsa não indica, necessariamente, que a moeda seja falsificada. Como você aprendeu anteriormente, é possível limpar uma moeda — e muitos colecionadores, especialmente nos Estados Unidos, têm o hábito de fazê-lo e, em seguida, aplicar um spray de pátina para tentar reproduzir a coloração original que a peça possuía antes da limpeza.

Vejamos agora alguns exemplos de moedas com pátinas falsas.



Observando essas peças, percebemos que as pátinas artificiais são, em sua maioria, pretas. Em seguida, aparecem as marrons (conhecidas como “chocolate”) e as verdes (geralmente de tom muito escuro). Além disso, os relevos mais altos costumam apresentar brilho excessivo ou tonalidade mais clara, enquanto as bordas e os contornos dos detalhes ficam marcadamente escuros. Isso acontece porque as pátinas artificiais, geralmente líquidas, “escorrem” pela gravura — os campos mais altos retêm menos material do que os mais baixos.

Outro ponto importante: a pátina natural se forma de modo orgânico e circular. Assim, pátinas com formato muito reto, quadrado ou perfeitamente desenhado em uma única área tendem a ser artificiais.

A Superfície

Neste tópico de relevância, você encontrará pequenas situações que podem alterar completamente sua opinião quanto à autenticidade de uma peça. Verá, sobretudo, erros sutis que muitas vezes passam despercebidos, mas que, quando bem observados, tornam-se excelentes ferramentas na certificação de moedas clássicas em geral.

Radiations

No Brasil, esse fenômeno é mais conhecido como “estria da prata”. Trata-se de linhas finas que irradiam do ponto em que há batida de gravura para as áreas onde ela não ocorre. São marcas comuns nas moedas cunhadas por meio da técnica de cunhagem a martelo, especialmente em moedas de prata. Por outro lado, sua ausência não significa necessariamente que uma peça seja falsificada, pois golpes fracos de martelo podem não gerar essas estrias. Ainda assim, sua presença é uma excelente aliada para comprovar a originalidade de uma moeda.

Porosidade

Uma moeda excessivamente porosa, como o exemplo aqui apresentado, pode indicar que foi produzida a partir de uma matriz de erosão por faísca (pesquise o termo no Google). Essa técnica é de baixa qualidade e normalmente impede a reprodução dos detalhes mais finos. Um molde mal executado também pode deixar a superfície da moeda com aparência granular, o que indica que a peça foi fundida e não cunhada a martelo.

No entanto, uma moeda autêntica pode apresentar uma superfície granular em razão das condições de conservação, sobretudo peças de bronze encontradas em ambientes subaquáticos ou extremamente úmidos. Mesmo assim, é possível distinguir facilmente uma superfície danificada de uma falsificação de baixa qualidade.



Radiations



Porosidade



Bolhas



Linhas de Relevo

Bolhas

Na produção de moedas falsas, é comum o uso de moldes alimentados com metal líquido em temperaturas muito altas. Mesmo utilizando prata de boa qualidade, o processo pode gerar bolhas de fundição, que indicam claramente que a peça foi fundida e não cunhada.

Contudo, algumas moedas clássicas foram, de fato, produzidas por fundição. Em certos casos, é possível encontrar pequenas bolhas — geralmente nos campos mais baixos — resultantes da fabricação do disco em branco. Embora seja raro que essas bolhas sobrevivam ao uso prolongado, isso pode acontecer, exigindo cuidado na análise.

Linhas de Relevô

Essas linhas podem surgir por dois motivos principais. O primeiro ocorre quando o molde da falsificação é feito a partir de uma moeda original muito gasta, o que faz com que os danos sejam replicados. O segundo é o chamado “trincamento”, quando rachaduras aparecem ao se desprender a falsificação do molde. Fique atento também a possíveis polimentos artificiais, pois o falsificador pode tentar suavizar essas marcas, deixando diversas imperfeições visíveis.

Borda

Quando uma moeda é batida, ocorre uma leve elevação nas bordas, resultado da pressão entre os dois cunhos. No entanto, com o uso e a circulação, essas marcas tendem a desaparecer.

Nas falsificações, o oposto ocorre: a junção dos moldes de anverso e reverso pode gerar rachaduras ocasionadas pelo encaixe imperfeito entre eles. Também podem surgir fissuras durante o ato de separar os moldes após a fundição.

Várias Cópias

Sabemos que um mesmo cunho era utilizado para cunhar várias moedas, o que naturalmente gerava peças muito semelhantes. Contudo, com o tempo, os desgastes individuais deveriam diferir de uma moeda para outra. Assim, quando encontramos exemplares idênticos até nos desgastes, é provável que sejam “irmãs” de um mesmo molde falsificado. Algumas falsificações são tão bem-feitas que só são descobertas quando uma cópia perfeitamente igual aparece.

Detalhes Ausentes

Observe a imagem abaixo: as figuras 1 e 3 mostram moedas cunhadas, enquanto a figura 2 ilustra o que deveria estar ausente na peça 1.

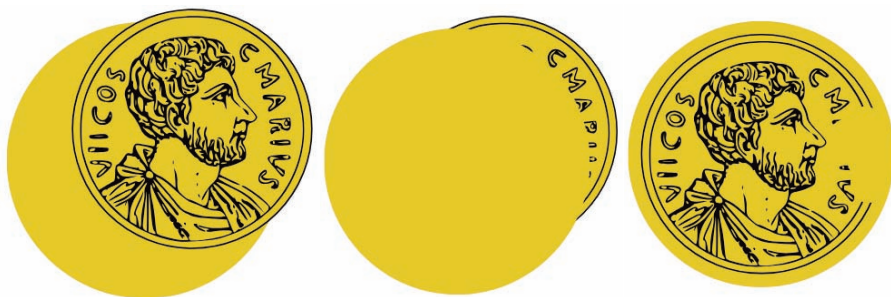


Foto de uma moeda vendida como falsificação moderna pela London Ancient Coins.

Se você copiar uma moeda descentralizada, ela apresentará, por exemplo, o topo da legenda faltando e pontos periféricos ausentes. Portanto, se observar uma moeda com esses detalhes faltando apesar de haver espaço suficiente para eles, trata-se de uma falsificação.

Desgastes Falsos

Os pontos altos são os que se desgastam primeiro, pois são as partes mais proeminentes da gravura. No retrato, por exemplo, a coroa, o cabelo e o rosto são as áreas mais expostas. A coroa, quando presente, é normalmente o ponto mais alto. Assim, uma coroa perfeita com cabelos desgastados não é algo natural.

Fissuras Parciais



Aqui tratamos de rachaduras na moeda original usada como modelo, que aparecem no molde final parcialmente entupidas. Quando a moeda autêntica apresenta uma rachadura completamente aberta, visível no anverso e no reverso, e a cópia mostra essa fissura em apenas um lado, significa que o molde foi feito a partir de uma moeda “quebrada”. Assim, no lado sem a rachadura, também não haverá nada reproduzido na gravura.

Existem falsificações em moedas originais!

Existem falsificações em moedas originais, ou seja, peças autênticas que passaram por adulterações posteriores com o único objetivo de valorizar artificialmente o exemplar. Esse tipo de manipulação é particularmente perigoso, pois o colecionador pode estar diante de uma moeda genuína do ponto de vista histórico e numismático, mas que foi alterada de maneira intencional para aumentar seu valor de mercado.

Imagine, por exemplo, uma moeda de bronze romano com gravura nítida, legenda completa e excelente estado de conservação, uma peça praticamente perfeita para venda. Agora imagine que essa mesma moeda tenha sofrido uma quebra ou corrosão significativa na parte inferior do busto. A pergunta que surge é: seria possível “salvar” essa peça sem comprometer sua integridade histórica? Muitos chamariam esse processo de “restauração”, mas o termo é inadequado quando a intervenção tem o objetivo de mascarar um defeito e não de preservar a integridade da moeda.

A restauração legítima é um procedimento de conservação, feito de maneira transparente e sempre declarado ao comprador ou expositor; já a adulteração é uma fraude deliberada. Esse é exatamente o caso do exemplo que temos.



Observando atentamente a moeda, nota-se que a intervenção está concentrada na parte inferior do busto, provavelmente onde havia uma rachadura, quebra ou corrosão profunda, resultado de uma doença do cobre — comum em moedas antigas, conhecida como “doença do cobre”. O falsificador removeu a área danificada e a substituiu por outro metal, possivelmente cobre ou liga semelhante, fundido por processo similar a solda. Em seguida, foi aplicado um processo de repatinação artificial para uniformizar a coloração da peça e disfarçar a região adulterada. O resultado é uma moeda visualmente íntegra, de aparência antiga e natural, mas com uma intervenção que quebra totalmente a sua originalidade.

Por ser uma moeda de grande beleza e rara conservação, é fácil entender por que poucos notariam o pequeno detalhe no busto. Alterações desse tipo são mais comuns em moedas raras ou de alto valor, especialmente porque o salto de preço entre um exemplar apenas bem conservado e outro em estado “flor de cunho” pode ser enorme. É justamente essa diferença que leva alguns falsificadores a recorrerem a técnicas ainda mais invasivas, como o uso de ferramentas de usinagem e calor localizado.

No exemplo seguinte, não houve adição de material, mas sim uma alteração física no próprio metal. A moeda foi aquecida até um ponto em que pequenas deformações pudessem ser corrigidas ou disfarçadas — por exemplo, na área da boca ou do nariz do retrato —, usando provavelmente um maçarico ou outro instrumento que permitisse o controle do calor. Esse tipo de manipulação, apesar de sofisticado, deixa rastros: a textura do metal se modifica, surgem microbolhas e pequenas ondulações perceptíveis sob ampliação. Colecionadores experientes e peritos numismatas identificam facilmente esses sinais, pois o metal original, ao ser submetido a calor intenso, perde parte de sua estrutura microscópica natural e revela áreas com brilho ou densidade anormais.



Em suma, as falsificações em moedas originais representam um dos desafios mais complexos da autenticação numismática. Elas combinam a materialidade legítima de uma moeda antiga com técnicas modernas de adulteração, confundindo até mesmo olhares treinados. Por isso, o estudo da metalurgia antiga, o conhecimento das pátinas autênticas e a observação de detalhes de cunhagem e desgaste são ferramentas indispensáveis para diferenciar uma restauração honesta de uma manipulação enganosa.

Paduanas

Os chamados Paduanas são cópias de moedas antigas produzidas por artistas e ourives renomados, cuja intenção não era enganar o colecionador, mas sim homenagear ou recriar peças clássicas da Antiguidade. O termo vem de Pádua, cidade italiana onde viveu Giovanni da Cavino (1500–

1570), o mais famoso autor desse tipo de reprodução. Cavino fabricava cópias de moedas romanas e gregas com tamanha maestria que suas peças passaram a ser conhecidas como “paduanas”.



Diferentemente de uma falsificação comum, o valor de um Padua no não está na moeda em si, mas no nome e na reputação do artista que a produziu. É, portanto, uma obra de arte numismática, e não uma fraude. Podemos pensar nesse fenômeno com uma analogia simples: imagine um quadro de Portinari reproduzido por Burle Marx — você compraria a pintura por ser uma cópia de Portinari ou por ser uma obra feita por Burle Marx? O valor, evidentemente, recairia sobre o segundo, pois o nome do artista confere à cópia um novo significado e uma nova importância estética.

No Brasil, temos um caso notável de artista numismático que seguiu essa mesma tradição: Pedro Balsemão. Ele produziu cópias e interpretações de peças históricas, entre elas a famosa moeda de 6.400 réis de 1822, conhecida como “peça da coroação”, que hoje se encontra exposta no Museu Histórico Nacional. As moedas feitas por Balsemão são valorizadas justamente por sua autoria — seu valor de mercado e sua relevância cultural residem no fato de terem sido criadas por ele, e não na pretensão de substituir as originais. Essa lógica é universal no campo da numismática artística.



Exemplar de Becker vendido pela Auctiones GmbH

Um Vetrano reproduzido por Becker, outro grande gravador do século XIX, por exemplo, é uma peça procurada e valiosa desde que identificada como uma “reprodução de Becker”. Se essa informação for omitida e o exemplar for apresentado como uma moeda antiga autêntica, passa a ser uma falsificação como qualquer outra, desprovida de valor histórico e artístico.

Portanto, os Paduanos ocupam uma categoria distinta dentro da numismática: não são moedas genuínas nem falsificações no sentido fraudulento, mas criações artísticas de valor próprio, testemunhos do fascínio que os grandes mestres do Renascimento e de outras épocas sentiram pelas formas e símbolos do mundo antigo.

Falsificações WRL

Já falamos lá no começo o que são falsificações WRL (Westair Reproductions Ltd.) e apenas para reforçar o que já foi dito, veja alguns exemplos de falsificações produzidas pela WRL que são quase impossíveis de reconhecermos sem uma análise presencial, principalmente em casos como esse onde não há ou foi criminalmente ocultada a marca WRL, como na imagem a seguir:



Referências bibliográficas

- BARKER, Philip. *Fake? The Art of Deception*. Londres: The British Museum Press, 1990.
- CARRADICE, Ian; BUTTREY, T. V. *The Roman Imperial Coinage, Volume II, Part I: Vespasian to Hadrian*. Londres: Spink & Son, 2007.
- CLAYTON, Peter. *Forgery and Imitation in Ancient Coinage*. Londres: Seaby Publications, 1994.
- CRADDY, Richard. *The Paduans: The Renaissance Imitations of Roman Coins by Giovanni da Cavino and His Followers*. Oxford: Oxford Numismatic Society, 2009.
- GASVAN, David; WAGNER, Thomas. *Modern Forgeries in Ancient Coinage: Detection and Classification*. Nova York: American Numismatic Society, 2018.
- ALL-YOUR-COINS. How to identify fake ancient coins. [S.l.]: All-Your-Coins.com, 2024. Disponível em: <https://www.all-your-coins.com/en/blog/antique/comment-identifier-une-fausse-monnaie-antique>. Acesso em: 20 out. 2025.



SOARES, TIAGO DE CASTILHO. FLOR DE MOSSA: REFLEXÕES NUMISMÁTICAS E COLEÇÃO DE CITAÇÕES. FLORIANÓPOLIS: EDIÇÃO DO AUTOR, 2024.

Lucas Hendricus Andrade Van den Boomen

Tiago de Castilho Soares é escritor, colecionador e jurista por formação. Também é Mestre em Direito (2003), com a dissertação “A construção do indivíduo moderno como condição de eficácia jurídica” e Doutor em Sociologia Política, com a tese “Retórica e política no Congresso Constituinte de 1890-91” (2012), ambos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além do livro aqui resenhado, escreveu “Individualismo e Direito - condições simbólicas de eficácia dos direitos humanos” (2004) e “Désceio Machado nas chanchadas do CBN Brasil” (2021).

Em edição caprichada e minimalista, “Flor de Mossa: reflexões numismáticas e coleção de citações” se inicia com um prefácio de autoria do Prof. Edson Luiz André de Souza, seguido por uma apresentação feita pelo próprio autor. O restante da obra, conforme adiantado no título, divide-se em duas partes: “Reflexões Numismáticas” e “Coleção de Citações”. A primeira, nas palavras de Soares (2024), é formada por “apontamentos”, “narrativas curtas e frases que podem ser lidas individualmente” (SOARES, 2024). Entre

¹Associado efetivo da Sociedade Numismática Brasileira (SNB). Mestrando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Studium Iuris - Grupo de Pesquisa em História da Cultura Jurídica (CNPq/UFMG). Pós-graduado em Direito Previdenciário e Prática Previdenciária pela Faculdade Legale. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Presidente da Comissão de Direito Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG) - Subseção Contagem. Advogado e Consultor Previdenciário. E-mail: lucas.vandenboomen@hotmail.com.

aforismos e divagações, parágrafos sentimentais e afirmações contundentes, os pensamentos transferidos para a materialidade do papel conversam com um projeto gráfico que adorna algumas páginas com símbolos presentes nas moedas.

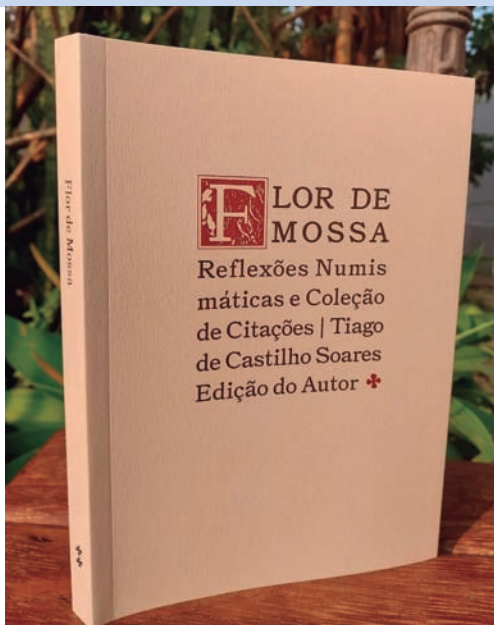
A segunda parte é formada por uma compilação de citações sobre o tema da moeda: “palavras, expressões, períodos, frases, parágrafos ou mesmo temas que dialogam com as reflexões de Flor de Mossa” (SOARES, 2024, p. 95). As citações são de autoria de grandes escritores,

filósofos e pensadores em geral, tais como: Machado de Assis, Albert Camus, Dostoiévski, Norbert Elias, Foucault, Freud, Hobbes, Maquiavel, Marcel Mauss, Montesquieu, Weber e até Shakespeare. Clássicos da civilização greco-romana introduzem o tema da mitologia dos metais através de Heródoto, Hesíodo e Ovídio. Como pesquisador da obra do romancista e ensaísta Elias Canetti, o autor também traz algumas citações do vencedor do prêmio Nobel de Literatura de 1981.

É perceptível que o foco se dá no metal amoeado - as moedas e medalhas - deixando de lado a menção as cédulas, o dinheiro “grande” por excelência, pelo menos nos últimos 150 anos.

Nas palavras do próprio autor, “os apontamentos de Flor de Mossa são reflexões sobre a transitoriedade humana e da moeda: o nascimento e a cunhagem; o envelhecimento, as mossas e as pátinas; a morte, a oxidação e a destruição” (SOARES, 2024).

De fato, as reflexões evocam dualidades, contraditórias ou não, a todo o momento: nostalgia e violência; mitologia e militarismo; lembranças de infância e conflitos bélicos; o início e o final da vida; morte e memória; a permanência do metal em oposição a efemeridade da passagem humana na terra. Logo, lida-se com os efeitos do tempo, tanto nos seres humanos quanto nos objetos inanimados; com histórias de família e experiências pessoais;



com o retorno a momentos específicos vividos ao lado de entes queridos já falecidos, tudo intermediado pela frieza do metal, paradoxalmente capaz de aquecer o coração do colecionador ávido. Há algo que remete ao título da obra de Paul Ricoeur, “A memória, a história, o esquecimento” (2000), entremeado, todavia, pela violência real do dinheiro, as lembranças idílicas dos primeiros contatos com o colecionismo e as marcas físicas que enfatizam a materialidade das moedas.

O sangue que suja a lâmina da espada, impregna-se no metal que tem o mesmo material daquilo que deu razão ao corte fatal. A dureza do metal é comparável à brutalidade do capital e da exploração que lhe é consentânea. A violência está enraizada no dinheiro, seja na sua falta ou no seu acúmulo excessivo. Na falta, resta a criminalidade. No excesso, resta a desigualdade social.

A pátina, o verdete, as mossas e os cortes são como cicatrizes que contam sobre a vida de um artefato numismático. Os danos físicos, intencionais ou causados pelo tempo, se antecedem ao conteúdo iconográfico e epigráfico. Inicialmente, não estamos nos perguntando qual o nome do rei daquele busto cunhado, qual foi o período de seu reinado, mas sim por que um pedaço da peça foi cortado? Por que lhe aplicaram um dado carimbo posteriormente? Se permaneceu incólume por ter se assentado no fundo de uma gaveta durante décadas ou se está tão gasta por ter passado por muitas mãos no comércio. Terá sido o fundo da terra ou o fundo do mar que lhe deu aquela aparência? Quem lhe depositou naquele assoalho? Qual foi o desejo pedido com fervor ao arremessá-la naquela fonte dos desejos? A figura da “Flor de Mossa”, em oposição a “Flor de Cunho”, remete a essas cicatrizes prenhas de significado.

Ao analisar toda a bibliografia nacional sobre o tema, bem como o Estado da Arte da Numismática no Brasil, é possível ver que a pretensão da obra de Tiago de Castilho Soares se mostra inédita: aproximar a numária e a poesia. Através de suas reflexões poéticas, o livro, de fato, “possui grande força para transformar o olhar da leitora e do leitor sobre sua coleção, sobre as moedas e sobre o dinheiro” (SOARES, 2024). A obra ainda preenche uma lacuna existente no mercado editorial e na comunidade numismática brasileira, merecendo integrar tanto as bibliotecas particulares quanto as das sociedades e associações que reúnem os amantes e estudiosos das moedas, cédulas e medalhas por todo o país.

No currículo presente na segunda orelha do livro, o autor não menciona o adjetivo “numismata” como um de seus predicados. Se o mesmo assim não o fez, será assim considerado, de maneira honrosa, pela instigante contribuição feita a literatura numismática.

Pela sua grande capacidade de gerar reflexão e inquietação no leitor, pelo ineditismo na aproximação pretendida e alcançada com sucesso, pelo trabalho de recolhimento das citações, pela coragem da empreitada e pela beleza do resultado, “Flor de Mossa” já é um clássico!

Abaixo, um pequeno ensaio inspirado por e escrito a partir de um dos apontamentos do livro.

A destruição (simbólica) da peça da coroação

“As inúmeras grinaldas de louro a coroar os valores. Apolo a levava na cabeça para nunca esquecer uma conquista perdida, um estupro não consumado. César triunfador a usava para indicar seu supremo poder sobre as forças armadas. Dom Pedro I não prezava por símbolos antigos e rejeitou o cunho da moeda de sua coroação. Queria ver-se sem louros na cabeça, com uma farda recheada de medalhas” (SOARES, 2024, p. 48), ao invés de um peito nu. No lugar de “ares de César”, desejava ares de Agripa ou Cipião Africano, grandes generais romanos. No lugar dos “louros da vitória”, queria as medalhas, de ordens militares, honoríficas, de cavalaria, de mérito, ou quaisquer outras pompas abarcadas pela falerística.

A coroa de louros, facilmente despedaçada entre galhos e folhas. As folhas, reduzidas a tempero culinário de menor importância. Seriam a efemeridade e a fragilidade dos galhos e das folhas secas, comparáveis a peregrinação, ao brilho e a beleza do ouro fundido em medalha? Acrescente-se as fitas, os barretes, passadores e demais apetrechos que adornam aquele conjunto dourado e reluzente. Certamente *o primeiro dos Pedros* preferiria olhar-se no espelho e enxergar Napoleão Bonaparte vitorioso na Batalha de Austerlitz, do que enxergar Luiz XIV, o “Rei Sol”. E não era a moeda o espelho definitivo que guardaria o seu reflexo para todo sempre? Que circularia entre a população mais do que a representação contida nas pinturas trancafiadas nos palácios? Isto antes do advento do daguerreótipo, inclusive!

A peça mais importante da Numismática Brasileira carrega a mácula do pecado original: foi rejeitada por aquele que era sua imagem e semelhança.

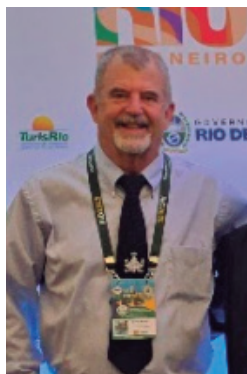


PALESTRAS DA V CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE HISTORIADORES E NUMISMATAS - RIO2025

Pedro Mangeti Zaninetti¹
Oswaldo Martins Rodrigues Jr²

Com diferentes backgrounds, mas com o mesmo amor pela numismática, pesquisadores de diversos países se desdobraram sobre os mais diversos tópicos. Das moedas da Bretanha celta às fichas de uma empresa de enlatados no Uruguai, medalhas de centenários e ouro carioca em Washington atestam o inevitável: podemos até parar de usar moedas no dia a dia, mas as moedas nunca vão parar de nos fascinar.

Glenn Murray explora a mecanização das Casas da Moeda da Espanha a partir da influência de Antonio Martínez de Almeida, português que assume em 1728 o cargo de técnico. Começando em 1664, quando a cunhagem a rolo era a técnica de ponta, o fracasso de uma série monetária levou ao abandono súbito dos rolos, e as casas voltaram à cunhagem a martelo (com exceção de Segóvia, que sempre cunhou a rolo).



¹Numismata, bacharel em História pela Universidade de São Paulo e mestrando do Programa de Pós Graduação em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades pela mesma, membro do grupo de pesquisa em Numismática Antiga do MAE-USP e Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil África da FFLCH-USP. LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8161136213766696> Email: pedromz1000@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9616-7718>

²Numismata, psicólogo e escritor, Diretor Vice Presidente da SNB – Sociedade Numismática Brasileira; Vice Presidente da Rio2025 – V Convención Internacional de Historiadores y Numismáticos Email: oswrod1@hotmail.com LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8822346727658552> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4656-152X>

Após tentativas fracassadas de mecanizar as oficinas de cunhagem, Antonio Martínez de Almeida, técnico da Casa da Moeda de Lisboa, em outubro de 1728, após a promulgação da ambígua Ordenança de 1728 (que permitia tanto o rolo quanto o volante). Almeida, com apoio real e um molde de volante trazido de Lisboa, liderou a instalação bem-sucedida de volantes em Madrid no final de 1728. Seu sucesso foi imediato e motivou o Rei a enviá-lo a Sevilha (1729–1730), onde construiu novos volantes e dirigiu a fabricação de maquinaria completa para a Casa da Moeda do México.

A eficácia do modelo “tipo Almeida” levou à Ordenança de Cazalla (16 de julho de 1730), que impôs o uso exclusivo do volante para ouro e prata, fechando as demais casas da moeda e consolidando Madrid e Sevilha como os únicos centros de cunhagem peninsulares. A tecnologia de Almeida foi exportada para as colônias, e seus volantes continuaram a ser fabricados na Espanha por mais de um século. O estudo conclui, assim, que a cunhagem a volante na Espanha não se estabeleceu por coexistência, mas sim por uma substituição tecnológica definitiva e dispendiosa, concretizada pela intervenção portuguesa.



Liesel Gentieli apresenta, pela primeira vez na literatura, um banco de dados de composição elementar de moedas de prata dos séculos XVI a XVIII, abrangendo tanto casas da moeda da América colonial espanhola quanto da Europa, que foram abastecidas com a prata do Novo Mundo. Utilizando a análise totalmente não destrutiva de Fluorescência de Raios-X (XRF), foram analisadas 331 moedas da coleção da *American Numismatic Society* (ANS). A criação deste banco de dados é crucial, pois permite a determinação da proveniência de artefatos de prata contemporâneos por comparação, estabelecendo “assinaturas” composicionais para casas da moeda importantes como Potosí, México, Lima, Sevilha e Madrid.

Os resultados revelaram assinaturas distintas: a prata americana, como a do México e Potosí, apresentou maior pureza, com menor teor de cobre e chumbo, em comparação com a prata europeia, especialmente a de Sevilha. O teor de ouro variou significativamente; sendo alto em Lima

e Madrid, sugerindo uma possível conexão de suprimento entre as duas casas da moeda, já que o ouro ocorre naturalmente com a prata nas fontes peruanas e mexicanas. O chumbo foi notavelmente mais alto em Sevilha, o principal ponto de recebimento da prata americana na Espanha, o que pode indicar a adição intencional de chumbo e cobre durante a cunhagem. Por outro lado, o bismuto baixo em Lima sugere minério de prata com alto rendimento, enquanto teores mais altos em Guatemala e Sevilha sugerem rendimentos menores.

Juan Claudio Lechin Weise aborda a presença e o papel dos africanos escravizados em Potosí durante o vice-reinado, concentrando-se nas revelações dos processos judiciais de falsificação de moeda a partir de 1648, contidos no Legajo 869^a do Arquivo Geral de Índias. O autor contextualiza que a escravidão na América se tornou a primeira a ser majoritariamente racializada, distinguindo-a das formas históricas anteriores. Enfatiza que, enquanto a Coroa e a Igreja estabeleceram os indígenas como vassalos sujeitos à servidão feudal (como a *mita*), e não à escravidão, a demanda por mão de obra levou à importação de africanos. Contudo, em Potosí, o plano de substituir os indígenas que fugiam da *mita* por escravos africanos fracassou devido à altitude e ao frio excessivos, que eram letais para os africanos nas minas. Por isso, os negros foram realocados para funções como capatazes, ofícios qualificados na Casa da Moeda (*Ceca*) ou serviço doméstico, gerando um profundo ressentimento indígena que se manifesta culturalmente até hoje.



Javier Avilleira apresenta o Banco Mauá & C.^a, fundado em Montevideu em 1º de julho de 1856, logo após o fim da Guerra Grande, com o objetivo de financiar a economia uruguaia endividada com Mauá. A iniciativa inicial de emitir papel-moeda foi suspensa por falta de autorização, mas o banco foi oficialmente elevado à categoria de emissor por decreto em 1º de julho de 1857. O Mauá expandiu-se rapidamente,

abrindo agências em cidades uruguaias e em países vizinhos, tornando-se um dos principais motores financeiros da região do Prata. O banco enfrentou desafios iniciais, incluindo a falsificação de suas cédulas e a necessidade de se adaptar ao sistema métrico decimal uruguaio em 1863.

O banco sofreu os impactos das crises políticas e das guerras regionais. O último golpe para a instituição veio em fevereiro de 1875, quando um alto número de saques bancários forçou o Banco Mauá a suspender pagamentos e ser declarado em recuperação judicial. Mauá conseguiu um acordo com os credores e obteve a reabilitação do banco em outubro de 1875. No entanto, a instabilidade continuou. Em 1878, Mauá decretou falência, que só conseguiu reverter em 1884. Sousa faleceu pouco tempo depois, em 1889. Suas últimas obrigações financeiras no Uruguai, administradas pela Companhia Pastoril Agrícola e Industrial, só foram encerradas e liquidadas em 1892, marcando o fim oficial da era Mauá na finança uruguaia.



Daniel Oropesa Alba apresenta uma perspectiva aprofundada sobre a Casa da Moeda de Potosí, evidenciando sua dimensão estratégica na produção de equipamentos bélicos e sua relevância política e econômica durante as Guerras de Independência (1809-1825). A descoberta da prata em Potosí, a partir de 1545, levou à fundação da cidade e, posteriormente, da Primeira Grande Casa da Moeda (1572), por ordem do Vice-Rei Francisco de Toledo. A prata potosina circulava em rotas globais, e a moeda de 8 Reales tornou-se um ícone da numismática. A Segunda Casa da

Moeda (século XVIII), projetada por Salvador de Villa, é descrita como uma fortaleza industrial. Além de suas dimensões e tecnologia (como as máquinas laminadoras únicas), o edifício foi concebido para ser seguro e eficiente, que durante a Guerra de Independência converteu-se em fábrica de armas e quartel.

O controle de Potosí era o objetivo estratégico de ambos os lados. Citando o Marquês de Montecuculi, o texto enfatiza que o sucesso na guerra dependia de “prata, prata e prata”. O dinheiro proveniente de Potosí finan-

ciava armamentos e exércitos, tornando o controle da Casa da Moeda essencial para a vitória. A Casa da Moeda foi o ponto focal para a cunhagem pátria de 1813 e a produção de diversas medalhas comemorativas para celebrar os triunfos militares, atuando como um veículo de propaganda oficial. Após as vitórias patriotas (Ayacucho e Tumusla), a fundação da Bolívia em 1825 consolidou a independência. O texto conclui que a importância econômica de Potosí foi o principal motivo de sua relevância no conflito e da recepção triunfal do Libertador Bolívar em 1825.

Jorge Proctor discorre sobre a história monetária do Departamento do Panamá, enquanto integrado à Colômbia entre 1886 e 1903. A crise teve início com a Guerra Civil Colombiana de 1884-1885, que obrigou o governo de Bogotá a suspender o padrão-ouro, impor o curso forçado dos bilhetes do Banco Nacional e reduzir a pureza das moedas de prata e ouro. O Panamá, no entanto, ancorado em sua vocação autonomista e nas necessidades de seu comércio internacional, rejeitou consistentemente essas imposições. Valendo-se de seu estatuto especial sob a Constituição de 1886, o Panamá conseguiu, pela Lei 30 de 1887, ser eximido do uso de papel-moeda e proibiu a circulação de moedas de baixa lei (abaixo de 0.835), níquel e cobre, preservando formalmente a integridade de seu sistema.

No entanto, essa rígida política de alta liga resultou em uma crise de liquidez e escassez de moedas fracionárias. A situação foi tão crítica que, em 1890, o governo departamental recorreu à emissão temporária de “señas” (fichas) de cartolina de 2,5 e 5 centavos, uma medida que fracassou rapidamente por não ter curso obrigatório. A crise atingiu seu pico com a retomada das obras do Canal do Panamá em 1894 e o início da Guerra dos Mil Dias (1899–1902). Fracassadas as tentativas colombianas e panamenhas de cunhar moedas de níquel (cuproníquel) devido a impedimentos legais e à alta de custos, a solução veio em 1902. O Departamento do Panamá contratou a cunhagem de moedas de prata nos Estados Unidos (Casa da Moeda da Filadélfia). Essas moedas de 1902, juntamente com os soles peruanos, eram o circulante majoritário quando o Panamá, com o apoio dos EUA, declarou



sua independência da Colômbia em 3 de novembro de 1903. A questão monetária foi rapidamente resolvida após a separação. Pela Lei 84 de 1904, o Panamá estabeleceu o Balboa como sua unidade monetária, paritário e atrelado ao Dólar de ouro dos Estados Unidos, que foi declarado de curso legal no país, consolidando a dolarização que definiria a política monetária panamenha a partir de então.



Andres Cortázar mostra como os títulos de valor e o papel-moeda se tornaram indispensáveis para o financiamento da Primeira Expedição de Los Cayos (1815-1816) e a subsequente consolidação da dívida de guerra por Simón Bolívar no pós-independência. Após o exílio na Jamaica em 1815, Bolívar, sem recursos, dedicou-se a obter apoio externo, mas o auxílio decisivo veio do presidente haitiano Alexandre Pétion, que condicionou seu auxílio à abolição da escravidão na Venezuela. Com o financiamento assegurado, Bolívar realizou uma compra estratégica: a crédito, adquiriu uma imprensa, ferramenta essencial para a organização e o financiamento da campanha.

Esta imprensa foi imediatamente usada para emitir documentos oficiais e, mais importante, os títulos de valor que serviam como promessas de pagamento e a primeira dívida pública da nova República, garantidas na esperança da vitória. O custo político dessa ajuda foi cumprido através dos decretos de abolição da escravidão em Carúpano e Ocumare (junho e julho de 1816), honrando o juramento a Pétion. Assim, o papel moeda da Expedição de Los Cayos não era apenas um instrumento financeiro, mas o registro físico do preço e do compromisso político que possibilitaram a retomada da guerra e a introdução da agenda de justiça social na luta pela independência.

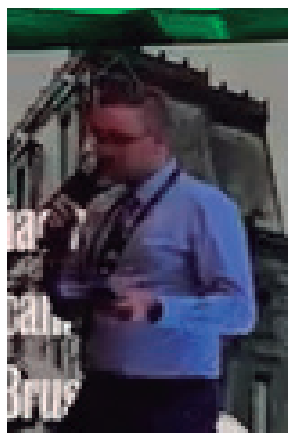
Daniel Luis Padula Graña explora a significância numismática da Liebig Extract of Meat Company (LEMCO), a indústria de conservas de carne mais importante da América do Sul no final do século XIX, que impulsio-



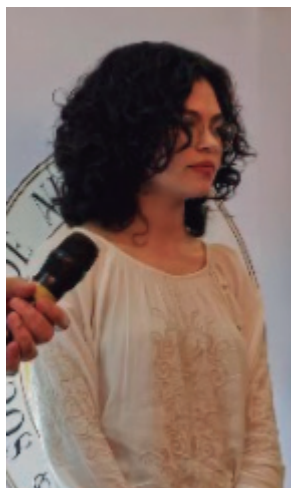
nou a revolução industrial na região do Rio da Prata. Sua fábrica em Fray Bentos (Uruguai) que contou com o influente banqueiro e empresário brasileiro Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, que investiu em nome do *London Brazilian & Mauá Bank* e possuía vastas terras no Uruguai, sendo um fornecedor estratégico para a fábrica.

O legado da empresa também se manifesta na exonomia. A empresa utilizava fichas de controle em metal (bronze para homens, alumínio para mulheres) para o registro de tempo dos funcionários nas fábricas de Fray Bentos e Colón. A LEMCO valorizava o reconhecimento, concedendo medalhas de prata (e possivelmente ouro) aos funcionários com 25 ou 50 anos de serviço fiel, acompanhadas de um mês de salário. Esse reconhecimento de serviço ilustra o paternalismo da empresa e a longa duração das relações de trabalho. Em tempos mais recentes, o reconhecimento da importância histórica do complexo de Fray Bentos foi selado em 2016 com a cunhagem de uma moeda comemorativa de \$1.000 pesos uruguaios pelo Banco Central do Uruguai, celebrando o Paisaje Industrial Fray Bentos como Patrimônio Mundial da UNESCO. A fábrica de Fray Bentos, vendida em 1924 e renomeada Frigorífico Anglo del Uruguay, operou até o seu fechamento definitivo em 1979, mas o complexo industrial permanece como um testemunho da era.

Korhaan Mainil explora as cunhagens ibero-americanas realizadas na Casa da Moeda da Bélgica, que começou a funcionar após a independência do país (1830). O período de expansão internacional é marcado pela gestão de Joseph Allard (a partir de 1846), um influente banqueiro e ourives que utilizou sua posição e seu banco privado para buscar clientes no exterior, especialmente após a Guerra Franco-Prussiana (1870), quando clientes europeus tiveram dificuldades com as casas da moeda da França e Alemanha. Sob sua gestão e a de seus sucessores (Alfons Allard e Joseph Allard II), a Casa da Moeda promoveu o uso do cobre-níquel e realizou numerosas cunhagens coloniais e estrangeiras, até a interrupção pela Primeira Guerra Mundial (1914-1924). A Casa, inicialmente uma empresa privada, tornou-se pública em 1933 e fechou definitivamente em 2017, com a cunhagem belga sendo transferida para a Holanda.



A Casa da Moeda de Bruxelas realizou cunhagens para Brasil, Peru, Venezuela, Equador, Colômbia, El Salvador, Haiti, Espanha e País Basco. Também realizou provas para Argentina, Portugal e a República da Guiana, e tentou, sem sucesso, fechar contratos com Cuba, Costa Rica, Bolívia, República Dominicana, Nicarágua e Uruguai (neste último caso, devido ao preço mais alto em comparação com Viena). Para o Brasil, a Casa da Moeda belga cunhou mais de 170 milhões de moedas de cobre (10 e 20 réis), em 1869, representando o maior volume para a região. O total de cunhagens para o Brasil chegou a quase 229 milhões de moedas. Mainil também menciona casos incomuns, como a cunhagem para o efêmero Reino da Araucanía e Patagônia, feita para financiar a volta do autoproclamado rei francês, e provas para a República Independente do Guiana. A Casa também cunhou uma prova de um patacão argentino (moeda de um peso) e provas de moedas de Portugal muito semelhantes às belgas.



Ana Bustamante Ayala analisa os estâteres de ouro dos corieltáuvos, uma população da Idade do Ferro (c. séculos II-I a.C.) que habitava a região dos Midlands do Leste, na atual Inglaterra. O estudo explora o papel dessas moedas como testemunhos da cunhagem insular e das complexas interações culturais e econômicas com a Gália. A pesquisa tem como foco os vínculos estilísticos e simbólicos entre os estâteres corieltáuvos e as tipologias Galo-Belga A e Galo-Belga C, que circularam no continente e serviram como modelos iniciais, sendo a numismática a principal fonte histórica para o estudo dessas populações ágrafas.

Os corieltáuvos desenvolveram uma linguagem visual própria de profunda abstração. A cunhagem corieltáuva, predominantemente em ouro, concentra-se territorialmente nos condados de Lincolnshire, Leicestershire e Nottinghamshire. A presença de um exemplar de estâter no Tesouro de Snettisham (um importante depósito votivo) sugere que essas moedas operavam não apenas com funções econômicas, mas também como objetos de poder e prestígio mobilizados em contextos cerimoniais. Em suma, os estâteres de ouro corieltáuvos são documentos cruciais que evidenciam que as trocas entre a Bretanha e a Gália iam além do comércio, perpassando o compartilhamento

de técnicas e estilos. As inovações estilísticas locais atuaram como uma demarcação de identidade e autonomia cultural dentro de uma gramática visual comum, refletindo a dinâmica entre a influência externa e a expressão cultural nativa da Idade do Ferro bretã.

Maricé Martins Magalhães, autor do “*Sylloge Nummorum Graecorum Brasil, Volume I*” (SNG Brasil I), apresenta a coleção do Comendador Antônio Pedro de Andrade, maior doador individual do Museu Histórico Nacional. O trabalho da autora consistiu em uma revisão, reclassificação e catalogação minuciosa de 1.750 peças que ilustram a rica história e iconografia do mundo antigo, com exemplos que vão desde a dracma de Massalia e o *stater* incuso de Sybaris até as moedas dos reis helenísticos, como o tetradracma de Lysimachus (com o perfil divinizado de Alexandre Magno) e a peça em ouro de Ptolomeus I, além de moedas sículo-púnicas e numídiás. As moedas demonstram a perícia artística dos artesãos e a importância do acervo do MHN para o estudo de diferentes culturas.

Antônio Pedro Magalhães foi um grande colecionador, de origem portuguesa, nascido em Funchal em 1839. Emigrou para o Brasil aos dezesseis anos e alcançou o prestigiado cargo de presidente do Banco Comercial do Rio de Janeiro. A coleção foi legada por meio de testamento à Biblioteca Nacional após sua morte em 1921, sendo incorporada ao acervo do recém-criado MHN no ano seguinte, em 1922. Embora as moedas não possuam contexto arqueológico (não vieram de escavações), foram adquiridas ou presenteadas ao Comendador em países como Portugal, França e até União Soviética. A autora também levanta a possibilidade de que o próprio Comendador Antônio Pedro de Andrade possa ter sido o técnico anônimo que, inicialmente, fez o primeiro e rigoroso reconhecimento das moedas na Biblioteca Nacional, embora usando a bibliografia disponível na época.

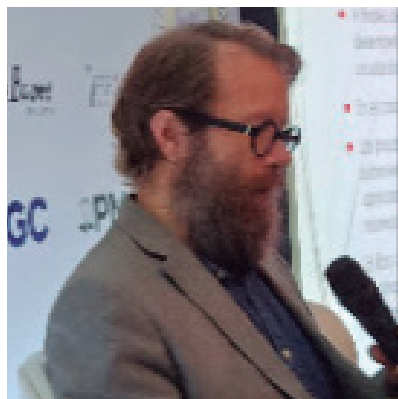


Indyra Mendoza apresenta a decisão histórica de Honduras de incluir o rosto da ativista Berta Cáceres na nova cédula de 200 Lempiras, marcando a primeira vez que uma mulher figura no meio circulante do país, um evento que impacta o reconhecimento de gênero na numismática global. Cáceres (Berta Isabel Cáceres Flores, 1971-2016) foi cofundadora e coordenadora geral do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), dedicando sua vida à defesa dos direitos indígenas, do meio ambiente (os bens comuns e os rios) e das causas sociais e feministas.



Sua luta era inclusiva, buscando a convergência de diversas populações, e era caracterizada por uma inigualável “palavra ágil” e força de convicção em um país marcado pela violência.

O reconhecimento formal ocorreu em 27 de maio de 2022, quando o Congresso Nacional de Honduras aprovou o Decreto nº 62-2022, elevando Berta Cáceres à categoria de Heroína Nacional. O decreto determina que o Banco Central de Honduras inclua sua imagem na nota de 200 Lempiras, juntamente com a frase “Despertemos Humanidade”, proferida por Cáceres ao receber o prestigioso Prêmio Ambiental Goldman em 2015. Essa inclusão transcende a homenagem individual, representando um marco na luta pela igualdade de gênero, pois a figura de Cáceres, uma mulher indígena, rompe com a narrativa hegemônica do poder presente nas cédulas mundiais,



onde aproximadamente 92% dos rostos são masculinos. A presença da ativista é dedicada a todas as rebeldias que sonham com um país diferente.

Jesse Kraft detalha como o ouro brasileiro (principalmente os “joes” e “half-joes”, nome derivado do monarca português *Ioannes V*, João V) se tornou a moeda mais prevalente nas colônias britânicas da América do Norte e no início da República, em um período marca-

do pela desorganização monetária. Devido à falta de uma casa da moeda central, ourives e prateiros assumiram um papel crucial na regulamentação dessas moedas estrangeiras. Essa regulamentação era necessária porque as moedas chegavam com pesos diferentes do padrão legalmente estabelecido: moedas leves precisavam ser ajustadas (“plugging” ou tampamento) e moedas pesadas precisavam ser cortadas (“clipping” ou aparamento).

O principal indício dessa prática vem do livro de contas do ourives da Filadélfia, Thomas Shields, o único registro conhecido que documenta esses procedimentos. Shields realizava o *plugging* em moedas desgastadas, cobrando um pequeno lucro pelo ouro adicionado. Kraft também ilustra a instabilidade econômica durante a Revolução Americana, mostrando como o valor das moedas, como o “meio-joe”, disparou em relação ao papel-moeda. Por fim, o autor nota que mesmo figuras do Exército Continental, como Timothy Pickering, estavam envolvidas no *clipping* forçado de moedas para evitar prejuízos ao exército, uma operação mantida em segredo. O registro de Shields não apenas documenta essas práticas, mas também serve como um indicador das amplas flutuações e da escassez de prata e ouro que afetavam a todos na época.



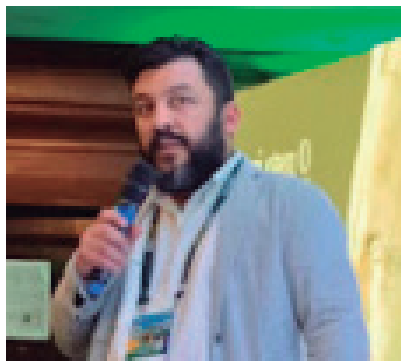
Husein Larreal Soto apresenta a Sala Numismática da Subseção de Maracaibo do Banco Central de Venezuela (BCV) como uma contribuição museográfica inovadora, pois questiona e propõe um novo modelo para narrar a história da moeda venezuelana. O autor critica veementemente os discursos numismáticos tradicionalmente dominantes, consolidados a partir de 1961, que considera rígidos, desatualizados e falhos por se basearem em cortes da história política

da nação e por separarem o estudo de moedas e bilhetes, apesar de circularem como meios equivalentes de pagamento.

Para superar essa rigidez, o projeto da Sala Numismática, desenvolvido ao longo de seis anos, culminou no roteiro principal “Historia del Circulante en Venezuela”, que integra moedas e bilhetes em uma narrativa coerente e adota uma nova periodização mais focada em critérios numismáticos, como as unidades monetárias e os emissores, em vez de rupturas políticas.

Além da peça central, a exibição se distingue por incluir mostras laterais que abordam tópicos negligenciados nos discursos tradicionais, como a Numismática Comemorativa, os Reselos e Fichas de circulação privada, e o Circulante para as Leproserias, demonstrando o compromisso com um panorama completo.

Mario Alonso Barraco explora o processo artístico e a influência numismática das obras do pintor Juan Manuel Blanes no fim do século XIX e início do século XXI. O contexto histórico do início do século XX, marcado por uma perigosa polarização pós-guerra civil de 1904, levou à busca por um símbolo nacional unificador e neutro: Juan Artigas. Nesse contexto, a pintura “Artigas na porta da Cidadela” (1884) de Blanes gerou inten-



sa controvérsia ao retratar um Artigas maduro, vigoroso, mas de semblante inexpressivo e humilde, em contraste com as imagens canônicas do herói ou militar condecorado. Apesar da divisão da crítica e da intelectualidade, o retrato de Blanes se tornou a representação legítima de Artigas.

A difusão maciça começou em 1911, com centenas de medalhas comemorativas que levaram o rosto do “Artigas de Blanes” para todas as classes sociais e regiões do país, transformando a arte em um emblema nacional antes de qualquer decreto oficial. Em 1916, a Lei N.º 5368 autorizou a primeira cunhagem de moedas de circulação com o rosto de Artigas. O desenho final para a moeda de 1916, após extensa controvérsia, foi baseado em um esboço preliminar Blanes de 1880. A ausência de outros líderes na moeda é atribuída à necessidade de manter Artigas como uma figura simbolicamente neutra e unificadora, afastada das guerras civis e polarizações partidárias. A numismática, portanto, atuou como um canal simbólico acessível e massivo, democratizando a memória do herói e consolidando uma identidade iconográfica nacional que perdura até os dias atuais.



Ricardo Leon Tavallas reconta a interação Brasil-México no centenário da independência em 1922, quando se realizou a Feira Mundial no Rio de Janeiro, concebida para projetar a modernidade e o anseio industrial do país. A Exposição, que durou de 7 de setembro de 1922 a 24 de julho de 1923, contando com cerca de dez mil expositores de 15 países, incluindo o México. O principal presente do México ao Brasil foi uma réplica do Monumento a Cuauhtémoc da Cidade do México, encomendada à Casa Tiffany de Nova Iorque. O México também encomendou uma medalha comemorativa para presentear o Brasil.

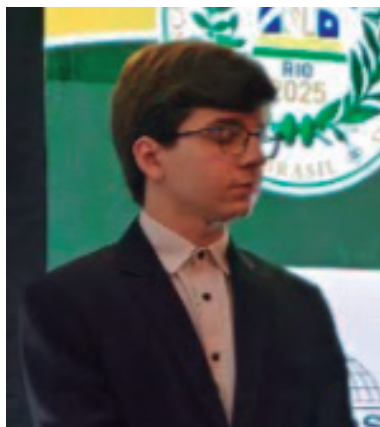
Com 50.5 milímetros de diâmetro, apresenta no anverso a efígie de Cuauhtémoc e a inscrição “MEXICO.AL.BRASIL.EN.EL.CENTENARIO.DE.SU.INDEPENDENCIA”. O reverso traz a representação pictográfica asteca de Cuauhtémoc (águia a descer para caçar) e uma pegada simbolizando “viagem”. Embora 99.9% das peças tenham sido cunhadas em bronze, o embaixador do México revelou em suas memórias (*El Desastre*) que cinco exemplares foram cunhados em ouro maciço e distribuídos a figuras importantes, incluindo os presidentes do México e do Brasil. O próprio embaixador vendeu sua medalha de ouro em Buenos Aires para cobrir despesas de viagem, mas um exemplar sobreviveu, sendo leiloado por US\$ 12.500 em 2024.

Rogério Bertapelli estuda a histórica circulação das moedas de 8 Reales, que circulavam no Brasil primariamente como mercadoria (prata bruta), sendo a principal fonte de prata para a cunhagem de moedas nacionais (640, 320, 160 e 80 Réis) no Brasil e em Portugal, com a prata de Potosí sendo a fonte mais usada. A crise de escassez de moeda oficial no meio circulante agravou-se com a queda da produção de ouro e, principalmente, com a chegada da Família Real em 1808 e o aumento de necessidade monetária. O autor argumenta que o principal objetivo da



recunhagem dos 8 Reales para 960 Réis não era o lucro da diferença de valor (160 Réis ou 20% sobre o valor de circulação de 800 Réis), mas sim a necessidade urgente de suprir o meio circulante com moeda oficial.

O Alvará de 1º de setembro de 1808 confirmou que as Casas da Moeda não tinham capacidade de fundir, refinar e recunhar toda a prata estrangeira com a prontidão necessária, o que levou à criação emergencial do Carimbo de Minas como solução provisória. A recunhagem dos 960 Réis começou a diminuir no período do Império porque os 8 Reales estrangeiros se tornaram mais caros no mercado (chegando a 970 e 990 Réis), inviabilizando o lucro teórico. O autor conclui que, a partir desse ponto, o recunho pode ter sido mantido, mesmo com prejuízo no papel, por ser um “mal necessário” para manter o fluxo de moeda e a economia em movimento, reforçando que o objetivo era mais complexo do que o mero lucro.

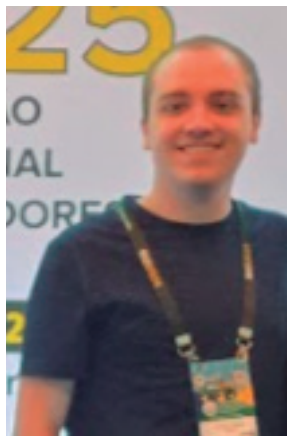


Pedro Mangeti Zaninetti examina as primeiras moedas cunhadas após o surgimento do Islã, criticando a perspectiva orientalista de estudiosos ocidentais que frequentemente as classificaram como meras imitações bizantinas ou sassânidas, desconsiderando a autonomia artística e a necessidade política. Inicialmente, o Califado Ortodoxo (632–661) utilizou sistemas monetários herdados: no Oriente, cunhavam-se dracmas “árabe-sassânidas” (baseadas nos dracmas sassânidas, mas com inscrições árabes, como a *sha*

hada); no Ocidente, moedas imitavam os tipos bizantinos. Essa dependência refletia a ausência de uma prata abundante para cunhagem e a falta de equipamento próprio, apesar de o califado já ter sofisticação em metalurgia.

A consolidação de uma identidade monetária islâmica ocorreu sob o Califado Omíada, liderado por ‘Abd al-Malik (685–705 d.C.), por meio de uma reforma em três fases: Uma fase “*Shahada*” (72–74 A.H.) caracterizada pela inclusão da *shahada* (a profissão de fé islâmica) nas moedas de estilo bizantino e sassânida, marcando-as com a nova fé; a fase figural (74–77 A.H.) com a introdução de moedas com o tipo “Califa em Pé”, uma figuração icônica (como o dinar de 695 d.C.); e a fase Epigráfica (A partir de 77 A.H.),

o clímax da reforma, representada pelo Dinar 77 (696–697 d.C.). Estas moedas eram puramente anicônicas, substituindo todas as imagens figurativas por longas inscrições caligráficas em estilo cúfico. O Dinar 77 é considerado a primeira moeda genuinamente islâmica ou árabe, trina islâmica de forma inequívoca e resolvia os problemas teológicos e diplomáticos. A reforma foi uma resposta multifacetada para unificar o sistema monetário dual (ouro/cobre bizantino vs. prata sassânida), eliminar a dependência externa, e afirmar a legitimidade do califado após a derrota de rivais internos.



Giovanni Miceli Puperi explicita o papel das casas de fundição coloniais destacando a incessante, mas fracassada, tentativa da Coroa Portuguesa de controlar e tributar a riqueza aurífera do país. Inicialmente, o controle do ouro baseava-se no “quinto real” estabelecido nas cartas de foral e foi intensificado com a descoberta das reservas no século XVII. As primeiras casas foram estabelecidas em 1603, junto às Provedorias das Minas, com o objetivo principal de transformar o ouro em pó em barras oficiais marcadas com as “armas reais”, atestando o pagamento do imposto. Inicialmente localizadas no litoral, como em Paranaguá, estas casas exigiam uma guia para que o ouro em pó circulasse,

garantindo a arrecadação na saída das minas.

O auge da mineração, durante o reinado de D. João V, trouxe instabilidade tributária, alternando a cobrança do quinto com outras taxas. A partir de 1719, o sistema do quinto foi reafirmado, e as casas de fundição foram transferidas para o interior (Minas Gerais e outras áreas de extração) para centralizar a fiscalização na origem e padronizar o processo de fabrico das barras, que recebiam marcações detalhadas de peso, quilates e identificação do ensaiador. Contudo, a crise na produção aurífera levou a novas mudanças, como a adoção do imposto de “captação” (taxação de escravizados e atividades econômicas) entre 1735 e 1751, que não reverteu o declínio. Com o retorno ao quinto, a decadência da produção e o aumento do contrabando tornaram as metas anuais de arrecadação inatingíveis.

O cenário se complicou com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro em 1808. Buscando centralizar o controle e eliminar a circulação do ouro nativo, foram criados o Banco do Brasil e as Casas de Permuta, que trocavam o

ouro em pó por bilhetes de crédito ou moeda. Contudo, esse sistema gerou um “poder paralelo estatal” corrupto, onde “agentes secretos” do Banco lucravam declarando valores de compra de ouro inflacionados, inundando o mercado com títulos e diminuindo drasticamente a arrecadação oficial do quinto, o que culminou no fechamento das casas de fundição remanescentes (muitas convertidas em Casas da Moeda, como Cuiabá e Goiás). O golpe final veio em 1832, após uma tentativa frustrada de reduzir o imposto em 1827. O governo imperial liberou totalmente a circulação do ouro em pó e extinguiu as casas de fundição, restando apenas a Casa da Moeda do Rio de Janeiro para o processamento final.

Hilton Lucio detalha a profunda e duradoura influência da tecnologia inglesa na numismática brasileira ao longo do século XIX, um fenômeno diretamente ligado à aliança luso-britânica e à transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. A relação tecnológica intensificou-se com a vinda da Família Real, resultando em modificações significativas no meio circulante brasileiro. Um dos primeiros sinais dessa influência materializou-se nos ensaios das moedas de 960 réis em 1809. Embora a produção em larga escala



dos 960 réis (recunhados sobre moedas espanholas) fosse feita de maneira tradicional, ensaios em discos próprios foram cunhados na Soho Mint, em Birmingham, Inglaterra. Estes ensaios se destacavam pela alta qualidade de cunhagem e o uso de prensas mecânicas movidas a vapor, um contraste tecnológico notável em relação ao balancim manual, então em uso no Brasil.

A influência britânica estendeu-se ao fornecimento de matéria-prima mesmo após a Independência, com discos metálicos fornecidos prontos pela Williams and Grenfell (W&G) e chapas de aço pela Perkins, Bacon & Co. A predominância britânica nesse setor foi mantida ao longo do século XIX por fabricantes como Thomas de la Rue (que forneceria cédulas até o final do século XX). O declínio da predominância tecnológica inglesa na cunhagem começou em meados do século XIX, com a paralisação da Soho Mint, o surgimento de falsificações americanas massivas de moedas de cobre (a partir de 1840) e a entrada de novas potências, como a contratação da Casa da Moeda de Bruxelas em 1869 e o início da produção de cédulas pela americana American Bank Note Company em 1870. No entanto, a influência

britânica na produção de papel-moeda perdurou por quase dois séculos. O estudo dessas evidências materiais é essencial para compreender a evolução tecnológica da numismática brasileira e a ampla dominação inglesa em diversos setores econômicos do Brasil no século XIX.

João Pedro Viana e Mariana Brum Fonseca

exploram a dívida da Real Extração, controle direto da coroa sobre os bens minerais da colônia brasileira. A Real Extração enfrentou um desequilíbrio financeiro crônico, com dívidas e despesas frequentemente excedendo os limites da Coroa. Diante da falta de liquidez imediata, o funcionamento da instituição era totalmente dependente do crédito e das “demoras de desembolso”. Por instrução de Lisboa, os administradores deveriam recorrer à emissão de bilhetes para adiar pagamentos e evitar saques sobre a Junta da Fazenda Real. A análise contábil de 1773 confirma a importância vital dos bilhetes, cujo saldo representava mais de 85% da despesa líquida total.



Esses bilhetes não eram uma invenção da Coroa, mas a formalização impressa de um instrumento de dívida já praticado. Eles funcionavam como uma promissória ou confissão de dívida transacionável, emitidos pela repartição régia e aceitos pela Fazenda Real no pagamento de tributos, o que lhes conferia credibilidade e lhes permitia adquirir liquidez imediata. Dessa forma, a Real Extração estava, na prática, monetizando sua própria dívida, e os bilhetes circulavam amplamente, mesmo sendo nominativos, devido à sua natureza de título ao portador. No entanto, o sistema era instável, sujeito a perturbações como o excesso de emissão e a falta de garantias formais. A partir de 1775, surgiram embaraços: a Fazenda Real passou a priorizar o pagamento dos bilhetes que já estavam em sua posse, em detrimento dos credores particulares, e a Direção-Geral de Lisboa ordenou a restrição das emissões para evitar abusos e falsificações. Apesar de uma melhora momentânea de contenção de despesas no final da década de 1770, a crise do sistema de bilhetes, ligada à sua falta de lastro e dependência dos ciclos de arrecadação, levou à sua eventual falência.



Richard Cacchioni apresenta um estudo biográfico e numismático sobre Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, e sua influência marcante no desenvolvimento financeiro e bancário do Brasil, Argentina e Uruguai durante o século XIX. O autor concentra-se na documentação dos bilhetes emitidos pelos bancos ligados a Mauá na região do Prata. Tornando-se um empresário visionário, ele investiu em projetos de desenvolvimento pioneiros, como a fundição de tubos de aço em Niterói, a construção de estaleiros e o financiamento

da primeira ferrovia do Brasil.

Sua expansão para o setor financeiro culminou na criação da sociedade bancária Mauá, MacGregor & Cia. em 1854, que rapidamente se tornou uma entidade poderosa com filiais em diversas partes do mundo, incluindo Argentina e Uruguai. No Uruguai, a casa de câmbio que abriu em Montevideu em 1855 foi transformada no primeiro banco comercial do país em 1857. Este banco emitiu uma variedade de bilhetes em centésimos e pesos, e alguns até em réis, refletindo a intensa integração comercial e as tensões geopolíticas com o Brasil na região da Banda Oriental. Já na Argentina, Mauá estabeleceu uma filial em Rosário em 1858 e fundou a Caja de Oros em 1865, esta última com a visão de atender aos trabalhadores, emitindo bilhetes em moeda boliviana. A análise das cédulas emitidas nos dois países, impressas por casas britânicas como Bradbury Evans e Bradbury Wilkinson, revela muitas semelhanças de design, além de discrepâncias e erros nos catálogos numismáticos tradicionais.

Apesar do sucesso, Mauá e seus bancos foram vítimas de crises financeiras externas que assolaram a América Latina e a Europa na década de 1870. Após a liquidação de sua sociedade e a falência do banco no Brasil em 1877, Mauá, agindo como um “homem de honra”, utilizou sua fortuna pessoal para pagar as dívidas nos três países, vindo a empobrecer. Embora tenha perdido seu império, ele deixou um legado de respeito, sendo reconhecido com monumentos e honrarias no Brasil (como nas moedas de 200 Réis de 1936) e no Uruguai, simbolizando o espírito empreendedor que impulsionou a modernização regional no século XIX.

Ana Vico Belmonte, José María de Francisco Olmos e Patricia Labrador Ballesteros analisam as

moedas de bronze com a legenda *HISPANORVM* cunhadas pelos mercenários hispânicos em Morgantina, na Sicília, após a Segunda Guerra Púnica, um registro pioneiro do gentílico. Mercenários hispanos eram historicamente recrutados por Cartago, mas durante o Cerco de Siracusa (213-212 a.C.), seu líder,

Moericus, traiu os cartagineses e entregou a cidade aos romanos. Por essa deslealdade, Roma recompensou Moericus com a cidadania e seus mercenários (*Hispanii*) com o controle de Morgantina, um antigo bastião cartaginês. Lá, eles obtiveram o direito de cunhar moeda fracionária de bronze, que simbolizava sua nova autoridade e identidade de grupo, seguindo a metrologia romana uncial e apresentando iconografias que combinavam influências siciliotas e romanas. O

uso do latim (*HISPANORVM*) nas moedas, em vez do grego ou celtibérico, reflete o domínio romano e seu status de clientes, um fenômeno comparável ao dos Mamertinos em Messana, onde o etnônimo suplantou o topônimo da cidade.

Além das moedas de bronze dos *Hispanii*, o texto detalha a importância da chegada dos primeiros denários romanos de prata à Sicília. O achado do denário mais antigo da ilha em Morgantina, em um estrato de destruição associado ao assentamento dos mercenários, e em Panormos, demonstra a rápida implantação do novo sistema monetário romano (c. 211 a.C.). O denário serviu como moeda de pagamento para as tropas e aliados de Roma e como um veículo de difusão de sua autoridade. Os autores também levantam a controvérsia sobre um suposto denário de prata dos *Hispanii* (geralmente cunhadas em prata) cuja autenticidade ainda precisa ser confirmada por análises não invasivas. Em conclusão, a emissão de moeda de bronze, somada à rápida introdução do denário, representa uma estratégia romana



multidimensional para sustentar o esforço bélico, garantir a coesão administrativa e acelerar a romanização econômica e política da Sicília, utilizando a moeda tanto como instrumento de troca quanto como símbolo de poder.

Carlos Campos foca nas interações entre a materialidade e a numismática, conduzido pelo ATRIVM da UFMS, com a participação fundamental dos discentes e o acesso ao público. O objetivo é estudar a cultura material usando a numismática como base para refletir sobre a história, o presente e o futuro, inclusive frente a fenômenos como as criptomoedas. O grupo adota o conceito “fijital” (relação entre o espaço físico e digital) para a preservação do patrimônio, utilizando tecnologias de humanidades digitais. A técnica central é a fotogrametria, que permite gerar modelos 3D interativos de moedas, possibilitando o acesso e a análise remota do material, superando as limitações dos catálogos físicos. Essa técnica é aplicada em acervos como o do Museu Histórico Nacional (MHN), que possui um dos maiores acervos de numismática greco-romana fora da Europa.

A popularização da numismática é um pilar do projeto, com o objetivo de inserir o tema nas escolas e formar professores. Os resultados do trabalho com o MHN são vastos e focados em acessibilidade: incluem traduções do latim das moedas, produção de fotos de alta resolução, elaboração de dados históricos/arqueológicos e levantamentos bibliográficos. A divulgação científica se dá por meio de arqueologia virtual (não interativa) e arqueologia digital (interativa), com os modelos 3D sendo disponibilizados gratuitamente na plataforma Rumo, visando especialmente as escolas. Para a inclusão, o grupo também produz modelos 3D para impressão, que servem como ferramenta tátil para alunos com deficiência visual e neurodivergentes. Há uma crítica à alteração da rotação da moeda em recriações digitais, vista como uma distorção do objeto original.



INSTRUÇÃO AOS AUTORES

A **Revista Numismática Brasileira – RNB** é publicação semestral e destina-se à divulgação de trabalhos científicos de pesquisa contemplando áreas relativas ao estudo da Numismática.

ENVIO:

Os artigos deverão ser enviados exclusivamente ao correio eletrônico: **snb@snb.org.br** com cópia ao Editor Oswaldo M. Rodrigues Jr.: **oswrod1@hotmail.com**.

Obs. Os trabalhos apresentados não poderão ter sido enviados simultaneamente a outro periódico para publicação. Artigos já publicados anteriormente em outros formatos, serão aceitos desde que adaptados aos padrões da revista e indicados onde foi publicado.

FORMATO:

A extensão máxima permitida é de até 20 páginas digitadas em processador de texto, em tamanho A4, margens de 2cm, espaço duplo, fonte Times New Roman, tamanho 12.

Os manuscritos podem ser redigidos em português, espanhol ou inglês.

Os textos enviados em idioma inglês podem ocasionar custos adicionais para a tradução e revisão, os quais correm por conta do/s autores que devem aprovar estes gastos apresentados pela Revista. Cabe ao Comitê Editorial opinar pela publicação em inglês.

A primeira página do manuscrito constará de:

- Título do trabalho em português (ou espanhol) e inglês
- Nome do/s autor/es e designação institucional ou Entidades Numismáticas em que é associado
- Autor para correspondência e contato (E-mail, endereço, telefone).

Na sequência deve vir um resumo de no máximo 200 palavras, em português (ou espanhol) e em inglês. Abaixo do resumo devem constar quatro ou cinco palavras-chave em português (ou espanhol) e em inglês.

A seguir, o trabalho deverá ter uma Introdução, o conteúdo do trabalho, a Conclusão e Referências Bibliográficas. (Deixamos em aberto outras seções a critério do autor como: Método, Resultados, Discussão, Agradecimentos e financiamento para a realização do estudo).

As ilustrações (fotografias, diagramas, tabelas, desenhos), devem ser entregues no final do artigo, no mesmo arquivo, em forma consecutiva bem como a marcação no texto indicando o lugar de inserção. As fotos e ilustrações quando não for do autor, deverá indicar seu crédito ou referência.

Poderá ser utilizado notas de rodapé para explicações, devendo estar numeradas no corpo do texto.

RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO

Após o recebimento do artigo, o Comitê Editorial avalia se está de acordo com os critérios e objetivos editoriais da revista. Considerando as avaliações, o Editor comunicará ao autor designado que pode ser: 1) rejeição do manuscrito; 2) Aceitação do manuscrito; 3) Aceitação com a solicitação de que se realizem as modificações sugeridas pelo Comitê Editorial.

Após a aceitação o artigo será diagramado nos padrões da Revista e o autor receberá o artigo para avaliação e sua aprovação para publicação.

Ao enviar o artigo para a RNB, o autor autoriza e aceita a transferência de direitos de publicação para a revista, bem como o regulamento de publicações, portanto, das responsabilidades de autoria, originalidade, confidencialidade e identificação de créditos e autorizações.

Situações fora das especificadas nas normas, deverão ser comunicadas previamente.



Rua 24 de Maio, 247 - 2º andar - São Paulo - Brasil - CEP 01041-001
Site: www.snb.org.br | email: snb@snb.org.br